



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

João Caio Oliveira da Silva

**MINERAÇÃO E SAÚDE MENTAL DOS(AS) ATINGIDOS(AS) PELO
ROMPIMENTO/CRIME DA BARRAGEM DE FUNDÃO: REFLEXÕES A
PARTIR DO SERVIÇO CONVIVER**

Mariana, MG

2024

João Caio Oliveira da Silva

**MINERAÇÃO E SAÚDE MENTAL DOS(AS) ATINGIDOS(AS) PELO
ROMPIMENTO/CRIME DA BARRAGEM DE FUNDÃO: REFLEXÕES A
PARTIR DO SERVIÇO CONVIVER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kathiúça Bertollo.

Mariana, MG

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586m Silva, Joao Caio Oliveira Da.

Mineração e saúde mental dos(as) atingidos(as) pelo rompimento/crime da barragem de Fundão [manuscrito]: reflexões a partir do serviço Conviver. / Joao Caio Oliveira Da Silva. - 2024. 175 f.

Orientadora: Profa. Dra. Kathiúça Bertollo.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Fundão, Barragem do (MG). 2. Mineração a céu aberto. 3. Saúde mental - Mariana (MG). I. Bertollo, Kathiúça. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 615.851(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

João Caio Oliveira da Silva

Mineração e saúde mental dos(as) atingidos(as) pelo rompimento/crime da barragem de Fundão: reflexões a partir do Serviço Conviver

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 25 de janeiro de 2024

Membros da banca

Dra. Kathiúça Bertollo- Orientadora - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. - Marlon Garcia da Silva - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Assistente Social. - Aparecida Maria Gonçalves - (Universidade Federal de Viçosa)

Kathiúça Bertollo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Kathiúça Bertollo**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 07/02/2024, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0664934** e o código CRC **9BC50BE0**.

AGRADECIMENTOS

Como sou produto e parte de um processo histórico de sociabilidade, considero pertinente reverenciar todas e todos que contribuíram para a concretização da minha formação, visto que esse foi um percurso marcado por múltiplas contribuições em diversos aspectos.

Primeiramente, agradeço aos meus ancestrais, os povos indígenas e negros(as), pelo legado de luta e resistência que me permitiram alcançar essa conquista nesse tempo histórico, que apesar de árduo, hoje me permite chegar a um patamar que muitos dos meus ancestrais não tiveram oportunidade.

Longe de ser narcisista, agradeço a mim mesmo, por acreditar nas possibilidades de crescimento e evolução através dos estudos, por me dedicar ao máximo e sempre tentar entregar o meu melhor durante a trajetória acadêmica, mesmo diante dos desafios que se colocavam no meu cotidiano de permanência em Mariana.

À minha família, meu avô e padrinho Osmar e especialmente à minha avó e madrinha Edir, por sempre me incentivar, me acompanhar em toda a minha trajetória, contribuir financeiramente e emocionalmente com a minha permanência em Mariana - a qual teve seus momentos desafiadores. Vó, sei que todas as minhas lutas e angústias também foram vividas e sentidas por você, e várias foram as noites sem dormir, mas tudo valeu a pena e não esquecerei dos nossos momentos de alegria diante de cada conquista vivenciada e de cada etapa cumprida. Mãe, reconheço que você sempre fez o melhor que pôde, mesmo que às vezes isso não tenha sido o que eu precisava ou esperava, principalmente nos meus momentos de angústia. Às minhas irmãs Sofia e Isadora, e à minha prima Vitória por celebrarem as minhas conquistas com êxito e pelos incentivos fornecidos.

Ao criador do universo e aos meus guias espirituais, Mãe Maria, Pai Tião e Caboclo das Matas e das Florestas que, desde a minha aprovação no Sistema de Seleção Unificada (SISU), prometeram e estiveram junto comigo durante os meus cinco anos de graduação, me fortalecendo espiritualmente.

Aos amigos e amigas que fiz na UFOP. Aline, por todos os momentos de estudo, as saídas casuais e alegrias compartilhadas. Obrigado também por me indicar ao primeiro

projeto PIDIC (Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência) ao qual fui bolsista, serei eternamente grato e você sabe disso.

Ana Luiza, pelo nosso encontro, sintonia e por você ter se tornado a minha parceira de todos os trabalhos em grupo, entre seminários, artigos e provas. Você foi um encontro raro, daqueles inseparáveis, onde chegaram a nos chamar de dupla José Paulo Netto e Yolanda Guerra rsrs.

Kerley, sou grato por todos os projetos que estive com você, eles me transformaram profundamente e fizeram emergir a potência que havia em mim. Obrigado especialmente pelo “Discriminação e Sofrimento Psíquico: ao acolhimento e sentimento de pertença na Universidade”, hoje reconheço que estar com você nesse projeto teve um papel de cura pessoal na minha vida, enquanto homem negro e gay.

Kathiuça, obrigado por todas as oportunidades no DESSO e pelas orientações fornecidas, com você percorri diversos projetos e pude adquirir uma grande bagagem fundamental para a minha formação e para o meu crescimento pessoal. Obrigado por toda a confiança sempre depositada em mim, e obrigado por todo apoio e incentivo nas minhas escolhas e ações. Você é uma força.

Cida, obrigado pela supervisão em campo de estágio, eu admiro sua atuação, sua crítica, seus posicionamentos e seu esforço pela coerência com o Código de Ética profissional. Grandes foram os aprendizados ao seu lado, e grande também é o legado que carrego a partir do acúmulo que adquiri com você.

Daniele, ainda bem que fiz sua disciplina e te conheci. Nosso encontro deu match, como você disse. A partir da disciplina, fizemos um artigo que foi apresentado no seminário internacional da Universidade Federal de Juíz de Fora (UFJF) e também o I Encontro Latino-Americano de Pensamento Político e Econômico em Saúde (ELAPPES). Agradeço por ter te conhecido, pela confiança em mim depositada e por todas as oportunidades. Você é um gênio, uma potência!

Gláucio, obrigado de todo o meu coração por você ter sido o meu companheiro de morada por quase cinco anos. Com você eu chorei, sorri, erreí, aprendi e busquei tentar ser o meu melhor, por mais que às vezes eu não tenha conseguido, mas com você eu pude ser eu, e isso é lindo. Obrigado por tudo que você foi pra mim, e pelo que fomos um para o outro, mesmo quando o mundo (ou o teto, literalmente) estava desabando sobre nossas

cabeças, culpa das casas antigas e sem manutenção existentes em Mariana, ainda com elevado valor de aluguel.

Agradeço a todas as pessoas que aqui não foram nomeadas, mas que de alguma maneira contribuíram para a minha formação. Ao universo, gratidão por ter plantado essas flores no meu jardim existencial.

A todos os atingidos e atingidas pelo rompimento/crime da barragem de Fundão, humanos e não humanos, esse trabalho é para vocês e por vocês!

Obrigado à Universidade Federal de Ouro Preto, pelo ensino público, gratuito e de qualidade. Obrigado a todos(as) os(as) professores(as) que contribuíram para a minha formação, sempre admirei cada um em sua singularidade.

Esse TCC foi escrito com muito ânimo, vibração, dedicação, emoção e por vezes com lágrimas escorrendo nos olhos, e isso pra mim significa que valeu a pena e fez sentido, pois o tempo todo eu fiz o que gosto e senti estar no caminho certo, ao escrever sobre esse tema.

Por fim, hoje olho para trás e vejo que a formação em Serviço Social na UFOP foi providencial na minha vida, tanto no âmbito profissional, mas também no sentido pessoal, onde tenho orgulho de olhar para o João de cinco anos atrás e ver que hoje tenho sido melhor, mais forte, mais determinado (e mais inteligente) do que fui.

RESUMO

Este trabalho é um estudo bibliográfico e documental que assume a teoria social crítica e objetiva refletir acerca da relação ‘mineração e saúde mental dos(as) atingidos(as) pelo rompimento/crime da barragem de Fundão’, 8 anos após o ocorrido. Demarca-se que a mineração extrativista ocorre sob os fundamentos do capitalismo dependente e, com o rompimento/crime da barragem de Fundão, acentuam-se as expressões da questão social no território, ocasionando violências que permanecem em curso, impactos socioambientais, bem como o agravamento da condição de saúde mental dos/as atingidos/as e seus familiares. Nesse contexto, tem início a construção coletiva e continuada de um serviço inédito e específico, inserido na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Mariana/MG e posteriormente denominado ‘Conviver’, que conta com uma equipe interdisciplinar e é responsável pela atenção psicossocial de indivíduos e famílias atingidas pelo maior crime socioambiental da história do país. Crime este que, assim como suas proporções e repercussões inéditas, exige articulações, ações e respostas profissionais específicas, abrangentes e qualificadas, nesse sentido constata-se a importância deste serviço e seu impacto positivo na vida dos(as) atingidos(as).

Palavras-chaves: Mineração, rompimento/crime da barragem de Fundão, saúde mental, Serviço Conviver.

ABSTRACT

This work is a bibliographic and documentary study that assumes a critical and objective social theory reflected on the relationship 'mining and mental health of those affected by the collapse/crime of the Fundão dam', 8 years after the event. It is noted that extractive mining occurs under the foundations of dependent capitalism and, with the collapse/crime of the Fundão dam, accentuating the expressions of the social issue in the territory, causing violence that remains ongoing, socio-environmental impacts, as well as the worsening of the mental health condition of those affected and their families. In this context, the collective construction and continuation of a specific and specific service begins, inserted in the RAPS of Mariana/MG and later called 'Conviver', which has an interdisciplinary team and is responsible for the psychosocial care of individuals and families affected by the greatest socio-environmental crime in the country's history. Crime is that, as well as its unprecedented proportions and repercussions, it requires specific, comprehensive professional articulations, actions and responses and skills, in this sense the importance of this service and its positive impacts on the lives of those affected can be seen.

Keywords: Mining, collapse/crime of the dam Fundão, mental health, service Conviver.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	- Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ADO	- Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
ANA	- Agência Nacional de Águas
CABF	- Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão
CAPS	- Centro de Atenção Psicossocial
CAPSad	- Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CAPSij	- Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CFEM	- Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais
CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social
CID	- Classificação Internacional de Doenças
COEs	- Comitê Operativo de Emergência em Saúde
CRAS	- Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DESSO	- Departamento de Serviço Social
DNPM	- Departamento Nacional de Produção Mineral
DPES	- Defensoria Pública do Espírito Santo
DPMG	- Defensoria Pública de Minas Gerais
DPU	- Defensoria Pública da União
ELAPPES	- Encontro Latino-Americano de Pensamento Político e Econômico em Saúde
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FLAMA	- Frente Mineira de Luta dos Atingidos e Atingidas pela Mineração
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICHS	- Instituto de Ciências Humanas e Sociais
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICSA	- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
LEA-AUEPAS	- Laboratório de Educação Ambiental, Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Pesquisa para Sustentabilidade
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragens

MG	- Minas Gerais
MLA	- Movimento da Luta Antimanicomial
MPF	- Ministério Público Federal
MPMG	- Ministério Público do Estado de Minas Gerais
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTSM	- Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental
OMS	- Organização Mundial de Saúde
OPS	- Organização Pan-Americana da Saúde
PEP	- Projeto Ético Político
PIDIC	- Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência
PNSM	- Política Nacional da Saúde Mental
PRISMMA	- Pesquisa Sobre a Saúde Mental das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana
PROPI	- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
RAPS	- Rede de Atenção Psicossocial
SISU	- Sistema de Seleção Unificada
STF	- Supremo Tribunal Federal
SUS	- Sistema Único de Saúde
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	- Tribunal de Contas da União
TMD	- Teoria Marxista da Dependência
TOC	- Transtorno obsessivo-compulsivo
TTAC	- Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UBS	- Unidade Básica de Saúde
UFJF	- Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	- Universidade Federal de Ouro Preto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - À esquerda, o Pico do Cauê em 1942, em Itabira/MG.....	13
Figura 2 - À direita, em 2007, o que sobrou dele após décadas de extração mineral, sendo completamente destruído e ficando conhecido como o buraco do Cauê.....	13
Figura 3 - Localização do Quadrilátero Ferrífero no mapa de Minas Gerais.....	27
Figura 4 - Caminhão em rodovia em frente à portaria da Samarco, Mariana-MG.....	30
Figura 5 - Mineração do Ouro na encosta das montanhas sob o curso do Rio das Velhas em Ouro Preto-MG.....	31
Figura 6 - Escravizados em mineração subterrânea. Fotografia de Marc Ferrez 1888, acervo Moreira Sales.....	32
Figura 7 - Alterações na morfologia em decorrência da mineração extrativista no século XVIII, no bairro São Cristóvão, Ouro Preto-MG.....	40
Figura 8 - Complexo de Germano da mineradora Samarco S.A, em Mariana – MG.....	44
Figura 9 - Localização do complexo da mina de Alegria com relação ao distrito de Bento Rodrigues.....	51
Figura 10 - Vista aérea dos escombros e da lama de rejeitos em Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de Fundão.....	52
Figura 11 - Resgate de um cão ferido no distrito de Bento Rodrigues em decorrência do rompimento/crime da barragem.....	53
Figura 12 - Vista geral da antiga praça de Bento Rodrigues, onde é possível perceber a calmaria que havia no território antes do rompimento/crime da barragem.....	63
Figura 13 - Casa destruída pela lama do rompimento/crime da barragem de Fundão, no distrito de Paracatu de Baixo.....	65
Figura 14 - Capela de Santo Antônio, situada no distrito de Paracatu de Baixo.....	65
Figura 15 - Antiga escola de ensino fundamental, em Paracatu de Baixo.....	66
Figura 16 - Atingidas abrigadas temporariamente na Arena de Mariana devido ao rompimento/crime da barragem de Fundão.....	123
Figura 17 - Árvore que simboliza o Conviver.....	136
Figura 18 - Fachada da atual sede do Conviver.....	139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 MINERAÇÃO E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	12
1.1 A conformação do modo de produção capitalista no globo e o lugar da América Latina e do Quadrilátero Ferrífero no contexto da dependência.....	14
1.2 A região do Quadrilátero Ferrífero, Mariana-MG e o rompimento/crime da barragem de Fundão.....	27
2 MINERAÇÃO, FUNDAÇÃO RENOVA, ESTADO E SAÚDE.....	76
2.1 Mineração, Fundação Renova e Estado.....	76
2.2 Política de Saúde, Saúde Mental e Saúde mental das(os) atingidas(os).....	104
3 CRIAÇÃO DO SERVIÇO CONVIVER APÓS O ROMPIMENTO/CRIME DA BARRAGEM DE FUNDÃO.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) se concretiza a partir da necessidade de aprofundamento teórico acerca da temática da mineração e saúde mental dos(as) atingidos(as) pelo rompimento/crime da barragem de Fundão em Mariana-MG.

Fruto de um percurso de anos de articulação entre o autor deste estudo e da orientadora, essa pesquisa resulta também do meu interesse pela temática enquanto pesquisador, do meu período de estágio supervisionado no serviço Conviver¹, e também da articulação com um projeto de Iniciação Científica do mesmo tema, no qual fui bolsista pesquisador. Do mesmo modo, essa pesquisa deságua enquanto resultado dos quatro semestres em que tive a grande oportunidade de ser monitor da disciplina de ‘classes e movimentos sociais’, ministrada pela professora orientadora deste estudo, onde pude ter o reconhecido privilégio de aprender sempre mais e ampliar o meu acúmulo teórico sobre capitalismo dependente através da Teoria Marxista da Dependência (TMD), a mineração e seus determinantes estruturais, inclusive presentes no município *locus* deste estudo, as contradições e antagonismos classistas, bem como acerca das lutas e resistências sociais e populares protagonizadas pelos sujeitos coletivos nos quais a classe trabalhadora se organiza, especialmente os movimentos sociais.

A partir de tal acúmulo teórico essa pesquisa também surge muito fortemente das minhas inquietações oriundas durante o período de estágio, onde no contato direto com as pessoas e famílias atingidas diretamente pelo crime-rompimento da barragem de Fundão pude captar as violências, violações de direitos e expressões de sofrimento e adoecimento físico e emocional dessas pessoas, perdas que, em diversos casos, se estendem com o passar dos anos e exigem articulações e respostas profissionais cada vez mais qualificadas e abrangentes, bem como respostas institucionais e medidas por parte do Estado.

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), referência na região, ampliou meus conhecimentos sobre a temática e seus atravessamentos, a partir das aulas e do acúmulo teórico-metodológico e ético político

¹ Serviço de atenção psicossocial criado inédita e exclusivamente para o acolhimento e acompanhamento das pessoas e famílias atingidas pelo rompimento/crime da barragem de Fundão em Mariana-MG, o qual será abordado no capítulo 3.

transmitido ao longo das diferentes disciplinas e demais componentes curriculares. Ensinos e referências que andaram lado a lado com a prática durante o meu processo de estágio, onde tive a confirmação de que teoria e prática não são apartadas, são âmbitos que se complementam e expõem e conformam o todo do fenômeno, no caso, a profissão de Serviço Social e seu objeto de estudo e atuação, a questão social. Aprendizados estes que trago comigo e levarei para a atuação profissional e para a continuação dos estudos.

Ressalto que, no meu entender, a questão da mineração e a saúde mental dos(as) atingidos(as) ainda é um assunto pouco abordado nas produções científicas, por isso essa pesquisa é relevante ao explicitar essa realidade objetiva e propor alternativas para pensarmos na superação da prática extrativa mineral a partir do atual modelo de mineração, que é expressivamente prejudicial ao conjunto da classe trabalhadora, sob os marcos do capitalismo.

Faz-se relevante a articulação desse estudo com a atuação dos(as) assistentes sociais, visto que o Serviço Social é uma profissão chamada para atuar nessa questão, especialmente no território mineiro, onde as consequências negativas e violentas da mineração extrativista configuram a particularidade das expressões da questão social na região.

Destaco que, a proposta inicial dessa pesquisa pressupunha a realização de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Nesse sentido, o projeto para a realização da pesquisa de campo, contendo todas as referências bibliográficas no anteprojeto, os documentos necessários para a realização da mesma, os termos de compromisso, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o roteiro da entrevista com a Assistente Social do Conviver, bem como o roteiro do Grupo Focal que seria realizado com 7 famílias de 7 distritos atingidos de Mariana-MG, estavam submetidos via Plataforma Brasil ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP desde antes da aprovação do projeto de Iniciação Científica pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPI/UFOP). Contudo, destacamos que a cada parecer fornecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP, eram solicitados ajustes e novas correções no projeto e nos documentos, o que impediu a realização da pesquisa de campo. Nesse sentido, foi realizada apenas a pesquisa bibliográfica e documental, no período de um ano, prazo de vigência da Iniciação Científica, conforme edital da PROPPI/UFOP.

Segundo Lima e Mioto (2007), a pesquisa bibliográfica consiste em um procedimento metodológico que oferece ao pesquisador a possibilidade de busca por soluções referentes ao seu problema de pesquisa.

Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (Netto, 2011. p. 22).

Para tanto, foram utilizados nesta pesquisa artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros, notícias de *sites* com devido reconhecimento de confiabilidade, bem como documentos, reportagens do Jornal 'A Sirene' e informações contidas no relatório semestral de estágio e diário de campo² do período em que o autor foi estagiário, resguardando a confidencialidade de determinadas informações de caráter sigiloso.

O trabalho está organizado em três capítulos, sendo o Capítulo 1: Mineração e modo de produção capitalista. Nessa primeira parte é feito um resgate sócio-histórico acerca da conformação do modo de produção capitalista no globo e o lugar da América Latina e do Quadrilátero Ferrífero no contexto da dependência. Logo após adentramos na abordagem acerca da região do Quadrilátero Ferrífero, Mariana-MG e o rompimento/crime da barragem de Fundão. Capítulo 2: Mineração, Fundação Renova, Estado e saúde. Neste capítulo é abordada a mineração, criação e atuação da Fundação Renova diante do rompimento/crime da barragem e a atuação do Estado, seus posicionamentos e sua atuação frente ao crime ocorrido. No segundo tópico do mesmo capítulo, trazemos à luz a análise da Política de Saúde no Brasil, Saúde Mental e Saúde mental das(os) atingidas(os), sob a perspectiva marxista. No terceiro capítulo, são expostas informações do relatório de estágio do autor sobre a criação do serviço Conviver após o rompimento/crime da barragem de Fundão, sobre a particularidade do serviço e sobre a população usuária.

Sendo assim, é mister compreender as determinações históricas da ordem material, como forma de entender as determinações da existência social e também, das subjetividades. Mais do que isso, essa compreensão é necessária para nos impulsionar e nos colocar em movimento em prol da luta por uma nova forma de sociabilidade, e essa

² “O diário de campo, mais do que apenas guardar informações, pode conter reflexões cotidianas que, quando relidas teoricamente, são portadoras de avanços tanto no âmbito da intervenção, quanto da teoria” (Lima et al. 2007, p. 93).

luta só se torna possível enquanto organização coletiva. Nesse sentido é que este estudo foi elaborado e agora é tornado público como síntese de um processo científico que não se encerra com o término da graduação.

1 MINERAÇÃO E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Abordar a temática da mineração para além de seu caráter superficial e imediatista requer uma análise e apreensão de seus fundamentos sócio-históricos e de sua conformação no bojo das relações capitalistas de produção.

Para isso, torna-se necessário adotar um referencial teórico-metodológico que permita reconhecer os seus fundamentos e o seu *modus operandi* para além da sua aparência fenomênica e imediata, utilizando o materialismo histórico-dialético como base para uma compreensão qualificada da totalidade social em sua complexidade. Portanto,

Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Pois, segundo Marx:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (Marx, 1989, *apud* Malta, 2017, p. 9).

Vale ressaltar que a teoria social crítica é a única via que nos permite adotar procedimentos analíticos baseados na realidade objetiva e nas contradições geradas/agravadas pelo modo de produção capitalista no presente estudo, visando ainda, a possibilidade de construção coletiva de formas de enfrentamento à atual dinâmica produtiva na mineração e suas nefastas consequências socioambientais.

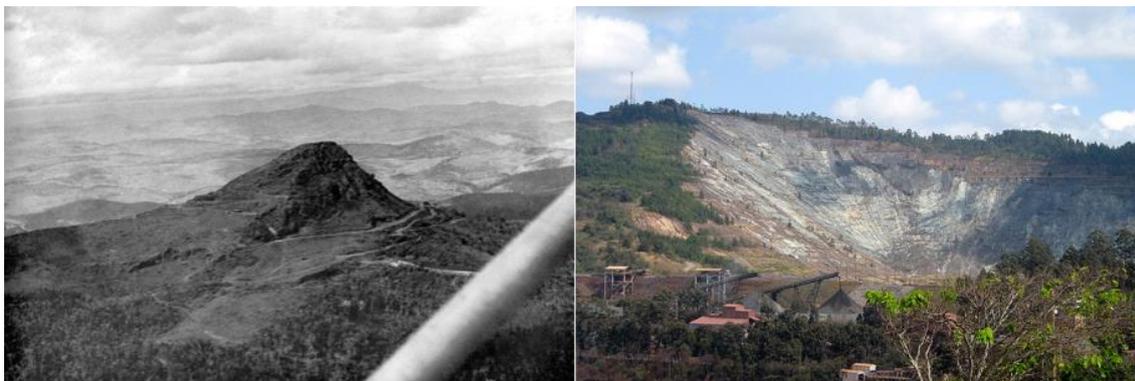
Desta forma, a realidade capitalista é que tem, como uma de suas marcas, a complexidade/dinamismo/processualidade, permeada por contradições que lhe são próprias, constitutivas. Assim, Marx pensa o capitalismo de forma dialética porque a realidade capitalista é inerentemente contraditória, dialética. Pensá-la, simplificando sua complexidade, a partir de uma lógica que se construa com

base no princípio da não-contradição é – desculpando-nos a redundância – simplificar uma realidade complexa, não a entender, mistificá-la. (Corrêa; Carcanholo, 2016, p. 14).

Portanto, adotar a teoria social crítica a partir de Marx não é “uma escolha metodológica, mas uma obrigação ontológica, para dizer de outra forma” (Corrêa; Carcanholo, 2016, p. 14).

A mineração, nos moldes como historicamente vem ocorrendo e a partir da consolidação do modo de produção capitalista, gera impactos sociais, ambientais e econômicos diretos e indiretos desde a sua instalação nos territórios. Tais impactos se estendem durante seu percurso operacional e se manifestam até mesmo após a finalização de suas atividades, deixando as marcas da sua intervenção/destruição ambiental ou social, alterando de maneira irreversível não só as paisagens, mas também a produção e reprodução da vida das populações locais e atingidas, como será explicitado adiante.

Imagem 1: À esquerda, o Pico do Cauê em 1942, em Itabira/MG. Imagem 2: À direita, em 2007, o que sobrou dele após décadas de extração mineral, sendo completamente destruído e ficando conhecido como o buraco do Cauê.



Fonte: Revista Dois Pontos (2013)

*“Chego à sacada e vejo a minha serra,
A serra de meu pai e meu avô,
De todos os Andrades que passaram
E passarão, a serra que não passa.*

*Era coisa de índio e a tomamos
Para enfeitar e presidir a vida
Neste vale soturno onde a riqueza
Maior é a sua vista e contemplá-la.*

*De longe nos revela o perfil grave.
A cada volta de caminho aponta
Uma forma de ser, em ferro, eterna,
E sopra eternidade na fluência.*

*Esta manhã acordo e não a encontro,
 Britada em bilhões de lascas,
 Deslizando em correia transportadora
 Entupindo 150 vagões,
 No trem-monstro de 5 locomotivas
 - trem maior do mundo, tomem nota –
 Foge minha serra vai,
 Deixando no meu corpo a paisagem
 Miserio pó de ferro, e este não passa.”*

*A montanha pulverizada
 Carlos Drummond de Andrade, 1973*

Este primeiro capítulo se encarrega de contextualizar a conformação do modo de produção capitalista no globo e o lugar ocupado pela América Latina e pela região brasileira do Quadrilátero Ferrífero na história mundial a partir do capitalismo dependente. Também será abordada a mineração no município de Mariana - MG e o rompimento/crime da barragem de Fundão no contexto de pós-*boom* do valor das *commodities*, o qual gerou uma série de violências e violações de direitos que consideramos estar em continuidade, conforme explicitaremos adiante.

1.1 A conformação do modo de produção capitalista no globo e o lugar da América Latina e do Quadrilátero Ferrífero no contexto da dependência.

Marx e Engels, em sua obra clássica “Manifesto do Partido Comunista” publicado em 1848, já diziam que a história de todas as sociedades têm sido a história da luta de classe, entre opressores e oprimidos, dominadores e dominados, ambos vivendo em uma guerra sem fim, sendo esta por vezes aberta, declarada e explícita, e por vezes velada, disfarçada ou silenciosa, mas sempre em vigência e continuidade.

Segundo Lenin citado por Osório (2014),

Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. (Lenin, 1980, *apud* Osório, 2014, p. 116).

Sendo assim, essa afirmação categorial clássica formulada por Marx e Engels assume uma função central no sentido de demarcar a existência das classes sociais e as diferenças

entre a burguesia e o proletariado. Esse entendimento é fundamental para nos localizarmos enquanto indivíduos na sociedade, como pressuposto para compreendermos nossos dilemas, nossos enfrentamentos cotidianos e também traçarmos formas de luta e resistência diante do aumento das disparidades econômicas e sociais na atualidade.

A sociedade é muito mais que um simples agregado de indivíduos. É, mais que nada, uma rede densa de relações em que o destino social de alguns tem direta relação com o destino social de outros, não em questões tangenciais, como poderiam aceitar algumas variantes do individualismo metodológico, mas sim na definição dos assuntos fundamentais dos sujeitos sociais. [...] são relações sociais entre grandes agrupamentos humanos que propiciam, a um só tempo, a acumulação de riqueza em alguns segmentos sociais, através da expropriação do trabalho, e a acumulação de miséria e pobreza em outros segmentos. (Osório, 2014, p. 111).

Diante da crise do sistema feudal³ europeu no século XVI e de sua insustentável manutenção frente à ascensão do capitalismo, houve a busca por novos territórios que pudessem atender às demandas econômicas e comerciais desse continente, destacando-se o Brasil como um desses lugares colonizados e a ser saqueado. “Seus solos são férteis, e prestam-se admiravelmente, por tudo isto, à agricultura tropical que efetivamente servirá de base econômica não somente da sua ocupação pelos colonos europeus, mas de ponto de partida e irradiação da colonização de todo o país.” (Prado Jr., 1969, p. 3).

Segundo Prado Jr (1969), o processo de colonização do Brasil foi marcado pela exploração e extermínio dos povos originários que aqui residiam, e embora exista um apagamento histórico, estes grupos sempre resistiam contra os ditames do invasor:

Outra circunstância ainda pesará muito nos seus destinos econômicos: a população indígena que o habitava. Ao contrário do México e dos países andinos, não havia no território brasileiro senão ralas populações de nível cultural muito baixo. Não seria grande, por isso, o serviço que prestariam aos colonos que foram obrigados a se abastecer de mão-de-obra na África. Os indígenas brasileiros não se submeteram com facilidade ao trabalho organizado que deles exigia a colonização; pouco afeitos a ocupações sedentárias (tratava-se de povos semi-nômades, vivendo quase unicamente da caça, pesca e colheita natural), resistiram ou foram dizimados em larga escala pelo desconforto de uma vida tão avessa a seus hábitos. Outros se defenderam de armas na mão; foram sendo aos poucos eliminados, mas não sem antes embaraçar consideravelmente o progresso da colonização nascente que, em muitos lugares e durante longo tempo, teve de avançar lutando e defendendo-se contra uma persistente e ativa agressividade do “*gentio*”. (Prado Jr., 1969, p. 5. O grifo é meu).

³ De acordo com Pais (1978, p. 53) segundo Dobb, Maurice (1976), as principais características do sistema de servidão feudal são: “1) um baixo nível de técnica, no qual os instrumentos de produção são simples e em geral baratos, e o ato de produção em grande parte é individual em caráter; a divisão de trabalho [...] mostra-se em nível bem primitivo de desenvolvimento. 2) produção para as necessidades imediatas do domicílio ou coletividade em seu âmbito de aldeia, e não a um mercado mais amplo. 3) atividade agrícola executada na propriedade do patrão ou senhor, muitas vezes em escala considerável, por serviços de trabalho compulsório. 4) descentralização política. 5) posse condicional das terras pelos senhores. 6) o senhor detinha “funções judiciárias ou semijudiciárias em relação à população dependente dele.”

Na marcante e ilustre obra literária *Olhos d'Água* (2020), Conceição Evaristo explicita em um conto o grito e a resistência das comunidades negras diante de anos de saqueio e exploração colonial; frente às múltiplas violências e opressões que cotidianamente acometem mulheres, homens e crianças negras(os) desde o passado – “a gente combinamos de não morrer”. Essa frase, além de ser representativa pela sua oralidade, é de uma considerável importância, pois demonstra que apesar de todas as opressões, violências, ditames e massacres que historicamente recaem sobre o povo negro colonizado, sempre houve luta e resistência, por mais que a história tente apagar esse fato.

Além da escravização dos povos originários que aqui residiam, destaca-se posteriormente a exploração da força de trabalho⁴ de negros(as) africanos(as) para trabalhar nas produções de cana-de-açúcar, pois, “tratava-se de um produto de grande valor comercial na Europa” (Prado Jr., 1969, p. 13).

Os povos das florestas viveram em harmonia com a Mãe Terra por milhares de anos até que os homens das cidades vieram lhes roubar a paz, roubar o amor, roubar a terra em troca de uma suposta civilização que mata, estupra, violenta, mente, escraviza, seja por forçada mão de obra ou por todos os males e vícios de uma civilização selvagem, adoradores do deus dinheiro (Sérgio Papagaio). (A Sirene, 2021, p. 5).

Nesse ínterim, a América Latina seguiu tornando-se o território saqueado e explorado com vistas a atender às demandas dos países em desenvolvimento – o que permanece em curso até os dias atuais, conforme demonstra Marini (2005):

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (Marini, Ruy Mauro. 2005, p. 133-134).

Segundo Marx e Engels (1997), com o enfraquecimento da indústria feudal diante das transformações sociais e das necessidades crescentes que ocorriam e ganhavam força na Europa do século XVIII e XIX, surge a manufatura, emergindo o pequeno industrial e a divisão do trabalho no interior das oficinas. Entretanto, demonstrando ser insuficiente para atender à demanda crescente do mercado, a manufatura deu lugar à grande indústria moderna, comandada pelos industriais milionários e pelos burgueses modernos.

⁴ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.” Marx, 2013, p. 312.

A grande indústria apontada por Marx e Engels foi responsável por criar o mercado mundial, expandir o comércio, a navegação e as estradas de ferro. Esta contribuiu para o crescimento e consolidação da burguesia e por colocar as classes sociais próprias da Idade Média em um segundo plano. Os autores ainda pontuam que com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a burguesia encontrou a legitimidade que almejava com o Estado Moderno, onde este passa a ser o “comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo.” (Marx, Karl. Engels, Friedrich. 1997, p. 14).

Nesse sentido, podemos perceber como o movimento dos acontecimentos sócio-históricos e os direcionamentos políticos de cada época se articulam para a estruturação da sociedade da maneira como ela se encontra, bem como para a legitimação de quem é responsável por deter o monopólio do poder e de seu *status quo* – os quais estão sob custódia da burguesia e das suas frações. Do outro lado, têm-se a face dessa estrutura que é expressa na exploração, a qual deixa um rastro de saqueio, violência, destruição e morte nos territórios onde impera.

[...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (Prado Jr., 1969, p. 14).

Nesse sentido, é explicitada a lógica de dominação dos territórios explorados (nesse caso a América Latina), com vistas a atender os interesses primordialmente europeus de crescimento e lucratividade, bem como de monopólio do poder e de hegemonia política, econômica e cultural, como é expresso pela formulação Lukacsiana.

São, portanto, as necessidades sociais, históricas, oriundas, no limite, dos processos materiais de produção e reprodução do ser social, são o tipo, o caráter e a duração dessas necessidades sociais, suas demandas e exigências, seu evoluir contraditório, suas metamorfoses e transformações que demarcam os processos da gênese, do desenvolvimento e da persistência de determinadas formas ideológicas, das conformações e da função social que tais formas ideológicas são chamadas a desempenhar na dinâmica da autorreprodução do ser social, em contextos determinados. (Silva, 2018, p. 153).

Ainda sobre os complexos ideológicos, destaca-se sua base concreta e mutável:

[...] nenhum produto ideal ou ideológico do ser social – religião, direito, política, ciência, arte, filosofia etc. – tem, por natureza, um caráter absoluto,

eterno, imutável, antes, tais produtos compõem o quadro dos predicados históricos do ser, forjados em circunstâncias sociomateriais determinadas. (Silva, 2018, p. 153).

A partir desse breve resgate sócio-histórico de demarcação do local ocupado pela América Latina e Brasil no contexto de saqueio e dominação, uma categoria se torna fundamental a ser analisada - o trabalho.

Nesse *lócus*, consideramos a categoria trabalho a partir da crítica da economia política, a qual se detém a analisar as relações sociais no rol das atividades econômicas presentes na sociedade e suas contradições estruturantes.

Antes de tudo, cabe considerar que o trabalho é inerente ao ser social, “além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade” Netto e Braz (2006, p. 29).

O ser social, humano, é um ser biológico, que possui uma natureza biológica:

A ciência atual já começa a identificar concretamente os vestígios da gênese do orgânico a partir do inorgânico e nos diz que, em determinadas circunstâncias (ar, pressão atmosférica etc.), podem nascer complexos extremamente primitivos, nos quais já estão contidas em germe as características fundamentais do organismo. (Lukács, 2010, p. 33).

Ainda nesse sentido, de acordo com Silva (2018, p. 86) com base em Lukács (2013a, p. 203):

[...] impulsos do mundo exterior no organismo, originalmente ainda simples impulsos físicos ou químicos, adquiriam a sua figura objetiva em modos de manifestação especificamente biológicos”, de modo “que vibrações do ar, que como tais originalmente tinham um efeito puramente físico, convertem-se em sons”, que “reações químicas convertem-se em cheiro e sabor”, “que nos órgãos da visão surgem as cores etc.”

De acordo com Lukács (2010), o desenvolvimento do ser social se dá através de um complexo movimento do seu afastamento das barreiras naturais. Contudo, não é possível captar o momento exato da transformação ou passagem do ser orgânico ao ser social. Só é possível, através de estudos com base no método marxiano, apreender os marcos de seu desenvolvimento fazendo um movimento de retrospecto histórico e comparação com outros seres biológicos, como o macaco, por exemplo, (mas ainda figurando em rasas semelhanças) ou com o período das escavações – as quais evidenciam uma mudança comportamental dos homens e um marco histórico desse desenvolvimento.

Sendo assim é que o mesmo autor caracteriza o desenvolvimento do ser social enquanto um “salto ontológico”, de um nível a outro, onde evidencia-se a existência de uma peculiaridade que não se compara com outros animais, e uma mudança qualitativa

nesse ser. [...] “a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade” Lukács (2010, p. 34). Ou seja, é através da sua própria atividade e do processo de humanização histórica que o homem se desenvolve enquanto ser social. Através da humanização, “as determinações naturais, sem deixar de existir, jogam um papel cada vez menos relevante na vida humana.” (Netto e Braz, 2006, p. 39).

Segundo Lukács, o trabalho, em sua essência ontológica, consiste em uma interação do homem com a natureza orgânica e inorgânica e o produto de seu trabalho. Portanto, é impossível falar sobre relações econômicas e sociais em torno da mineração sem adentrar no campo do trabalho, seja nos tempos remotos desde as primeiras práticas minerárias ou atualmente sob as novas configurações que esta assume a partir dos marcos do capitalismo imperialista.

De acordo com Netto e Braz (2006, p. 34), “o trabalho é sempre atividade coletiva”, exigindo:

[...] não só a coletivização de conhecimentos, mas sobretudo implica convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc. – e tudo isso, além de somente ser possível com a comunicação propiciada pela linguagem articulada, não está regido ou determinado por regularidades biológicas [...].

Essa articulação coletiva e organizacional do trabalho é que determina o que se considera como o caráter social da atividade humana.

O trabalho implica mais que a relação sociedade / natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza materialmente, trata-se de uma transformação prática), transforma também o sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social. [...] o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social. (Netto e Braz, 2006, p. 34).

Assim, o trabalho é a atividade desenvolvida pelo ser humano com vistas a atender às suas necessidades, que o particulariza enquanto ser social e o diferencia dos outros animais. Isso se deve ao seu processo de desenvolvimento histórico e à sua capacidade teleológica que o permite idealizar um objeto em sua mente antes de executá-lo – o que o diferencia de um animal, por exemplo, que age por instinto e de acordo com suas capacidades e necessidades meramente biológicas e de sobrevivência.

[...] o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na

imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. (Netto e Braz, 2006, p. 34).

De acordo com Netto e Braz (2006, p. 30), o trabalho humano é diferente da ação mecânica, instintiva e biológica dos animais, visto que este exige instrumentos para sua realização (os quais o próprio homem cria e aperfeiçoa); o aprendizado e domínio de técnicas, habilidades e conhecimentos; bem como visa atender a necessidades diversas e variadas de produção e reprodução da vida. “Seja um machado de pedra lascada ou uma perfuradora de poços de petróleo com comando eletrônico” (Netto; Braz, 2006, p. 32) - sempre há entre o trabalhador e a matéria natural um meio de trabalho, um instrumento (ou um conjunto deles) presente no processo de trabalho.

O homem não existe descolado da natureza, este é parte integrante dela. “A distinção entre os níveis inorgânico e orgânico, contudo, não significa a existência de uma “dupla natureza” – de fato, a natureza é uma unidade, articulando seus diferentes níveis numa totalidade complexa” Netto e Braz (2006, p 35). Contudo, uma tendência que se põe para o ser social é que, ao longo do seu processo de desenvolvimento – e isso evidencia-se no tempo presente – este pode afastar-se da natureza, muitas vezes não se reconhecendo como parte integrante (e dependente) dela. Esse distanciamento do ser social com relação à natureza, em seu plano concreto, pode vir a ser um problema, ocasionando na exploração desenfreada dos recursos naturais e de outros seres humanos como meio de seu enriquecimento econômico individual. Como consequência, intensifica-se o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, provocando/intensificando alterações climáticas e, não raras vezes, na ocorrência de desastres/crimes ambientais que tem se manifestado na atualidade.

É possível prevermos uma separação litigiosa nessa união pouco estável entre os seres humanos e a Terra, união que nunca chegou a ser consagrada como um casamento de verdade. [...] Como Ailton Krenak diz: “Nos deslocamos do corpo da Terra. Fizemos um divórcio acreditando que poderíamos viver por nós mesmos. Mas, apesar de termos nos divorciado, a todo instante, a usurpamos (extraímos, dominamos, saqueamos, destruímos)”. Tornamo-nos seres cegados por nossa prepotência. Somos tão prepotentes, tão egocêntricos [...] (Kleber Cavazza Campos). (A Sirene, 2021, p. 5).

Feitas essas considerações, fica explícito que o trabalho é inerente aos seres humanos e possui a particularidade enquanto categoria ontológica que desencadeou, em um longo percurso histórico, a evolução do ser social. Contudo, cabe destacar a forma peculiar que o trabalho adquire na sociabilidade capitalista – onde este passa a ter novos condicionantes e características.

No âmbito da lei geral da acumulação capitalista, de acordo com Marx (2013, p. 841):

A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias.

Em suma, “a produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção” capitalista (Marx, 2013, p. 841).

A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital. (Marx, 2013, p. 841).

A partir dessa afirmação se pontua o novo caráter que o trabalho assume no modo de produção capitalista, onde não basta produzir para atender às necessidades básicas e de sobrevivência, mas sim para atender a demandas e interesses particulares voltados para a acumulação de riqueza, a qual fica concentrada nas mãos de poucos.

Na lógica da produção capitalista, o salário se torna uma mediação do processo de trabalho, onde este, segundo Marx (2013, p. 841), “[...] condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinada quantidade de trabalho não pago por parte do trabalhador”. E por mais que ocorram alterações salariais, o valor pago aos trabalhadores sempre permanece atendendo à manutenção do capital, ou seja, gerando lucro adicional aos donos dos meios de produção.

Através do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ocorre uma diferenciação entre capital constante e capital variável. Inicialmente, cabe considerar que capital constante se refere aos maquinários investidos na produção, são os meios de trabalho necessários para a produção de determinadas mercadorias. Já o capital variável consiste na força de trabalho viva de homens e mulheres empregados no setor produtivo. Se nos períodos remotos da história o trabalho era desenvolvido de modo artesanal e mais rudimentar, com o avanço das forças produtivas capitalistas e da lógica de acumulação de capital presente nesse sistema, ocorre uma inversão nessa dinâmica e têm-se maior investimento em capital constante em detrimento do capital variável – gerando um elevado contingente de trabalhadores(as) desempregados(as) em decorrência da dinâmica

de funcionamento do modo de produção capitalista que separa o trabalhador do seu meio e dos seus objetos de trabalho.

Na busca para aumentar o lucro, o capital tende a investir relativamente mais em capital constante (máquinas, equipamentos, conhecimentos) que em capital variável (força de trabalho), com o objetivo de aumentar a produtividade e conseguir que cada unidade de valor de uso (automóveis, televisões, celulares, tomates ou pêssegos) se aproprie de menos tempo de trabalho socialmente necessário e, assim, seja reduzido seu valor e potencialmente seu preço. Isso faz com que a acumulação de capital cresça para além da demanda por trabalhadores, propiciando a formação de uma população trabalhadora sobrando para as necessidades de reprodução do capital. Por isso se diz que essa população sobrando é relativa, ou seja, sobrando em relação à demanda de trabalhadores estabelecida pelo capital. (Osório, Jaime. 2014, p. 129).

Essa relação é expressa na mineração, com “[...] minas sendo exauridas 24 horas diariamente, determinando uma crise entre o trabalho e a máquina - que o substitui crescentemente para aumentar o volume de produção.” (Zonta; Trocate, 2016, p. 8).

“Entre os anos de 1989 e 1998, a Vale desapareceu com 170 mil postos de trabalho” (COELHO, 2015, p. 45). Como explica John Bellamy Foster: “isso requer a revolução incessante da produção, para substituir a força de trabalho e promover o lucro, ao serviço de uma acumulação cada vez maior” (FOSTER, 2010 p. 246). Para isso serve o Instituto Tecnológico da Vale (ITV) em Belém, no Pará, e em Ouro Preto, em Minas Gerais: pensar processos de produção de “rodagem perpétua” cada vez mais tecnicistas e realizados por máquinas imparáveis. (Zonta; Trocate, 2016, p. 11-12).

A acumulação de capital nas mãos de poucas pessoas, que são os detentores dos meios de produção, constitui, de acordo com Marx (2013, p. 848), o pressuposto do modo de produção capitalista. “Podemos chamá-la de acumulação primitiva pois, em vez de resultado, ela é o fundamento histórico da produção especificamente capitalista.” (Idem). “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.” Marx (2013, p. 961).

Se, portanto, certo grau da acumulação do capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último provoca, em reação, uma acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista, e com ele, a acumulação do capital. (Marx, 2013, p. 849).

A partir da acumulação de capital, Segundo Marx (2013, p. 852), na mesma medida em que ocorre a concentração de capital, busca-se a centralização – marcada pela concorrência entre os grandes capitalistas e pelo sistema de crédito, onde esse capital cresce de maneira significativa nas mãos de um homem ou de um pequeno grupo,

colocando estes na condição de ampliar sua escala de produção – e conseqüentemente – seus lucros.

A concentração e centralização, aliadas à variação da composição orgânica do capital, conduzem à formação de uma massa de trabalhadores excedentes para o modo de produção capitalista, que irão compor o exército industrial de reserva, parte constituinte e necessária para a condição de existência desse sistema, conforme Marx (2013, p. 858) já nos alertava.

Assim, portanto, evidencia-se a lógica de expropriação de territórios, recursos naturais e da apropriação da força de trabalho de homens e mulheres com vistas ao enriquecimento de pequenos grupos que comandam o mundo,

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. (Marx, Karl. 2013, p. 998).

Ruy Mauro Marini, importante intelectual e cientista social brasileiro em sua obra *Dialética da Dependência* (2011), nos aponta que o capitalismo brasileiro se configura como *sui generis*, devendo ser analisado na perspectiva nacional mas, sobretudo, internacional – dinâmica que origina o capitalismo dependente latino-americano.

Diante do nascimento do capitalismo no século XVI, mediante o fornecimento de metais preciosos e gêneros alimentícios – conforme demonstrado anteriormente – a América Latina vai se desenvolver, segundo Marini (2011, p. 133) “em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional.”

Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais tem nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo [...] (Marini, Ruy Mauro. 2011, p. 134).

Nesses moldes, demarca-se um dos primeiros fundamentos da dependência, onde aqui, em terras latino-americanas, se produz e extrai as matérias-primas para atender aos interesses internacionais de crescimento ou para produção de produtos que poderão voltar para o nosso consumo com um valor acrescido, incrementado.

Nas palavras do autor,

[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior

dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (Marini, Ruy Mauro. 2011, p. 134-135).

Segundo Marini (2011), a grande indústria moderna não teria se erguido apenas com os recursos agrícolas internos (parcos, escassos) dos países europeus na produção das manufaturas, era necessário que estes contassem com o fornecimento de meios de subsistência agropecuários proporcionados expressivamente pelos países latino-americanos diante da classe operária e da população urbana emergente nesse contexto de desenvolvimento industrial. Como a inserção da América Latina na economia capitalista está alinhada ao desenvolvimento dos países industriais e à sua obtenção de mais-valia, somente aumentando a exploração da força de trabalho de homens e mulheres deste continente se torna possível alcançar tais metas de lucratividade – trata-se de um dos fundamentos centrais da formulação do autor, e que servem de base para a compreensão desse local específico ocupado pela América Latina e Brasil no contexto da dependência.

Como o interesse do capitalista é aumentar sua taxa de lucro, conforme Marini (2011), este exerce uma influência direta na variação entre o capital constante e capital variável, aumentando, assim, a valorização do seu capital. Essa estratégia é utilizada ainda, no sentido de “compensar a queda da taxa de lucro” (Marini, Ruy Mauro. 2011, p. 141). O aumento da lucratividade é alcançado através de três fatores apontados por Marini, sendo eles: o aumento da intensidade do trabalho; o prolongamento da jornada de trabalho e a redução do fundo de consumo do operário abaixo do seu limite regular – os pilares que constituem a conformação da superexploração da força de trabalho.

[...] na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. (Marini, Ruy Mauro. 2011, p. 149).

Esse mecanismo, segundo o autor, utiliza da intensificação da exploração da força de trabalho para contribuir no aumento da taxa de mais-valia e de lucro dos capitalistas.

[...] Importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. (Marini, Ruy Mauro. 2011, p. 149-150).

Assim, se expressa o local ocupado pela América Latina no contexto da dependência e da lógica degradante de um sistema e de uma classe social que apenas visa o lucro e a sua própria manutenção/preservação no local que ocupam, utilizando, para

isso, da força vital de homens e mulheres desses territórios historicamente saqueados e explorados, sem nenhum vestígio de remorso ou de outro adjetivo/sentimento que reflita algum tipo de solidariedade ou empatia para com estes.

Como abordado anteriormente, a colonização do Brasil se deu através do domínio territorial e da escravização dos povos indígenas e de negros(as) africanos(as). Porém, [...] “o regime de trabalho escravo, salvo em condições excepcionais do mercado de mão de obra, é incompatível com a superexploração do trabalho.” (Marini, Ruy Mauro. 2011, p. 151).

Nesse sentido é que a acumulação de capital só pode ocorrer por meio do trabalho assalariado “livre”, mediante a superexploração da força de trabalho através dos seus três mecanismos fundamentais anteriormente citados. Isso significa que, a força de trabalho “livre” assalariada, se torna facilmente descartável e substituível.

Mediante a lógica da dependência, a América Latina não depende do seu mercado interno para produzir e vender mercadorias, pelo contrário, toda a sua dinâmica produtiva é direcionada ao exterior [...] “entre a exportação de matérias-primas e alimentos” (Marini, 2011, p. 158). A industrialização tardia dos países da América Latina atende às necessidades mais embrionárias da produção industrial.

[...] (observa-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. (Marini, Ruy Mauro. 2011, p. 167).

“O abismo existente entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, aparelhos eletrodomésticos etc. sejam destinados necessariamente para esta última.” Marini (2011, p. 169).

E ainda, [...] “a compressão do nível de vida das massas trabalhadoras passa a ser a condição necessária da expansão da demanda criada pelas camadas que vivem da mais-valia.” (Marini, Ruy Mauro. 2011, p. 170).

A descoberta de metais preciosos no território latino-americano foi o ponto fulcral para a exploração deste continente como um todo. Com o decorrer do processo de “colonização”, foram descobertos diversos produtos no solo brasileiro, entre eles, o ouro.

O desbravamento na região que hoje compreende o estado de Minas Gerais se iniciou no século XVI, por meio do trabalho dos bandeirantes, em busca de ouro e pedras preciosas. Em 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que, em 1720, foi desmembrada em São Paulo e Minas Gerais. [...] A

absoluta influência da mineração na economia do estado inibiu, de certa forma, o desenvolvimento de outras atividades econômicas de exportação. (MG.GOV.BR, 2016 apud Bertollo, 2017, p. 142).

Diante dessa afirmação fica explícito o predomínio e o monopólio econômico em torno de uma única atividade produtiva em determinado território, o que dificulta ou impede o estabelecimento de outras atividades ou alternativas econômico-produtivas no local.

Em Mariana, primeira capital do Estado de Minas Gerais, a exploração de minerais possui um longo percurso histórico desde os primórdios do território. Conforme Sobreira (2014, p. 1)

A descoberta do ouro nas cabeceiras da bacia do ribeirão do Carmo em fins do século XVII provocou um processo migratório na província de Minas Gerais e o surgimento de vários povoados, que originaram posteriormente as vilas que hoje são as cidades de Ouro Preto e Mariana.

De acordo com Fonseca (1998), a extração aurífera marcou o início das atividades extrativistas em Mariana, onde foram ganhando cada vez mais destaque e culminando nas primeiras habitações do território. As conquistas auríferas na região contribuíram para o crescimento populacional e para a construção do município como um todo – processo este marcado pela exploração dos recursos naturais e também pela superexploração da força de trabalho de homens e mulheres na região. Aqui, destaca-se a exploração da força de trabalho de negros(as) escravizados(as) em prol da extração de materiais para o comércio exterior e também o início da construção da arquitetura local em um dos seus pontos mais tradicionais: as igrejas católicas de arquitetura colonial barroca, as quais também utilizaram da força de trabalho de negros e negras para erguer suas estruturas grandiosas no período colonial.

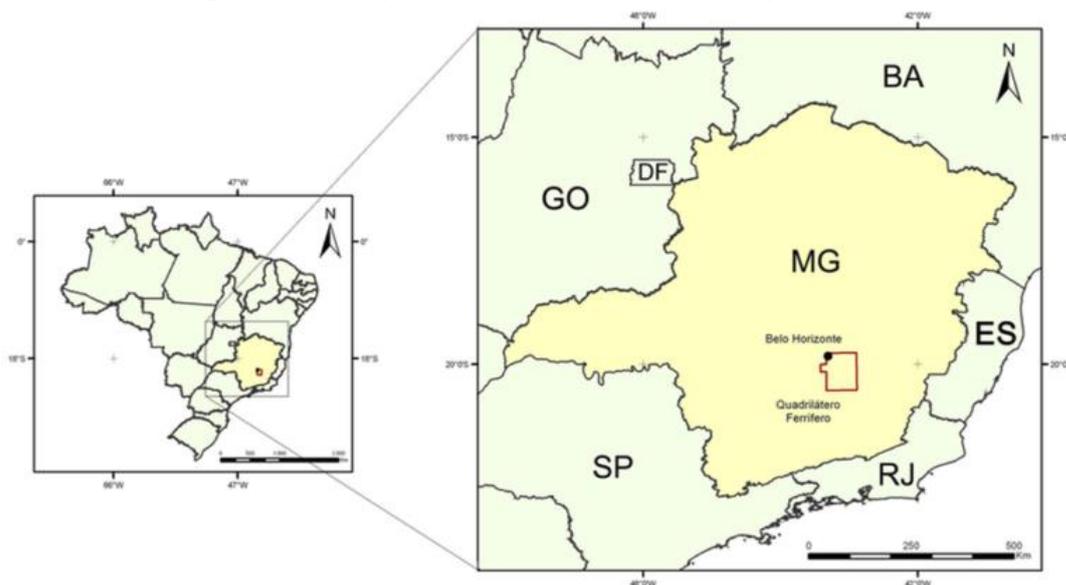
A descoberta desse primeiro mineral, o ouro, vai ser o ponto de partida para o desbravamento da mineração extrativista de minério de ferro e para a conformação e intensificação da superexploração da força de trabalho no território de Mariana-MG.

1.2 A região do Quadrilátero Ferrífero, Mariana-MG e o rompimento/crime da barragem de Fundão.

A região do Quadrilátero Ferrífero compreende, segundo Roeser; Roeser (2010, p. 33)

[...] uma estrutura geológica cuja forma se assemelha a um quadrado, perfaz uma área de aproximadamente 7000 km² e estende-se entre a antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto a sudeste, e Belo Horizonte, a nova capital a noroeste. É a continuação sul da Serra do Espinhaço. Seu embasamento e áreas circunvizinhas são compostos de gnaisses tonalítico-graníticos de idade arqueana (> 2.7 bilhões de anos).

Imagem 3: Localização do Quadrilátero Ferrífero no mapa de Minas Gerais.



Fonte: Cristal Jr (2021)

Ao longo do século XVIII, como demonstra Prado Jr (1969), foram intensas as extrações de minerais ao longo do Brasil. Contudo, as transformações socioeconômicas originadas pela mineração, ocasionaram no deslocamento dos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia) para o Rio de Janeiro – local que facilitava a transferência dos materiais obtidos nas minas para o comércio exterior através dos portos. “De um modo geral” - afirma o autor – “é todo este setor centro-sul que, graças em grande parte à mineração, toma o primeiro lugar entre as diferentes regiões do país; para conservá-lo até hoje.” (Prado Jr., 1969, p. 44).

Esse território mencionado pelo autor trata-se da atual região sudeste do Brasil, a qual, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), é composta pelos Estados do Espírito Santo; Minas Gerais; Rio de Janeiro e São Paulo, sendo a região com maior concentração populosa do território brasileiro e também a região mais rica do país, tendo São Paulo como megalópole.

Sobre este território, destaca-se:

[...] Localizada na região central do Estado de Minas Gerais, [...] avaliam suas reservas atuais de minério de ferro em aproximadamente 29 bilhões de

toneladas. Além de abrigar grandes minerações de ferro, no Quadrilátero Ferrífero também estão presentes empreendimentos minerais de inúmeros outros tipos de rochas e substâncias minerais. Trata-se de uma das mais importantes províncias minerais produtivas do país e a mais conhecida, em termos geológicos. Além das importantes reservas de minério de ferro, o Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais abriga vastas reservas de ouro, calcário, bauxita, manganês, argila, caulim, etc. (Prado Filho; Souza, 2004, p. 344).

Na região do Quadrilátero Ferrífero estão localizadas algumas cidades que possuem forte presença e impacto da atividade mineradora, entre elas “se localizam cidades como Belo Horizonte, Itabira, Itabirito, Nova Lima e outras, como Ouro Preto e Sabará, que floresceram e tiveram seu auge no Ciclo do Ouro” (Prado Filho; Souza, 2004, p. 344).

Não se trata de ser apenas a região do Quadrilátero Ferrífero fortemente minerada em Minas Gerais, de fato, esta adquire uma maior notoriedade devido à grande presença de municípios considerados *muito minerados*, como Barão de Cocais, Caeté, Catas Altas, Congonhas, Itabira, Itabirito, Mariana, Nova Lima, Ouro Preto, Rio Piracicaba, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo. Em todos esses municípios - destaca-se – ocorre a extração do minério de Ferro. (Barbosa; Abreu; Siqueira, 2021, p. 9).

De acordo com números divulgados pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), o estado responde por 40% da produção mineral do país, com destaque para a extração de minério de ferro (FIEMG, 2021).

Em alguns desses territórios que são conhecidos pelo autor deste estudo antes mesmo de iniciar a graduação em Serviço Social e de obter maior conhecimento da realidade dos territórios minerados, já era perceptível a presença de diversas violações decorrentes do setor da mineração extrativista. Em Barão de Cocais, por exemplo, cidade que eu frequentei por um período (e que por sinal não é muito distante da minha cidade de origem), pude observar, há alguns anos, o risco eminente de rompimento da barragem da mina de Gongo Soco, da mineradora Vale, que é localizada acima de um distrito historicamente pouco assistido pelos governantes do município – o distrito Socorro - que vivencia situações de pobreza decorrentes do baixo investimento municipal e, atualmente, sofre com o alerta diante da possível necessidade de alguns moradores terem que deixar suas residências e migrar para locais considerados mais “seguros”.

“É muito dolorido. Isso aqui representa a história, representa uma vida, um passado que não tem palavras para descrever para você” - disse um morador em entrevista. (G1.Globo – 2021). Outros moradores da mesma região relatam processos de adoecimento decorrentes da necessidade de ter que deixar suas casas e modificar

completamente seu cotidiano e seus modos de vida, como é expresso na seguinte fala: “A gente vai perdendo as forças, já vai perdendo a paciência, vai perdendo a coragem de trabalhar” disse um senhor que precisou deixar sua casa e que não pode retornar à mesma. (G1.Globo – 2022).

Outra cidade em que predomina a mineração extrativista há quase um século - Itabira, o autor deste trabalho também possuía contato frequente. Trata-se de uma cidade que fica a apenas 01h da minha cidade de origem e que eu transitava com alguma regularidade. Era visível a dinâmica de funcionamento sócio-político-econômico em torno da mineração, onde chegam pessoas de diversas regiões do país para trabalhar na mineração, especialmente contratados pela Vale S.A; ocorre também um fluxo de estrangeiros de diferentes países do globo que vêm para Itabira em virtude do trabalho; além do que, pude observar um certo descaso ou apagamento da história de Carlos Drummond de Andrade, tido o consenso estabelecido no senso comum de que ele abandonou Itabira para morar no Rio de Janeiro e que não ligava para a cidade - nos termos da linguagem popular. Ocorreu o mencionado por Wisnik (2016, p. 1) “em 1948, Carlos Drummond de Andrade fez sua última visita a Itabira, sua terra natal – ali, ele não voltaria mais até o fim da vida, em 1987”. Contudo, cabe destacar que Carlos Drummond teve um protagonismo cultural, político e social em prol de Itabira muito presente e eternizado em seus poemas e em suas obras, onde naquela época já denunciava os ditames da mineração e suas consequências nefastas e irreparáveis na cidade.

Achavam que isso era pouco caso com Itabira. Ao contrário: isso é testemunho da presença pungente de Itabira no meu ser”, disse o poeta em entrevista à jornalista Leda Nagle, em 1981. “Não vou [mais] lá porque meus parentes morreram, meus amigos morreram. Itabira hoje é uma cidade de 100 mil habitantes, gente de fora, da Companhia Vale do Rio Doce, que faz a extração do minério. Então, eu vou lá para quê? Para ver um passado meu que já não existe? Para sofrer? Eu vejo minha Itabira do passado na minha fotografia da parede (Wisnik, 2016).

Além do período transitório por Barão de Cocais e Itabira não tão mais frequente na atualidade, o autor desse estudo ainda realiza um percurso esporádico por essas cidades, bem como por Santa Bárbara, João Monlevade e São Gonçalo do Rio Abaixo quando vai à sua cidade natal e à casa de seus familiares. Nesse percurso, anterior ao ano de 2018 - início da graduação do autor, observa-se um intenso fluxo e circulação de caminhões pelas estradas (especialmente na região da área da Samarco em Mariana-MG), as placas indicando o percurso para zonas de auto salvamento em um extenso trajeto; bem como observa a barragem de Itabiruçu (localizada em Itabira) em sua imensidão.

Obviamente, muitas e diversas são as reflexões e emoções que tomam conta de mim nesse momento.

Imagem 4: Caminhão em rodovia em frente à portaria da Samarco, Mariana-MG.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Nesse sentido, de acordo com Bertollo (2021, p. 3):

Reconhecendo que este território é conformado pela dependência em relação aos países de capitalismo central, e que a superexploração da força de trabalho é o fundamento de tal conformação enquanto capitalismo dependente, e que se explicita no cotidiano e vida dos trabalhadores diretamente vinculados à atividade produtiva da mineração e dos moradores do entorno dos complexos produtivos, temos neste chão um intenso conflito entre as classes sociais antagônicas.

Reportando-nos ao período colonial, verifica-se que a mineração emergiu e foi impulsionada através do domínio de territórios específicos e da escravização.

As condições para a penetração do território não são portanto, aí, muito favoráveis. E até hoje constituem sério embaraço oposto às comunicações para além do litoral. Mas ao contrário do interior nordestino, o planalto centro-meridional brasileiro oferece esplêndidas condições naturais para o

estabelecimento do homem. Além do clima temperado pela altitude, solos férteis e bem regados por chuvas regulares e um sistema hidrográfico normal — ao contrário do interior nordestino semi-árido, onde a maior parte dos rios é de curso intermitente. Finalmente, o planalto brasileiro encerra abundantes recursos minerais. Tudo isto atraiu para ele a colonização, que o procurará desde o início, mas particularmente, em grandes massas humanas, a partir do século XVIII. Ele concentra hoje a maior parcela da população brasileira. (Prado Jr., 1969, p. 4).

Assim, denota-se a construção do extenso povoamento da região sudeste do Brasil, erguida no período da colonização em virtude dos metais preciosos existentes em seu território e sobre bases do trabalho escravocrata. Destaca-se que toda essa fundamentação teórico-metodológica acerca da construção da economia dependente do Brasil e do seu passado marcado pelo saqueio e pela exploração da força de trabalho de homens e mulheres negros(as), com o recorte racial, é imprescindível para uma compreensão qualificada do contexto que estamos abordando, especialmente para situar o local dos(as) atingidos(as) pelo rompimento/crime da barragem de Fundão como consequência das relações estruturais que historicamente se ergueram nesse chão.

Conforme Souza (2009), foi a partir de 1721 que se iniciou a exploração minerária de ouro nas encostas das montanhas na região.

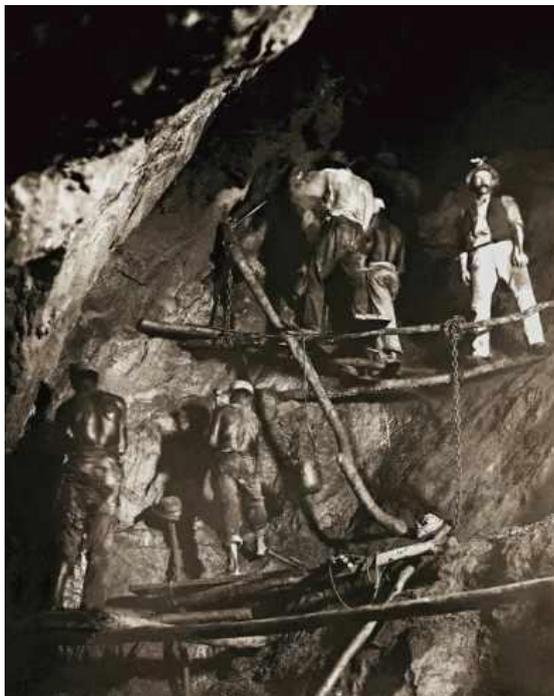
Empregando mão-de-obra escrava, relata o autor, na encosta, os mineiros executavam pequenos serviços de minas e perfuração de poços subterrâneos, que geralmente estacionavam ao atingir o lençol freático. O escoramento insuficiente e a falta de drenagem tornavam frequentes os desabamentos. (Souza, 2009, p. 44).

Imagem 5: Mineração do Ouro na encosta das montanhas sob o curso do Rio das Velhas em Ouro Preto-MG.



Fonte: Mourão (2018)

Imagem 6: Escravizados em mineração subterrânea. Fotografia de Marc Ferrez 1888, acervo Moreira Sales.



Fonte: Mourão (2018)

Diante dessa evidência, torna-se explícito que desde suas origens, as atividades minerárias geram riqueza e status social para alguns, contraposto ao desgaste, sofrimento e morte para outros.

Nesse sentido, Coelho et al. (2020, p. 103-104) afirmam que:

Uma máquina de moer gente foi a marca da exploração nas primeiras regiões mineradas no Brasil. [...] A destruição de gente caminhou junto com a superexploração da natureza, causando devastações ambientais em todas as áreas que a mineração se instalava.

Segundo Sobreira (2014, p. 56), “a abundância com que se retirava o ouro causou uma imigração em direção ao interior do país” havendo, no ano de 1750, “cerca de 80 mil trabalhadores livres ou escravos extraíndo ouro na região.”

No ano de 1808, segundo Xavier (2021), o censo populacional das principais vilas da capitania de Minas Gerais apontam que havia em Mariana 81,7% de pessoas negras e 18,3% de pessoas brancas. Já em Ouro Preto havia 83,6% de pessoas negras e 16,4% de pessoas brancas. Esses dados são importantes para demonstrar quem foram as pessoas escravizadas e os que primeiramente (e em maior medida) tiveram sua força de trabalho requerida na mineração – o povo negro. [...] “a distribuição nacional da população negra, esta foi, apesar da sua condição de inferioridade econômica e social, a grande povoadora

do nosso território. E não apenas povoou, mas criou pequenas comunidades rurais em todo o território nacional [...]” (Moura, 1992, p. 11).

Por se tratar de um metal raro e finito, após sua desenfreada exploração, o ouro vai desaparecendo ou se esgota a tal ponto que deixa de ser uma atividade lucrativa para os interesses comerciais do colonizador.

A decadência da mineração do ouro (que já começa a se fazer sentir desde meados do século) deriva de várias causas. A principal é o esgotamento das jazidas. O ouro brasileiro é, na maior parte, de aluvião, e se encontra sobretudo no leito dos cursos d'água e nas suas margens mais próximas. Ele resulta de um processo geológico milenar em que a água, tendo atacado as rochas matrizes onde antes se concentrava o metal, o espalhou por uma área superficial extensa. Daí a pequena concentração em que foi encontrado e o esgotamento rápido dos depósitos, mesmo os mais importantes. O que sobra é de um teor aurífero tão baixo que não paga trabalhos de vulto, e dá apenas para o sustento individual de modestos fiscadores isolados. Esta situação se prolonga aliás até hoje. Em toda a região do Brasil central (compreendendo os Estados de Minas Gerais, Goiás, boa parte de Mato Grosso e Bahia) ainda se encontra ouro em quase todos os rios e margens adjacentes. Mas numa porcentagem tão baixa que sua exploração se torna antieconômica. (Prado Jr., 1969, p. 40).

Posteriormente, de acordo com Gracino Júnior (2007), “outro “ciclo” mineral traz à cidade sua terceira leva de migrantes”, dessa vez atraídos pelas jazidas de minério de ferro presentes em Mariana. Num salto para o século XX, de acordo com o autor, chegam, a partir de 1960, as primeiras mineradoras no território, ocasionando transformações profundas e aumentando o contingente populacional consideravelmente. “A sede do município, que nos anos de 1960 contava com menos de sete mil habitantes, termina o século com mais de trinta e cinco mil.” (Gracino Júnior, 2007, p. 156).

Esse crescimento expressivo ocorreu devido ao fato do território Marianense ser rico em minério de ferro e aos incentivos fiscais do período da Ditadura Militar - por caracterizar-se como um atrativo comercial para a exploração mineral naquela época. (Gracino Júnior, 2007). Assim é que se instalam no território a Samarco Mineradora S.A e a Companhia Vale do Rio Doce, atualmente Vale S.A. - após sua privatização pelo Estado brasileiro.

Devido à instalação dessas duas mineradoras, ocorreu um crescimento populacional notório.

Nessas primeiras décadas o crescimento demográfico foi o resultado de grandes fluxos populacionais vindos de outros municípios: funcionários da empresa e seus familiares e, sobretudo, grande número de pessoas em busca de trabalho, além da mão-de-obra pouco especializada, que trabalhou na instalação das empresas e que permaneceu na cidade após o fim das obras. Nesse período a população rural do município de Mariana tem pouca

participação na composição da população da cidade, tendo uma variação modesta, saindo de 11.329 em 1950, para 9.901 em 1980. Mariana só conhecerá uma migração campo-cidade significativa no final dos anos oitenta e início dos noventa. (Gracino Júnior, 2007, p. 157).

A partir dessas considerações e rumando a discussão à atividade produtiva na mineração extrativista, torna-se evidente que a região do Quadrilátero Ferrífero é conformada e condicionada pela lógica da dependência, através da superexploração da força de trabalho, onde de um lado se extrai e transporta riqueza e na contramão fica miséria, morte e degradação ambiental.

*A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.*

*Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?*

Carlos Drummond de Andrade.

Adentrando no século XX, tem-se a consolidação de uma nova fase do capitalismo. Segundo Lênin (2007), trata-se do imperialismo ou capitalismo monopolista, sendo este marcado pelo aumento da livre concorrência e para a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. Por isso, o imperialismo é considerado por Lênin como a fase superior do capitalismo.

Entendemos e pontuamos as importantes contribuições de Lênin em suas produções clássicas enquanto uma maneira eficaz de analisar a sociedade capitalista moderna em suas bases concretas, no bojo das transformações societárias ocorrentes nesse período histórico e que, algumas delas ainda imperam na atualidade.

O caráter específico que assume o imperialismo ao longo do tempo e a sua forma concreta de manifestação em cada formação econômica e social dependem do modo pelo qual se combinam as tendências à concentração e centralização de capitais com a lei do desenvolvimento desigual em cada conjuntura histórica. No entanto, qualquer que seja a estratégia que orienta a política do imperialismo – o controle dos mercados, o acesso privilegiado à força de trabalho, o monopólio sobre as fontes de matérias-primas, o açambarcamento das oportunidades de negócios, o domínio das vias de transporte e comunicação, o controle do território – e qualquer que seja a forma assumida da disputa pelo controle da economia mundial – econômica ou política, lícita ou ilícita, pacífica ou violenta -, a luta entre os grandes trustes internacionais impõe uma lógica de dominação que coloca o mundo sob permanente tensão. (Lênin, 2007, p. 43-44).

Assim, fica explícito que o imperialismo, por sua vez, complexifica e aumenta ainda mais as disparidades existentes em torno das relações de trabalho e da concentração de riqueza, na medida em que os burgueses e os grandes capitalistas detêm o monopólio sobre as fontes de matérias-primas e o controle dos mercados, das comunicações e de diferentes territórios como meio de garantir e ampliar seu capital.

Além dessas transformações provenientes da consolidação do imperialismo, o século XX também é marcado pela mundialização do capital, reafirmando a condição de dominação e de dependência da América Latina no contexto global.

Ela acentuou [...] os fatores de hierarquização entre países. O abismo que separa os países que pertencem aos pólos da “Tríade” (América do Norte, Europa, Japão), ou que lhes são associados, daqueles que sofrem a dominação do capital financeiro sem retorno [...] (Chesnais, François, 2001, p. 8).

Nesse sentido, de acordo com Bertollo (2017) sob o ponto de vista de Lenin (2012, p. 87),

O monopólio, uma vez constituído e controlando bilhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em *todos* os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra “particularidade”. (Lenin, 2012, apud Bertollo, 2017, p. 83, grifo do autor).

As transformações ocorridas no Brasil a partir da década de 1950, diante das buscas e tentativas de efetivar um desenvolvimento independente do país muito fortemente empenhadas no governo de Juscelino Kubitschek foram significativas. Contudo, o que se observa, segundo Pacheco (2010, p. 7) é que, “após um curto período de grande crescimento econômico, o quadro se deteriorou com o aumento rápido da inflação e do endividamento externo.” Segundo Dos Santos (2015, p. 69-70) “Essa característica do processo de industrialização baseado na substituição das importações fez com que o crescimento industrial dependesse enormemente das divisas obtidas com as exportações.”

Existem diferentes (e divergentes) caminhos teóricos assumidos por sujeitos que, por sinal, ocupam posições sociais distintas no âmbito da sociabilidade capitalista e de seus antagonismos de classe. De acordo com o pensamento Cepalino, faz-se necessária a intervenção estatal na economia, a inserção das economias periféricas no comércio mundial e que existem limitações internas que são determinantes para a própria condição de subdesenvolvimento (Coelho, 2012).

Há um grupo de teóricos que defendem a teoria da “dependência associada”, como é o caso do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto que se deram ao despeito de formular uma “resposta” um tanto quanto contraditória e falaciosa acerca da

‘Dialética da Dependência’ formulada por Ruy Mauro Marini, dizendo que o que existe entre os países de capitalismo dependente (situados na América Latina) e os de capitalismo central é uma relação de interdependência e de desenvolvimento associado (Melo, 2010), quando, na realidade, Marini demonstrou haver uma troca desigual, uma relação de subordinação e a condição de superexploração da força de trabalho no continente latino-americano em relação aos países de capitalismo central a partir de elementos concretos, como foi pontuado anteriormente.

Sem adentrarmos com maior exaustão nesses impasses teóricos e nas diferentes formulações e oposições acerca da obra original da dialética da dependência, temos a certeza de que a corrente que defende uma relação de interdependência e desenvolvimento associado não se configura enquanto corrente teórica que permite captar o curso real do desenvolvimento dos países da América Latina e do Brasil, sendo que perde de vista e deixa escapar o contexto de desigualdade sobre o qual estes países estão histórica e estruturalmente submetidos, bem como anula qualquer possibilidade de alteração societária numa perspectiva revolucionária, questão central para os formuladores da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Portanto, mantemos nosso alinhamento teórico-metodológico em consonância com a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

A partir dos anos de 1964, diante da conjuntura estabelecida pela ditadura militar, sucedeu-se uma série de acontecimentos de ordem política, econômica, social e cultural no Brasil, com o redirecionamento da economia brasileira para o mercado mundial, muito fortemente pautada nas exportações – reafirmando o contexto da dependência sobre o qual a América Latina e o Brasil se conformam historicamente.

Cabe ressaltar que, frente ao parco progresso industrial brasileiro em relação aos centros imperialistas, mas ainda sim apresentando-se com um crescimento maior em comparação com outros países latino-americanos superexplorados e de economia dependente, destaca-se a categoria subimperialismo formulada por Ruy Mauro Marini, onde este vai demonstrar que:

[...] em sua dimensão mais ampla, o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente. (Marini, Ruy Mauro, 1973, p. 27).

Ainda segundo Marini (1973, p. 36),

O conceito de subimperialismo emerge da definição desses graus intermediários e aponta para a especificação de como incide na economia dependente a lei segundo a qual o aumento da produtividade do trabalho (e, por consequência, da composição orgânica do capital) acarreta um aumento da superexploração. É evidente que tal conceito não esgota a totalidade do problema.

Nesse sentido é que são dadas as condições para que países dependentes possam exercer domínio ou maior influência sobre outros países dependentes em condições de maior subdesenvolvimento ou de menor industrialização. Em resumo, Luce (2011, p. 9), diz que: “define-se o subimperialismo como uma forma que o padrão de reprodução do capital pode assumir em subcentros do capitalismo dependente”. E ademais, diz que:

O subimperialismo não é um imperialismo de menor grandeza ou de segunda categoria. É um fenômeno que compartilha leis do desenvolvimento capitalista comuns à teoria do imperialismo, mas que possui elementos próprios, que correspondem ao funcionamento do capitalismo dependente e conformam uma dimensão estudada pela TMD. (Luce, 2011, p. 187).

De acordo com Dos Santos (2015), as transformações ocorridas no Brasil a partir da década de 1960 contribuíram para favorecer a pequena burguesia local e os centros imperialistas - não permitindo o desenvolvimento interno do país.

Essa articulação estrutural entre a sobrevivência do setor exportador e a industrialização vai configurar uma aliança política muito própria dos países latino-americanos, nos quais encontramos uma política de sobrevivência do latifúndio apoiada pela burguesia industrial. Esta ficou limitada na sua dimensão revolucionária [...]. Criou-se, em consequência, um bloqueio estrutural ao desenvolvimento econômico da região. (Dos Santos, 2015, p. 70).

A partir do momento em que a burguesia assume um papel revolucionário a seu favor (tornando-se, nesse caso, reacionária) ela articula seus meios para se tornar a classe que detém não só o poder econômico, mas o poder e o controle sobre todas as esferas da vida social, material e espiritual da classe trabalhadora.

Marx e Engels (2007, p. 47) afirmam que

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.

Sendo assim, percebemos que as transformações societárias globais são atravessadas e condicionadas pela classe dominante, pela dinâmica do modo de produção

capitalista e pela acumulação de capital. Harvey (2008) menciona que essas transformações ocorridas particularmente durante o século XX carregam consigo mudanças significativas no mundo do trabalho, no âmbito da intervenção do Estado e também nas questões relacionadas aos hábitos, atitudes culturais e políticas da sociedade em geral.

Na década de 90, diante do acúmulo da dívida externa e do aumento desenfreado da inflação, que apesar dos governantes precedentes terem feito um esforço na tentativa de combatê-la, os países latino-americanos e o Brasil se encontravam em uma situação econômica crítica. Sendo assim, os desdobramentos do capitalismo em sua forma de acumular riquezas, desafiam a prática e o pensamento social (Chesnais, 1996, p. 1).

A partir desse período, iniciam-se no Brasil uma série de acontecimentos que irão exercer forte influência sobre a vida social, no curso de mudanças de ordem política, econômica, cultural e ambiental.

O processo de acumulação capitalista é uma história de ciclos de crises econômicas. De acordo com Netto e Braz (2007), de 1825 até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram catorze vezes acompanhadas por crises. Em pouco mais de um século a dinâmica capitalista manifestou-se inconstante, com períodos de expansão e crescimento da produção bruscamente cortados por depressões, caracterizadas por falências, quebradeiras e, para os trabalhadores, desemprego e miséria. Isto acontece porque as crises são demonstrações de contradições próprias do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Elas se manifestam como cessações periódicas do “curso normal” da reprodução capitalista. (Zacarias, 2011, p. 2).

As crises recorrentes no capitalismo são produzidas pelo próprio movimento da acumulação de capital. Estas são inerentes e inelimináveis ao próprio sistema. De acordo com Mészáros, importante intelectual marxista da atualidade,

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado (Mészáros, 1998, p. 1).

Os últimos anos refletem de maneira explícita essa lógica, onde as empresas mineradoras buscam ampliar suas atividades mesmo, e especialmente, nos períodos de crise, visando manter suas taxas de lucro, ainda que isso implique em superexplorar e destruir vidas e a natureza.

Dentre os fenômenos característicos do atual momento histórico, destacamos como relevante a chamada crise civilizatória, cujo reflexo sobre o meio ambiente, se mostra claramente com o processo de degradação ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e seus efeitos para a humanidade em geral,

e particularmente para os setores populares. Essa crise nos indica a necessidade de questionar, criticamente, a racionalidade e os paradigmas teóricos que deram impulso e legitimidade ao crescimento econômico, num processo de negação da natureza e da vida humana. (Grossi, 2009, p. 35).

As transformações societárias são amplamente acompanhadas e direcionadas pelas mudanças no mundo do trabalho – as quais são fortemente influenciadas pelas características de cada período e contexto histórico e atualmente perpassadas pelos ditames do capital financeiro e pela lógica de produção, acumulação e centralização de capital.

Decerto que os níveis de degradação ambiental nas sociedades anteriores ao capitalismo não chegaram a configurar um quadro de ameaças à sustentabilidade planetária, tendo em vista que o objetivo precípua da produção não residia na formação do excedente com vistas ao mercado e, conseqüentemente, a obtenção do lucro. O baixo nível de eficácia da técnica, observado nas sociedades que antecederam o mundo burguês – para as quais a natureza aparece como fonte de magia e de mistérios – não possibilitou o efetivo domínio da natureza (Silva, 2010, p. 34).

Entretanto, o trabalho na lógica capitalista, como já mencionado anteriormente, assume uma outra perspectiva, onde não mais se produz o necessário e o essencial para viver, por meio do trabalho artesanal. Nessa nova dinâmica produtiva, a relação do homem com a natureza se altera, alterando também as relações econômicas, produtivas, sociais e em diversos âmbitos da vida material e espiritual – alterando assim, as relações humanas como um todo, as quais passam a ser mediadas pelo dinheiro. Silva (2010, p. 17), afirma que “nos deparamos com as contradições geradas pelo atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, dentre as quais se inclui a produção destrutiva da natureza como uma de suas mais drásticas expressões.”

No curso dessas alterações/modificações, o homem exerce todas as suas capacidades com vistas a explorar e a obter cada vez maiores lucros com o domínio de territórios mediante a exploração da natureza e das vidas humanas.

O chamado “ambiente natural” é objeto de transformação pela atividade humana. Os campos são preparados para a agricultura; os pântanos, drenados; as cidades, estradas e pontes, construídas; as plantas e os animais são domesticados e criados; os habitats, transformados; as florestas, cortadas; as terras, irrigadas; os rios, represados; as paisagens, devastadas (servindo de alimento para ovinos e caprinos); os climas, alterados. Montanhas inteiras são cortadas ao meio à medida que minerais são extraídos, criando cicatrizes de pedreiras nas paisagens, com fluxos de resíduos em córregos, rios e oceanos; a agricultura devasta o solo e, por centenas de quilômetros quadrados, florestas e matos são erradicados acidentalmente como resultado da ação humana, enquanto a queima das florestas na Amazônia, consequência da ação voraz e ilegal de pecuaristas e produtores de soja, leva à erosão da terra [...] (Harvey, 2011, p. 151).

Nesse sentido, percebemos como a ação humana atrelada aos interesses voltados para a acumulação de capital causa um impacto negativo direto na natureza e na própria vida humana (que recai principalmente sobre a classe trabalhadora). Sobreira (2014), demonstra que mesmo com técnicas primitivas de mineração, o homem foi capaz de, ao longo do tempo, ocasionar mudanças expressivas nas paisagens de diversos territórios. Afirma, “Nos veios auríferos era necessária a abertura de minas para exploração subterrânea, enquanto nas vertentes empregava-se o desmonte manual ou hidráulico, gerando uma lama que era acumulada em reservatórios (mundéos) para depois ser trabalhada.” (Sobreira, 2014, p. 56).

Imagem 7: Alterações na morfologia em decorrência da mineração extrativista no século XVIII, no bairro São Cristóvão, Ouro Preto-MG.



Fonte: Sobreira (2014)

O século XX, por um lado marcado pelo avanço tecnológico e científico próprio do mundo globalizado, e de outro caracterizado pela intensificação das expressões da questão social⁵ em suas diversas manifestações, influenciado ainda pelas crises do capital, agrava a relação capital-trabalho e reafirma, mais uma vez, a dialética da dependência.

No contexto de crise estrutural do capital, a ordem capitalista tem manifestado suas contradições, através, também, da destrutividade ambiental e social, expressas no aumento da fome, do desemprego estrutural, da quebra dos direitos e da destruição ambiental. Todos esses agravantes são resultado da organização da sociedade em classes sociais antagônicas, que assumem lugares diferentes no processo de produção e na apropriação da riqueza socialmente produzida, o que se manifesta conjuntamente na relação sociedade e natureza. (Pereira, 2018, p. 58).

⁵ A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura [...]. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da atividade humana [...]. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais [...] (Iamamoto, 2001, p. 16-17).

A atualidade é marcada pela reestruturação produtiva do capitalismo, pela financeirização e pelo avanço do neoliberalismo que já se configura, conforme alguns autores da teoria marxista contemporânea defendem, como ultraneoliberalismo, mas adentraremos nessa questão no próximo capítulo ao abordarmos a atuação do Estado. Esses ordenamentos da ordem vigente estão em conformidade com o capitalismo imperialista (inclusive no âmbito de suas crises estruturais) e se caracterizam por agravar ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora, que é maioria.

Conforme Nogueira (2001), o século XX foi marcado pelo Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State* em diferentes países, onde o Estado vai atender a algumas demandas da classe trabalhadora no âmbito do trabalho visando manter as taxas de crescimento econômico, mas também atender aos interesses da classe dominante que visa a acumulação de capital e a manutenção da ordem tal qual está estabelecida. Após alguns anos, essa “conciliação” entre as classes sociais antagônicas por meio do Estado é interrompida e delimita novamente o local ocupado pela burguesia e pela classe trabalhadora sob a lógica do sistema capitalista no mundo.

Assim, no período pós 2ª Guerra Mundial, “é possível a superexploração ter sido amenizada de forma planejada” (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2015, p. 126), em função de iniciativas como a implantação do chamado Estado de Bem-Estar Social, mas que após a década de 1960, nestes países centrais na acumulação capitalista, a situação da classe trabalhadora volta a deteriorar-se e as lutas voltam a acirrar-se, fazendo-os reafirmar, com base em Mészáros (2011, 2011a), que o capital é incontrolável [...] (Bertollo, 2017, p. 67).

Nesse curso, o início do século XXI vai ser marcado por uma grave crise estrutural do capital. “Quando a economia capitalista mundial entra em crise em 2007/2008, as economias periféricas acompanham o movimento, uma vez que são dependentes dessa dinâmica de acumulação” (Carcanholo, 2010, p. 8).

Segundo o autor,

A crise já se ensaiava anteriormente quando da formação da bolha especulativa junto às ações de empresas de alta tecnologia, as famosas empresas pontocom. O estouro dessa bolha nada mais representou do que a desvalorização do capital fictício acumulado especulativamente nesse mercado que, com a sua retração, se viu obrigado a encontrar novos espaços de valorização, ou pelo menos para aquela parcela do capital fictício que sobrou ao estouro dessa bolha. (Carcanholo, 2010, p. 8).

E afirma que “o cenário externo favorável para as economias periférico-dependentes se transforma, e a dependência volta a manifestar todo seu caráter efetivamente estrutural. A economia mundial entra em recessão no período 2008-2009” (Carcanholo, 2010, p. 8).

Em síntese, o mesmo autor afirma que, no pós-crise, quem mais sofre é a classe trabalhadora. Esta, torna-se ainda mais superexplorada, tem seus direitos previdenciários e trabalhistas ameaçados, e sofre com a redução das poucas políticas sociais públicas existentes e com o desemprego em massa.

Feitas essas breves considerações conjunturais acerca das condições sócio-econômico-políticas do mundo sob os moldes do capitalismo, sobre suas crises inerentes e sobre a condição de dependência latino-americana – categorias que são fundamentais para a compreensão do tema em questão, direciona-se a discussão para a especificidade da mineração extrativista no Brasil, com foco no município de Mariana-MG.

Mediante a lógica da dependência e da relação de subordinação que integra a América Latina aos grandes centros imperialistas, pode-se considerar que atualmente o minério de ferro presente nas terras mineiras sucedeu a exploração do ouro que foi o principal produto extraído nestas terras durante o período colonial.

Do ouro ao minério de ferro, o que a história registra é um irracional exaurimento da natureza e dos homens diretamente envolvidos nesses processos. Da condição de escravo à de trabalhador assalariado, o destino de milhares de indivíduos é ser exaurido pela lógica de sistemas produtivos voltados à expropriação e à espoliação, especialmente, no caso da ordem destrutiva do capital no contexto extrativista que historicamente se pôs em curso neste tão rico território latino-americano. (Bertollo, 2017, p. 137).

O trabalho na mineração se caracteriza como um trabalho concreto, na medida em que vai exigir a disposição de força física e a incidência de movimentos corporais para os processos de extração, processamento e transferência do minério de ferro (ainda que se utilize maquinários no decorrer desse processo). A mineração extrativista é uma das principais engrenagens do capitalismo, na medida em que se utiliza do valor de troca obtido com as matérias-primas extraídas e da superexploração da força de trabalho no processo produtivo como forma de acumulação de capital. Não percamos de vista que, nesses moldes, o trabalho enquanto categoria ontológica perde seu sentido como atividade que pode contribuir para a conformação plena e ampla do ser social e do humano-genérico, passando a ter um significado vinculado restritivamente à condição material de compra e venda de força de trabalho, de degradação de vidas humanas dos(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) nesse processo, das pessoas residentes nos territórios minerados e da natureza.

A produção capitalista (e a apropriação da natureza) é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade em particular: lucro. Na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza. (Smith, 1988, p. 94).

A palavra mineração “deriva do latim medieval - mineralis - relativo a mina e a minerais.” (Dias, 2015, p. 18).

Da ação de cavar minas criou-se o verbo "minar" no século XVI e, em consequência da prática de se escavar fossos em torno das fortalezas, durante as batalhas, com a finalidade de fazê-las ruir, adotou-se a palavra "mina" para designar explosivos militares. A associação das duas atividades deu origem ao termo mineração, visto que a escavação das minas se faz frequentemente com o auxílio de explosivos. (Enríquez; Drummond, 2007 apud Dias, 2015, p. 18).

Complementando,

De um modo genérico, pode-se definir mineração como a extração de minerais existentes nas rochas e/ou no solo. Trata-se de uma atividade de natureza fundamentalmente econômica que também é referida, num sentido lato, como indústria extrativa mineral ou indústria de produtos minerais. Segundo a classificação internacional adotada pela ONU, define-se mineração como sendo a extração, elaboração e beneficiamento de minerais que se encontram em estado natural: sólido, como o carvão e outros; líquido, como o petróleo bruto; e gasoso, como o gás natural. Nesta acepção mais abrangente, inclui a exploração das minas subterrâneas e de superfície (ditas a céu aberto), as pedreiras e os poços, incluindo-se aí todas as atividades complementares para preparar e beneficiar minérios em geral, na condição de torná-los comercializáveis, sem provocar alteração, em caráter irreversível, na sua condição primária. (Amaral; Lima Filho, s.d., p. 1).

Imagem 8: Complexo de Germano da mineradora Samarco S.A, em Mariana – MG.



Fonte: Samarco (2019)

A mineração ainda exige (e tem exigido cada vez mais) além do trabalho no “chão da mina” o trabalho que envolve e abarca o desenvolvimento de estudos e tecnologias

que são direcionados à essa atividade, visando agilizar e otimizar as etapas do processo produtivo e a sua ampliação nos territórios, ou seja, materializa no seu cotidiano de acontecimento os mecanismos da superexploração da força de trabalho.

Modernamente, a mineração é uma atividade cara e complexa. Tem início com a localização de jazidas minerais, o que se faz por mero acaso ou cientificamente, através de estudos geológicos regionais, seguidos por mapeamento geológico de detalhe da área selecionada. Uma vez confirmada a existência de jazimento mineral, passa-se a realizar a pesquisa mineral. Nesta fase faz-se uso de vários trabalhos e técnicas, quais sejam: sondagens, poços de pesquisa, trincheiras, etc., bem como a eventual aplicação de métodos de prospecção geofísicos e/ou geoquímicos. Todo esse trabalho visa confirmar a existência do jazimento, seu condicionamento geológico (extensão, comportamento estrutural, teores do minério, etc.) e, sobretudo, calcular as reservas do minério em foco e sua economicidade. Só depois de qualificado e quantificado o minério e determinada a sua exequibilidade econômica, é que se deve dar início a atividade de mineração propriamente dita: extração e beneficiamento do minério. (Amaral; Lima Filho, s.d., p. 3).

Assim, torna-se evidente que a mineração tem se mostrado cada vez mais uma atividade racionalmente pensada com vistas a garantir a manutenção do capitalismo e, conseqüentemente, a posição dependente de alguns Estados-Nação em relação às economias centrais e classes sociais que detém o poder econômico no mundo.

Em 2020, as substâncias da classe dos metálicos responderam por cerca de 80% do valor total da produção mineral brasileira. Dentre essas substâncias, onze destacam-se por corresponderem a 99,7% do valor da produção da referida classe, quais sejam: alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco. O valor da produção dessas onze substâncias totalizou 193,5 bilhões de reais, com destaque para a expressiva participação do ferro nesse montante, cuja produção é concentrada, principalmente, nos estados do Pará e Minas Gerais. (Anuário Mineral Brasileiro - AMB, 2021, p. 2).

Dentre essas substâncias metálicas citadas, constata-se que estas representaram, no ano de 2020, um total de 47,9 bilhões em exportações, e 9,7 bilhões em importações. As exportações - destaca-se – foram direcionadas principalmente aos Estados Unidos, Canadá, China, Japão e Malásia - principais centros imperialistas do mundo. Nesse sentido, verifica-se a dinâmica das extrações minerais destinadas ao exterior, reafirmando a lógica da dependência e da troca desigual que é imposta à América Latina. (Anuário Mineral Brasileiro – AMB, 2021).

Além dos aspectos estritamente econômicos da exploração de recursos minerais, estas atividades geram significativas conseqüências sobre os meios social e ambiental. [...] A extração dos recursos do subsolo, seja em minas a céu aberto ou subterrâneas, geram impactos significativos sobre o meio ambiente, como alterações das paisagens e contaminação dos solos e lençóis freáticos por produtos químicos utilizados no beneficiamento dos minerais. (Lopes, 2013, p. 12).

Múltiplas e variadas são as consequências do modelo de mineração nos moldes como ela se instala nos territórios e opera atualmente, conforme Aráoz (2020),

A mineração na América Latina, sua história, seus avatares, foram desde cedo definidos pela metáfora das veias abertas. Seus impactos bem podem figurar como a passagem de um furacão; um furacão chamado ‘progresso’. A noção ilustrada, moderna, científica, positiva de progresso, convertido em religião – religião colonial -, é o que ainda a essa altura, no século XXI, permite vislumbrar, mais que as razões, as emoções que mobilizam essa dinâmica sacrificial da mineração transnacional, propriamente colonial. A fé na promessa do desenvolvimento infinito. A cobiça que se faz passar por prosperidade, o bem-estar que se confunde com consumo, a mera mercantilização do desenvolvimento. Em todo caso, falamos de uma prosperidade que nasce e se alimenta do horror. Progresso é devastação. O brilho do ouro mostra de maneira ofuscante a sangrenta fórmula da ‘civilização’, dessa civilização doente. Cega todos os órgãos sensoriais vitais e cria corpos insensíveis, acostumados à violência – esta, sim, potencialmente infinita. (Aráoz, 2020, p. 12).

Como apontado anteriormente, a América Latina se integra ao mercado mundial sob a condição de fornecedora de produtos agrícolas e matérias-primas, dominada por uma condição econômica desigual onde os países desenvolvidos é que saem ganhando, ou seja, lucrando com tais relações comerciais na dinâmica da divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, considerando o processo histórico de decorrer dos séculos desde o advento da invasão do território brasileiro pelos portugueses em 1500 até os dias atuais, o que resta para este chão são os vestígios dos minerais extraídos até seu esgotamento, sem nenhuma ou pouquíssima responsabilidade social e ambiental, os rompimentos criminosos de barragens de rejeitos comprovam tal situação.

Zonta e Trocate (2016), defendem que a mineração extrativista tem operado cada vez mais para atender a interesses que vão além das necessidades de subsistência e reprodução do cotidiano, criando produtos não só com obsolescência programada, mas que geram além disso, uma obsolescência psicológica.

[...] estamos minerando para elaboração de uma coleção de produtos para serem consumidos pela sociedade de maneira supérflua. O mercado não só criou a obsolescência programada para duração por tempo determinado de seus produtos, como já aciona a “obsolescência psicológica”, onde o indivíduo sente a necessidade da compra de outro produto, mesmo que o seu ainda esteja em plenas condições de uso, pelo fetiche da mercadoria mais “moderna”. (Zonta; Trocate, 2016, p. 9).

Como forma de representar a realidade e desmistificar as histórias mascaradas/distorcidas que aprendemos na maior parte das escolas brasileiras durante a formação básica acerca do processo de descobrimento/invasão do Brasil, Eduardo Galeano, jornalista e escritor Uruguaio, é enfático ao demarcar o local ocupado pelo

continente latino-americano no mundo em uma de suas grandes obras, intitulada “As Veias Abertas da América Latina”, dizendo que:

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções. Ela já não é o reino das maravilhas em que a realidade superava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus da conquista, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los. (Galeano, 2010, p. 10).

Nessa esteira teórica e político-interpretativa da nossa realidade, Osório (2014), aponta que as classes sociais se diferem, entre outros aspectos, pelo seu lugar na organização social do trabalho.

Neste caso se destaca a capacidade dos conglomerados sociais de controlar ou não os processos produtivos, isto é, sua capacidade técnica e de direção para determinar ritmos de trabalho, tempo das cadeias produtivas, controles de qualidade, como se produz; controlar, enfim, o conjunto do processo de trabalho ou apenas alguma fase ou aspecto desse processo ou mesmo nenhuma fase. (Osório, Jaime. 2014, p. 119).

De acordo com o que temos tratado ao longo desse texto, sem perder de vista a questão racial que é diretamente relacionada com o *modus operandi* da mineração ao longo dos séculos, têm-se a ocorrência do racismo ambiental nos territórios minerados. Para discorrer brevemente sobre esse conceito e a categoria racismo, faz-se necessário buscar as contribuições de Silvio de Almeida, que é advogado, professor, homem negro, atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil e autor do livro “O que é racismo estrutural” (2018). Silvio é uma representação histórica de um homem negro que alcança patamares pouco ocupados por pessoas negras na sociedade em geral, considerando as bases históricas escravocratas, racistas e que excluem o povo negro de diversos locais na sociedade, principalmente dos cargos e posições de maior destaque ou credibilidade, porque historicamente essa população é negada a ocupar esses espaços e é sempre jogada para as camadas inferiores da sociedade como verdadeiros *ninguéns*⁶. Por

⁶ As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura. Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e malpagos: que não são, embora sejam. Que não falam idiomas, falam dialetos. Que não praticam religiões, praticam superstições. Que não

isso, é de grande significado poder trazer um autor negro de tamanha importância para esse trabalho, considerando a relevância das suas formulações e também a possibilidade e necessidade de avançarmos na ciência com a presença de pessoas negras nesses espaços que são ocupados majoritariamente por pessoas brancas de classe média e alta.

De acordo com Almeida, o racismo possui uma dimensão estrutural, em que é entendido como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens para certos grupos” (Almeida, 2018, p. 25).

Segundo Meneghini et al (2021), o racismo ambiental possui um significado amplo que abrange a relação humana com a natureza em todo o planeta, “incluindo a gestão de resíduos tóxicos e a poluição, o acesso às comodidades e a segurança no trabalho” - Meneghini et al (2021, p. 94) impulsionado pelo movimento dos direitos civis no século passado.

Meneghini et al (2021), apoiados em Keucheyan (2018), vão dizer que o racismo possui uma dimensão sistêmica, onde certos indivíduos irão se privilegiar da lógica capitalista racista. Ainda embasados em Keucheyan, os autores apontam que o racismo é um fenômeno multiescalar, que possui quatro dimensões articuladas entre si: “a (dimensão) individual (que compreende a ideologia do indivíduo e sua intenção), a de mercado (compreende a lógica de alocação dos bens), a do Estado (e suas políticas públicas) e a das relações internacionais (fruto do imperialismo).” (Keucheyan, 2018 apud Meneghini, 2021, p. 95).

Ainda segundo Almeida (2018), o racismo estrutural está presente nas bases da estrutura organizacional política e econômica da sociedade brasileira e que, por mais que ela mude sua organização, este sempre permanece imperando na sociabilidade.

Segundo o Relatório de Insustentabilidade da Vale, documento internacional formulado pelos acionistas e administradores críticos, juntamente com os atingidos e atingidas pela empresa,

O racismo ambiental, estruturante e institucionalizado, faz com que barragens de rejeitos perigosas, construídas com métodos mais baratos (mas mais arriscados) para tratamento e armazenamento de rejeitos, sejam direcionadas normalmente para aqueles territórios que abrigam populações pobres, pretas e indígenas. Em Bento Rodrigues, aproximadamente, 85% da população é negra, o distrito se encontra a pouco mais de 6 km da barragem de rejeitos rompida. Paracatu de Baixo tem 80% de população negra, está a pouco mais de 40 km

fazem arte, fazem artesanato. Que não são seres humanos, são recursos humanos. Que não têm cultura, e sim folclore. Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata. (Eduardo Galeano, 2021, p. 71).

do epicentro do desastre. O povoado de Gesteira, afastado aproximadamente 62 km da barragem de Fundão, apresenta 70,4% da população negra e o município de Barra Longa tem 60,3% de população negra, dista cerca de 76 km da barragem. O rompimento da barragem atingiu a população de Minas Gerais como um todo, mas prejudicou e destruiu de formas mais severas as vidas de pessoas pretas e indígenas. (AIAAV, 2021, p. 28).

Sendo assim, evidencia-se que o racismo ambiental está relacionado com a dinâmica do modo de produção capitalista, que explora e degrada a natureza e as vidas humanas com vistas a obter lucro. Porém, ele resulta também de estruturas historicamente construídas no globo e passadas adiante, em meio a relações de dominação e opressão que irão marcar diversas e consecutivas gerações ao longo do tempo. Tendo isso em vista - é fundamental lutarmos diariamente e criarmos estratégias de enfrentamento para romper com essa lógica destrutiva de um sistema e de um processo extrativista mineral que explora, segrega e que está destruindo cada vez mais.

Os consecutivos ditames do capital se efetivam no cotidiano das populações dos territórios onde a mineração extrativista se instala, ocasionando em diversas modificações no cotidiano e nas identidades dessas comunidades e dos territórios dominados.

Para além da precarização da força de trabalho e do aumento dos casos de violência urbana, destacam-se os impactos relacionados à transformação arbitrária de dinâmicas socioespaciais construídas historicamente. Famílias que habitam as áreas de interesse das empresas mineradoras são, muitas vezes, removidas e forçadas a aceitarem indenizações irrisórias ou outras formas de moradia que desconsideram os vínculos afetivos e de pertencimento com o lugar, as identidades territoriais construídas coletivamente e, não raro, também o real conceito de moradia digna. (Passos; Coelho; Dias, 2017, p. 276).

Nessa esteira das atividades intrínsecas ao sistema capitalista, da superexploração da força de trabalho, das violações de direitos e destruição ambiental, ocorre no dia 05 de novembro de 2015 o rompimento/crime da barragem de Fundão, de responsabilidade da empresa Samarco Mineração S.A, de propriedade da Vale S.A e BHP Billiton. Esse ocorrido desencadeou consequências até então desconhecidas pela maior parte da população devido à proporção dos impactos causados aos seres humanos e à natureza, os quais adentraremos com mais ênfase nas páginas seguintes.

O rompimento de barragens não é algo recente na história e o rompimento da barragem de Fundão no dia 05 de novembro de 2015 não é um acontecimento inédito, mas este se destaca pela sua amplitude e por ganhar maior notoriedade e visibilidade através da mídia nacional e internacional e dos desencadeamentos conseguintes – os quais precisam ser amplamente problematizados conforme é proposto por esse trabalho.

Os processos de extração do ouro no período colonial, conforme apontado anteriormente, eram marcados por diversas questões de insalubridade, não raramente

causava a morte dos(as) trabalhadores(as) de maneira repentina e direta (através da ruptura e desabamento das estruturas subterrâneas de escavação) ou indiretamente através do exaurimento e degradação que estes(as) sofriam ao longo da baixa expectativa de vida que tinham diante da condição de superexploração da força de trabalho que vivenciavam.

Ao analisar as pesquisas e o levantamento de dados feito por Bowker e Chambers (2015), Zonta e Trocate (2016) demonstraram que, dentre os rompimentos de barragens ocorridos entre 1910 e 2010, foi observado mais de 30 rompimentos a partir da década de 90 no mundo e que, para os autores:

[...] tal tendência é um reflexo das tecnologias modernas de mineração, que permitem a implantação de megaminas, construídas para extrair minérios a partir de reservas caracterizadas por concentrações cada vez menores. À medida que a qualidade dos minérios diminui, aumenta a quantidade de rejeitos e, conseqüentemente, o tamanho das barragens. (Zonta; Trocate, 2016, p. 23).

Em um balanço realizado por Oliveira (2015), é demonstrado que Minas Gerais já passou por outros casos de rompimento de barragens ao longo dos últimos anos, sendo que em 1986 ocorreu o rompimento de barragem de rejeitos em Itabirito-MG, deixando 7 mortos; em 2001 uma barragem se rompeu em Nova Lima-MG, ocasionando a morte de cinco operários; em 2007 uma barragem se rompeu em Mirai (afetando também o município de Muriaé e deixando mais de 4.000 pessoas desalojadas); em 2014, um deslizamento de terra causou o desabamento de um túnel em Mina na cidade de Itabirito, ocasionando a morte de um operário e deixando outro ferido. E no mesmo ano de 2014, em Itabirito, uma barragem se rompe e causa a morte de operários que realizavam manutenção em um talude de uma barragem desativada.

Essas evidências empíricas demonstram o quão destrutivo é esse processo de extração de minerais em um dos territórios mais minerados do Brasil que é o Quadrilátero Ferrífero - ocasionando mortes frequentes dos trabalhadores envolvidos nessa atividade.

Na tarde do dia 05 de novembro de 2015, por volta das 16h, ocorre o rompimento da barragem de Fundão, localizada no complexo industrial de Germano, ocasionando

[...] o extravasamento imediato de aproximadamente 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro e sílica, entre outros particulados. Outros 16 milhões de metros cúbicos continuaram escoando lentamente. O material liberado logo após o rompimento formou uma grande onda de rejeitos, atingindo a barragem de Santarém, localizada a jusante, erodindo parcialmente a região superior do maciço da estrutura e galgando o seu dique, após incorporar volumes de água e rejeitos não estimados que ali se encontravam acumulados. (Ministério Público Federal, s.d.).

Imagem 9: Localização do complexo da mina de Alegria com relação ao distrito de Bento Rodrigues.



Fonte: Passos, et al (2017)

De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (2015)

O volume total da barragem era de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração de ferro, e pelo menos 34 milhões de m³ foram lançados no meio ambiente. “É indiscutível que o rompimento da barragem de Fundão trouxe consequências ambientais e sociais graves e onerosas, em escala regional, devido a um desastre que atingiu 663,2 km de corpos d’água nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além de impactos ao estuário do Rio Doce e à região costeira”, aponta o laudo. “O nível de impacto foi tão profundo e perverso, ao longo de diversos estratos ecológicos, que é impossível estimar um prazo de retorno da fauna ao local, visando o reequilíbrio das espécies na bacia.” (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, 2015).

O despejo dos 34 milhões de m³ de rejeitos que se encontravam estocados na barragem de Fundão, logo foram percorrendo o distrito de Bento Rodrigues, ocasionando a morte imediata de 19 pessoas⁷ e 1 abortamento forçado de uma gestante moradora de Bento Rodrigues (Madruga, 2015), marcando o início de uma difícil realidade que modificou a vida de diversas famílias de maneira totalmente abrupta, drástica e inesperada.

De acordo com informações do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB (2016), os

⁷ Perderam suas vidas no rompimento/crime da barragem: Claudio Fiuza, de 40 anos; Sileno Narkievicius de Lima, de 47 anos; Waldemir Aparecido Leandro, de 48 anos; Emanuely Vitória, de 5 anos; Thiago Damasceno Santos, de 7 anos; Marcos Xavier, de 32 anos; Marcos Aurélio Pereira Moura, de 34 anos; Samuel Vieira Albino, de 34 anos; Mateus Márcio Fernandes, de 29 anos; Edinaldo Oliveira de Assis; Daniel Altamiro de Carvalho, de 53 anos; Maria Elisa Lucas, de 60 anos; Maria das Graças Celestino, 64 anos; Claudemir Santos, de 40 anos; Pedro Paulino Lopes, de 56 anos; Antônio Prisco de Souza, de 73 anos; Vando Maurílio dos Santos, de 37 anos; Ailton Martins dos Santos, de 55 anos e Edmirson José Pessoa, de 48 anos (G1 MG, 2015).

50 milhões de m³ de resíduos de minério (ferro, sílica e metais pesados), que atingiram em seguida a barragem de Santarém, de acumulação de água de Fundão e da barragem de Germano. Com a mistura da lama com a água de Santarém, o rejeito ganhou mais volume e velocidade, destruindo totalmente o distrito de Bento Rodrigues, situado a jusante das barragens. (Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, 2016, p. 5).

O “mar de lama” que percorreu o Rio Doce e desaguou no Oceano Atlântico, litoral do Espírito Santo, e sul da Bahia, gerou passivo ambiental irrecuperável e impactos socioterritoriais de drásticas proporções. Causou 20 mortes (até o momento), devastou os subdistritos Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, deixou cerca de 600 pessoas sem moradia e outras centenas sem trabalho, sem água e sem sustento em diversos municípios – também as comunidades originárias, como os índios Krenak, que dependem do Rio Doce para a subsistência, foram atingidas –, matou milhares de animais e vegetais, extinguindo espécies e desequilibrando toda a fauna e a flora ao longo do Rio Doce até o mar. Os resultados das investigações da Polícia Federal, em junho de 2016, demonstraram que a empresa Samarco já sabia dos riscos de rompimento da barragem do Fundão antes do desastre [...]. (Passos; Coelho; Dias, 2017, p. 282).

Segundo Zonta e Trocate (2016), se a quantidade de lama que foi despejada ficando majoritariamente acumulada sobre o território de Bento Rodrigues fosse dividida entre a população brasileira, cada pessoa receberia cerca de 450 quilos de rejeitos de mineração do trio Samarco/Vale/BHP Billiton.

Os rejeitos são, de acordo com Milanez et al (2016):

Subprodutos dos processos de tratamento mineral. Sua geração e armazenamento tendem a ser crescentes em função de processos combinados de expansão do volume de extração, depleção quantitativa e qualitativa de reservas e ciclos descendentes de preços, que inibe a criação, adoção e difusão de tecnologias de recuperação de rejeitos ultrafinos, por exemplo. Sua disposição sob a forma típica de polpa de água com solo (lama) demanda o uso de áreas extensas e “grandes estruturas de terra ou rejeitos grossos (barragens)” (FERRANTE, 2014, p. 6), construídas por processos de alteamento sucessivos, para sua contenção. No caso da Samarco, a lama correspondia a cerca de 30% dos resíduos derivados do tratamento, somando-se a ela resíduos de “granulometria mais grosseira, denominado rejeito arenoso” (AVILA; SAWAYA, 2011, p. 388), que correspondiam a 70% (SUPRAM-ZM, 2008, p. 6). (Milanez; Santos; Mansur, 2016, p. 65-66).

Imagem 10: Vista aérea dos escombros e da lama de rejeitos em Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de Fundão.



Fonte: AP Photo/Felipe Dana (2015)

Imagem 11: Resgate de um cão ferido no distrito de Bento Rodrigues em decorrência do rompimento/crime da barragem.



Fonte: AP Photo/Felipe Dana (2015)

Após invadir e destruir o distrito de Bento Rodrigues, ceifando 20 vidas humanas⁸, causando mortes de animais e destruindo todo o território, as casas, as histórias, a cultura, as conquistas materiais e imateriais das pessoas ali residentes, a lama de rejeitos seguiu o percurso chegando ao distrito de Paracatu de Baixo e causando devastações por onde passou.

O povoado rural de Paracatu de Baixo está inserido no distrito de Monsenhor Horta, que tinha um total populacional de 1.740 habitantes, dos quais 80,4% eram negros. Segundo estimativas divulgadas pelo Prefeito de Mariana, Duarte Junior (2015-2016), por meio da mídia, o povoado de Paracatu de Baixo contabiliza aproximadamente 300 moradores, ou seja, em torno de 71,2% da população rural de Monsenhor Horta (421 habitantes). (Gonçalves; Pinto; Wanderley, 2016, p. 160).

Dentre as 20 mortes imediatas ocasionadas pelo rompimento/crime da barragem de Fundão, 14 pessoas eram trabalhadores, dentre esses, “12 eram funcionários de empresas terceirizadas da Samarco”, de acordo com Zonta; Trocate (2016, p. 194). E ainda, cabe considerar que, “para cada dez mortes na mineração, oito são terceirizados” – (Zonta; Trocate, 2016, p. 10).

Diante disso, sempre será conceituado neste trabalho o rompimento da barragem de Fundão como rompimento/crime por esse se caracterizar pelas legislações ambientais, mas também por parte dos(as) atingidos(as) e pelos movimentos sociais que atuam na região; mesmo após o arquivamento da ação judicial que o caracterizava como tal

⁸ Sendo 19 pessoas e um aborto forçado que foi provocado devido ao mar de lama que atingiu e carregou uma gestante.

(Estadão, 2016). Nesse sentido, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) emitiu uma nota de repúdio em relação a essa decisão, a qual corrobora com o sentimento de indignação dos(as) atingidos(as) a esse respeito, onde dizem que:

A decisão beneficiou além do presidente afastado da Samarco, Ricardo Vescovi de Aragão, o diretor de Operações e Infraestrutura, Kleber Luiz de Mendonça Terra, três gerentes operacionais da empresa; 11 integrantes do Conselho de Administração da Samarco e cinco representantes das empresas Vale e BHP Billiton na Governança da Samarco que respondem pela ação penal. Vergonhosamente, esta decisão é a única resposta que a Justiça consegue dar aos atingidos e a toda sociedade brasileira 21 meses depois do crime e reafirma em nós atingidos a completa descrença com o poder judiciário que atua para favorecer as mineradoras responsáveis pelo maior crime ambiental da história do Brasil e o maior da mineração global. (Movimento dos Atingidos por Barragens, 2017)

Reafirmando o posicionamento de situar o ocorrido como crime, o artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/98) diz que, constitui-se como infração:

Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana; II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população; III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade; IV - dificultar ou impedir o uso público das praias; V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos.

Nesse viés interpretativo conceitual, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, através do “CFESS Manifesta” (2022), fornece balizas para atuação de assistentes sociais em situações de “desastres” e defende que,

O que é chamado de “calamidade” ou “desastre” faz parte de uma histórica política desigual de acesso às riquezas sociais e de uma histórica expropriação e capitalização do território [...]. Estas não são situações pontuais, imprevisíveis, naturais. Estas são, senão, expressões próprias da “questão social” em sua forma mais agudizada (CFESS, 2022, p. 2).

Um fato que dificultou e não permitiu a tentativa de salvamento/autosalvamento das pessoas no dia do rompimento/crime da barragem é que a Sirene que deveria tocar no momento da ruptura das estruturas da barragem não tocou, impedindo que as vítimas pudessem ter tido a possibilidade de serem salvas diante da barbárie que ocorreu. A ausência do efeito sonoro emitido pela sirene não permitiu que diversas pessoas do território pudessem correr e escapar do mar de lama que avançava de maneira avassaladora ou avisar outras pessoas que a barragem havia rompido. Alguns relatos

presentes na edição de junho de 2016 do Jornal A Sirene ⁹, destaca o reconhecimento por parte dos atingidos enquanto um rompimento criminoso e demonstra a negligência máxima da empresa com relação às medidas de segurança na ocasião do rompimento/crime da barragem:

“Minha sirene foi Deus. Vi a lama a cinco metros de onde estava; corri muito, se não corresse morreria. Salvei minha irmã de 70 anos, carreguei ela no colo (Seu Sebastião)” (A Sirene, 2016, p. 3).

“Acordei às 16 horas e ouvi o Gladismar gritando na praça. Ele foi a minha sirene. Depois disso salvei seis pessoas da lama (Arnaldo)” (A Sirene, 2016, p. 3).

“Minha sirene foi a gritaiada na praça, a afobação do povo. Não deu tempo de correr. Quando vi, a lama já estava na minha garagem. Eu, meu filho e meu sobrinho nadamos na lama grudenta em zig-zag, fugindo da correnteza, até chegar em um ponto firme (Sônia)”. (A Sirene, 2016, p. 3).

[...] uma das primeiras denúncias expostas é a negligência quanto à recomendação de realização de um plano de contingência que não foi cumprido pela empresa e que acarretou na morte de 19 pessoas, dentre elas, funcionários da Samarco Mineração S.A., de empresas terceirizadas e de moradores de Bento Rodrigues. Relato de um dos atingidos para o Jornal A Sirene (edição nº 0) expressa, inclusive, que as mortes não foram todas decorrentes do soterramento: “*Minha mãe morreu de susto. Caiu na lama morta. Não consegui salvar*”. Mortes de pessoas poderiam ter sido evitadas, caso o plano de evacuação fosse acionado corretamente. Segundo os depoimentos de moradores de Bento Rodrigues, além da falha das sirenes de aviso para evacuação, não foi implantado um plano de comunicação adequado com os moradores que viviam a pouco mais de 2 km da barragem do Fundão. (Passos, Coelho, Dias, 2017, p. 284-285).

De acordo com Zonta e Trocate (2016), desde 1996 até o momento do rompimento da barragem de Fundão, em 2015, a Samarco tinha 19 notificações de infração enviadas pelos principais órgãos de preservação e fiscalização ambiental do país, entre eles o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

“[...] mais de 1.200 pessoas ficaram desabrigadas; pelo menos 1.469 hectares de terras ficaram destruídas [...]”, e ainda, houve prejuízo a pescadores, ribeirinhos, agricultores, assentados da reforma agrária e populações tradicionais, como a tribo Krenak, na zona rural, e a moradores das cidades ao longo dos rios atingidos. Sete cidades mineiras e duas capixabas tiveram que interromper o abastecimento de água. Trinta e cinco municípios de Minas Gerais ficaram em situação de emergência ou calamidade pública e quatro do Espírito Santo sofreram com os impactos do rompimento da barragem. Os

⁹ Principal veículo de comunicação feito com os atingidos em prol da visibilidade dos processos e etapas que estes vivenciam após o rompimento/crime da barragem. Com edições desde fevereiro de 2016, inicialmente mantido financeiramente por um acordo entre os(as) atingidos(as), o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana, atualmente por contribuição financeira da ADUFOP, doações de pessoas físicas através de campanha de arrecadação virtual e de venda de espaço nas suas edições. Possui edições mensais, impressas e também em formato digital disponíveis no site do Jornal A Sirene. <https://jornalasurene.com.br/>

efeitos da lama e da falta de água refletiram sobre residências e prejudicaram atividades econômicas, de geração de energia e industriais (G1, 2015; MOTA, 2015; O GLOBO, 2015;). (Zonta; Trocate, 2016, p. 32).

Após o rompimento/crime da barragem e a modificação do cotidiano e da produção e reprodução dos modos de vida das pessoas que viviam nas comunidades direta ou indiretamente atingidas pela lama, inicia-se um extenso (e adoeedor) processo de se reconhecer e se afirmar enquanto pessoa atingida, de busca por reconhecimento de direitos, de participação em reuniões, assembleias com autoridades e também um movimento político articulado das pessoas e comunidades atingidas com os movimentos sociais atuantes na região como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Frente Mineira de Luta dos Atingidos e Atingidas pela Mineração (FLAMA).

Antes de adentrarmos nos processos consecutivos ao crime, é *mister* fazer um movimento retrógrado na história, o qual consiste no resgate crítico dialético que este trabalho se propõe a fazer, buscando os antecedentes que tem relação direta com o rompimento/crime da barragem de Fundão.

As responsáveis pelo maior crime socioambiental da história do país, a Samarco Mineração S.A teve sua origem, de acordo com Milanez et al. em 1973, e “suas operações de extração de minério de ferro, transporte dutoviário, pelotização e transporte transoceânico tiveram início em 1977 (SAMARCO MINERAÇÃO, 2008). (Milanez, Santos, Mansur, 2016, p. 51).

Composta por capital 50% Vale S.A (transnacional brasileira) e 50% BHP Billiton (transnacional anglo-australiana), ambas grandes mineradoras no mundo, são junções compostas por capital financeiro (bancos), que retiram seus lucros da exploração do trabalho dos trabalhadores(as) na extração do minério. (Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, 2016, p. 18).

Antes da criação da Vale, o minério de ferro era extraído em Itabira-MG e controlado pela Itabira Iron Ore Company de origem inglesa, a qual “se instalou e dominou as reservas de minério por 40 anos (1911 a 1942).” (MAB, 2021, P. 3).

Visando o desenvolvimento nacional, a Companhia Vale do Rio Doce foi criada durante o governo de Getúlio Vargas em 1942, como uma empresa estatal brasileira. Ao longo de 55 anos, a empresa cresceu e se manteve sob controle do Estado. Porém, em 1997, (MAB, 2021, p. 4) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, esta foi privatizada, representando uma das maiores perdas da escassa soberania que o Brasil teve sobre os recursos minerais do território. A privatização também representou uma série de perdas para o trabalhador que era vinculado a essa empresa.

Antes da privatização em 1997, o salário base na Vale era de 11 salários-mínimos, hoje o salário base de um trabalhador na Vale é em torno de R\$1600,00 a R\$1.700,00. [...] Em 2015, um trabalhador Vale trabalhava em torno de 1 hora e 15 minutos dentro de uma jornada de 8 horas de trabalho, em 1 hora e 15 minutos o trabalhador pagava o seu salário, o restante era lucratividade para a empresa. Já em 2018, a Vale conseguiu reduzir esse tempo, a partir da retirada de direitos, para 51 minutos em uma jornada de 8 horas. (Teixeira, 2021).

Assim, ocorreu a privatização de uma das principais empresas brasileiras da época. “Leiloadas por apenas R\$3,3 bilhões, com reservas minerais calculadas em mais de R\$100 bilhões à época, os resultados diretos da entrega da estatal resultaram em crimes como o de Mariana, na bacia do rio Doce, e Brumadinho, na bacia do rio Paraopeba.” (Sindicato unificado dos petroleiros do estado de São Paulo – Sindipetrosp. 2021). Como resultado, o Brasil perdeu a pouca autoridade que um dia teve sobre a administração dos recursos minerais presentes neste chão, sendo estes recursos atualmente explorados sob o monopólio da Samarco, com base na superexploração da força de trabalho de homens e mulheres empregados nesse setor produtivo.

Com certeza, a imagem atual da Vale S/A não corresponde àquela vislumbrada com a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, pelo presidente Getúlio Vargas e pelo presidente Artur Bernardes, nos anos 1920, ao defenderem o uso nacional de nossos recursos minerais e para o desenvolvimento da indústria nacional. (Lima, 2022).

Sendo assim, observa-se a perda do pequeno domínio do Brasil sobre o uso de seus próprios recursos minerais, com o prejuízo para a população e para o meio ambiente. Pois, “o “trem de minérios” leva o progresso, mas para outros países” (Lima, 2022).

A BHP Billiton é de origem inglesa e australiana. É uma fusão entre a australiana Broken Hill Proprietary Company com a inglesa (radicada na África do Sul) Billiton. Atualmente, têm como acionistas grandes bancos mundiais, principalmente HSBC, JP Morgan, Citicorp, UBC, etc. (MAB, 2021. P. 18).

De acordo com Zonta e Trocate (2016), o ingresso da Samarco no Brasil ocorre a partir de um acordo definido pelo grupo BHP Billiton, onde

Desde o início, esta estratégia objetivou a ‘desresponsabilização operacional’ do grupo, se revelando plenamente a partir do ingresso da Vale S.A. (2000) e de sua reestruturação societária como um modelo de *non operated joint venture*, no qual a responsabilidade jurídica sobre as operações da Samarco recaí exclusivamente sobre a Vale. (Zonta; Trocate, 2016, p. 23).

As atividades da empresa se baseiam nas seguintes etapas:

[...] extração (centradas em três cavas principais no Complexo de Alegria, em Mariana, MG); de beneficiamento primário (envolvendo três usinas de concentração mineral, de suma importância em função do declínio progressivo da quantidade e qualidade do minério de ferro da reserva); de logística (dutoviária, determinada por características fisiográficas e pelo controle

oligopólico do modal ferroviário na região); de pelotização (realizada em quatro unidades localizadas no Espírito Santo); e de transporte transoceânico (por meio do Terminal de Uso Privativo de Ponta Ubu) das pelotas, principalmente, e de finos de minério de ferro para os mercados da África e Oriente Médio (23,1%), Ásia, não incluída a China (22,4%), Europa (21%), Américas (17%) e China (16,5%). (Zonta; Trocate, 2016, p. 25).

Em decorrência da conjuntura de crise econômica do capital a nível mundial, agravada a partir da primeira década do século XXI, no contexto da transição do *boom* para o pós-*boom* das *commodities*, inicia-se uma fase de ampla concorrência entre empresas desse setor com base na “criação e ampliação de economias de escala” (Zonta; Trocate, 2016, p. 24), onde a Samarco amplia suas atividades extrativistas que vai ficar marcada como

Projeto Quarta Pelotização (P4P) (Santos, 2015 *apud* Zonta; Trocate, 2016, p. 24). O P4P representou uma expansão significativa da capacidade instalada da empresa (37%), assim como a redução de discontinuidades no processo de produção, diminuindo os custos operacionais em relação as demais empresas do setor. Nesse sentido, a ampliação dos investimentos dependeu adicionalmente de práticas de elevação da produtividade (do capital, do trabalho e do uso de recursos naturais), sintetizadas na estratégia Visão 2022 e apoiada em métodos gerenciais (Lean Seis Sigma, Lean Office e Kaisen) que implicam a mobilização do conhecimento e a pressão contínua sobre os trabalhadores pela ampliação dos níveis de produção e qualidade. (Zonta; Trocate, 2016, p. 24).

Diante disso, fica explicitada a concorrência entre as grandes empresas mundiais com vistas à acumulação, concentração e centralização de capital, onde estas aplicam suas estratégias de aumento da produtividade com base em uma maior exploração da força de trabalho e dos recursos da natureza visando maior obtenção de lucro. No entanto, essa estratégia da Samarco não obteve o sucesso que eles esperavam, e em 2009 a empresa entra em um endividamento absoluto “(ampliado em cerca de 30% entre 2013 e 2014) e do endividamento contábil, principalmente a partir de 2012” (Zonta; Trocate, 2016, p. 25).

Em decorrência disso, apontam os mesmos autores, a empresa busca elevar ainda mais a produção com vistas a manter os níveis de lucratividade dos acionistas. Mais uma vez, a superexploração da força de trabalho recai sobre os(as) trabalhadores(as) desse setor e sobre os recursos existentes nos territórios minerados.

O rompimento da barragem do Fundão marca, no Brasil, o fim do megaciclo das *commodities* que ocorreu durante a primeira década dos anos 2000. Este megaciclo pode ser associado ao período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minérios saltaram de US\$ 38 bilhões para US\$ 277 bilhões (um aumento de 630%). O atendimento a essa demanda por minérios recaiu, porém, sobre poucos. Em 2013, apenas cinco países foram responsáveis por dois terços das exportações globais de minérios, tendo o Brasil se destacado com um ‘orgulhoso’ segundo lugar, e respondendo por 14,3% das

exportações de minério no mundo (ITC, 2015 apud Zonta; Trocate, 2016, p. 18).

Nesse período, marcado pela crise mundial do capital, ocorreu um aprofundamento da dependência e subordinação econômica do Brasil, tendo o setor minério-exportador como âmbito central desse cenário. A exportação de minérios passou de 5,0% para 14,5%, sendo o minério de ferro correspondente a 92,6% desse total. (ITC, 2015 apud Zonta; Trocate, 2016, p. 18).

[...] a mineração vem, desde os tempos do Império, dizimando aldeias de índios, submetendo negros à escravidão e explorando a grande maioria da população para acumular riqueza para uma minoria. Doutrinados sob um sistema capitalista e consumista, a população mineira, assim como toda a brasileira, não consegue viver sem o conforto do mundo moderno e seus privilégios, como: celular, televisão, automóvel e todos os utensílios produzidos a partir do minério extraído da terra. Sabemos que o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país entraria em colapso sem o aporte das mineradoras (Sergio Papagaio) (A Sirene, 2017, p. 28).

Zonta e Trocate (2016) apontam que o rompimento de barragens não se trata de um acontecimento isolado, eles demonstram, através de dados, que existe uma relação de nexos causal entre os rompimentos de barragens e os ciclos econômicos da mineração. Nesse sentido, eles apontam que existe uma maior incidência de rompimentos de barragens na fase de pós-*boom* do preço dos minérios e que, em análise dos últimos 45 anos, observa-se uma forte relação entre a queda dos preços dos minérios e o aumento do número de rompimento de barragem. “Saindo de um patamar de US\$ 32 (jan./2003), o preço do minério de ferro chegou a um pico de US\$ 196 (abr./2008) e, a partir de 2011, iniciou uma tendência de queda, chegando a US\$ 53 (out./2015)” (World Bank, 2015 apud Zonta; Trocate, 2016, p. 19).

Ademais, os autores apontam, com base em análise de dados de Davies e Martin (2009), que existem outras causas possíveis para o rompimento de barragens de rejeitos durante a fase recessiva do preço dos minérios, entre elas:

- pressão para obter o licenciamento no período de preços elevados, levando ao uso de tecnologias inapropriadas e a escolha de locais não adequados para a instalação dos projetos;
- pressão sobre as agências ambientais pela celeridade no licenciamento, o que pode levar a avaliações incompletas ou inadequadas dos reais riscos e impactos dos projetos;
- movimento setorial de expansão, também durante o período de alta, causando contratação de serviços de engenharia a preços mais elevados (aumentando o endividamento das firmas), dependência de técnicos menos experientes ou sobrecarga dos mais experientes (comprometendo a qualidade dos projetos ou a execução das obras);

- intensificação da produção ou pressão por redução nos custos a partir do momento em que os preços voltam aos patamares usuais. (Davies e Martin, 2009, *apud* Zonta; Trocate, 2016, p. 20-21).

Os autores ainda apontam que a barragem de Fundão iniciou suas atividades em 2008, quando o preço dos minérios estava em alta. O licenciamento foi realizado por instituições que passavam por processos de precarização. Nesse curso, a empresa entrou em um endividamento sem o aumento da receita e sofrendo pressão dos investidores em busca dos lucros anteriormente atingidos durante a alta do preço dos minérios. (Nieponice; Vogt; Koch; Middleton, 2015 *apud* Zonta; Trocate, 2016, p. 21).

Segundo Milanez, Santos e Mansur (2016, p. 67)

O sistema de Fundão compreendia dois reservatórios independentes para a disposição de rejeitos arenosos (Dique 1) e lama (Dique 2). O projeto estimava que a capacidade plena e o tempo de vida útil do Dique 1 seria de 79,6 milhões m³ e 15,9 anos, enquanto no Dique 2 corresponderiam a 32,2 milhões de m³ e 5 anos, respectivamente, de modo que todo o reservatório alcançaria a altura de 90m e ocuparia uma área de 250 ha (SUPRAM-ZM, 2008, p. 6). Em 2014, foram gerados 22,0 Mt de rejeitos, entre arenosos e lamas, depositados nas barragens acima identificadas. A massa movimentada de estéril foi de 6,0 Mt (SAMARCO MINERAÇÃO, 2015, p. 72).

Zonta e Trocate (2016, p. 22) apontam que “[...] em 2009, a Samarco teria contratado planejamento estratégico de segurança prevendo a proteção aos funcionários e comunidades, no caso de rompimento de uma barragem [...]” mas que o plano nunca foi posto em prática.

Em Mariana-MG é comum observarmos um fluxo diário considerável de trabalhadores advindos de outras cidades e que estão vinculados às empresas terceirizadas que prestam serviços para a Samarco. Isso corrobora com o fato de que, nos últimos anos, a Samarco ampliou a sua política de terceirização. De acordo com Zonta e Trocate (2016, p. 26):

Este processo foi uma de suas estratégias frente a queda nos preços do minério de ferro, ao aumento do endividamento da empresa e ao seu compromisso em reduzir custos relativos e incrementando a produção, como formas de sustentação dos níveis de lucratividade e de redistribuição de valor aos acionistas.

Vinculado a isso, observa-se de modo cada vez mais explícito, especialmente após a última contrarreforma trabalhista, uma série de violações dos direitos desses trabalhadores, onde evidencia-se: “[...] a terceirização ilícita; o não pagamento das horas *in itinere* para os trabalhadores diretos e terceirizados; a não fiscalização das condições

de trabalho e do cumprimento das normas trabalhistas pelas prestadoras de serviço.” (Zonta; Trocate, 2016, p. 26).

Devido ao monopólio das empresas mineradoras nas regiões onde operam (como é o caso de Mariana), muitos desses trabalhadores não possuem outra alternativa a não ser se submeterem às condições postas pelas empresas, considerando que a existência material e concreta exige o salário enquanto mediação que vai permitir a reprodução das condições de vida (ainda que escassas e minimalistas) “sofrendo psicológica e fisicamente, os efeitos das decisões corporativas.” (Zonta; Trocate, 2016, p. 27).

Apesar de Mariana ser o primeiro município brasileiro em repasses da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - CFEM (2015), a cidade convive com indicadores sociais comparativamente baixos, particularmente no que diz respeito à desigualdade de renda e à pobreza no meio rural. Nesse sentido, a pobreza e a desigualdade das regiões mineradas e sua dependência da Indústria Extrativa Mineral (IEM) se retroalimentam e asseguram a sobrevivência de ambas. De um lado, a pobreza facilita a instalação das atividades extrativas e a aceitação de seus impactos; enquanto, de outro, as operações da IEM dificultam a instalação de outras atividades econômicas, contribuindo para a redução da diversidade da estrutura econômica, sendo a dependência da atividade criada e reforçada por investimentos públicos e privados. (Zonta; Trocate, 2016, p. 27).

O rompimento criminoso da barragem de Fundão gerou impactos no âmbito social, ambiental, econômico, cultural e territorial que se estendem de Minas Gerais ao litoral do Espírito Santo e ao Sul da Bahia. As comunidades atingidas sofreram uma série de perdas, violências e violações que, por sua vez, geram consequências irreparáveis para a vida dos mesmos, uma vez que reverbera no cotidiano da vida e pode produzir adoecimento psíquico e físico diante das negativas e irresoluções que passaram a fazer parte da vida dos(as) mesmos(as) após o ocorrido.

Vale destacar o impacto psicológico intangível dos atingidos, que perderam suas atividades e referências, em decorrência das consequências do desastre, como a destruição de seus lares e vínculos sociais, interrupção de suas atividades, causando inseguranças, criminalidade, etc. (Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, 2016, p. 8).

Datado em mais de 300 anos de existência, Bento Rodrigues possui uma história marcada pela mineração. Este “foi um importante centro de mineração durante o século XVIII, fazendo parte da conhecida rota da Estrada Real¹⁰.” (Silva; Faulhaber, 2020, p. 3).

¹⁰ A Estrada Real é a maior rota turística do país. São mais de 1.630 quilômetros de extensão, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A sua história surge em meados do século XVII, quando a Coroa Portuguesa decidiu oficializar os caminhos para o trânsito de ouro e de diamantes de Minas Gerais até os portos do Rio de Janeiro. As trilhas que foram concedidas pela realeza ganharam o nome de Estrada Real (Instituto Estrada Real, n.d. apud Silva; Faulhaber, 2020, p. 3).

Bento Rodrigues é um subdistrito de Santa Rita Durão, que por sua vez é um distrito de Mariana. Localizado na parte baixa de Mariana, é o local onde os tropeiros paravam para descansar na época da busca pelo ouro em Minas Gerais, o seu nome é uma homenagem a um bandeirante português que passou pela região por volta de 1978. Relatos dos próprios moradores apontam que este era um local agradável de se viver, com uma população de aproximadamente 600 famílias até o dia do rompimento/crime da barragem. Além disso, havia no distrito cachoeira, hotel, duas igrejas históricas que abrigavam um relevante acervo de arte sacra, bem como a cultura e as tradições da comunidade – as quais foram destruídas e soterradas pela lama (Camargo, 2018).

Destaca-se que,

As casas de Bento Rodrigues eram simples, mas amplas e bem construídas. A população, basicamente rural, sobrevivia da agricultura familiar e de subsistência, cultivando roças de feijão, milho e frutas, além de criar porcos, galinhas, patos, cavalos, e possuir horta e pomar no quintal. O local tinha venda e bar. Os habitantes usufruíam do conforto da cidade, como luz elétrica, água encanada e internet; utilizavam computadores e celulares; e para o transporte usavam carros e caminhonetes. O povoado não possuía agência bancária e, devido ao fato de se sentirem seguras, muitas pessoas guardavam dinheiro em casa. Todos se conheciam e se consideravam uma grande família. (Camargo 2018).

Além disso,

A comunidade abrigava igrejas centenárias com um importante acervo de arte sacra, ruínas arqueológicas, uma rica paisagem natural e toda a imaterialidade figurada na rotina do dia a dia, na dinâmica das relações dos moradores com o espaço, nas tradições locais, nos saberes tradicionais, na tessitura que delimita o *ethos* do que é ser morador de Bento Rodrigues. (Silva; Faulhaber, 2020, p. 3).

Sendo assim, percebe-se que havia um modo de vida tradicional em Bento Rodrigues antes do rompimento/crime da barragem e que, longe de desconsiderar as lutas e desafios do cotidiano dessas pessoas nesse território frente à dinâmica que a vivência e o trabalho rural exige, seja acordando cedo para cuidar dos animais ou retirar o leite para consumo, para produzir os alimentos derivados ou para comercialização; cuidando da casa, do terreno e da pastagem para os animais ruminantes; seja produzindo os alimentos de horticultura familiar; é fato que as pessoas desse território possuíam a sua maneira de produção e reprodução da vida, com relações de proximidade entre si, marcadas pela colaboração mútua, pela confiança ou pelas conversas ao final do dia, sentados à beira das casas como muitos(as) atingidos(as) recordam e contam. Isso tudo pôde ser observado

e apreendido por este autor durante a experiência do estágio supervisionado em Serviço Social no Serviço Conviver¹¹ e através do contato com os(as) atingidos(as).

Nós vamos à feira para comprar os produtos que tínhamos no nosso quintal. Vamos para adquirir legumes, frutas e verduras que colhíamos em nossas terras e que, hoje, temos que comprar sem saber da origem ou qualidade. Mais do que isso, vamos à feira reencontrar pessoas que víamos sempre no nosso convívio em Bento Rodrigues. (A Sirene, 2017-1, p. 11).

Imagem 12: Vista geral da antiga praça de Bento Rodrigues, onde é possível perceber a calma que havia no território antes do rompimento/crime da barragem.



Fonte: Camargo (2018)

Em Bento Rodrigues havia uma escola onde as crianças permaneciam até o último ano do ensino fundamental. Após esse período, muitos estudantes davam continuidade aos estudos em Mariana, durante o ensino médio, onde permaneciam após a conclusão dos estudos, ou voltavam para o distrito para trabalhar na produção familiar ou buscavam emprego nas mineradoras, e dentre elas, a Samarco. Segundo uma professora da Escola Municipal de Bento Rodrigues, “a empresa tem uma representatividade econômica muito grande em toda a região, empregando pessoas direta e indiretamente” (Camargo, 2018).

Também havia a presença marcante da cultura em Bento Rodrigues, onde os moradores se reuniam através do time de futebol “União de São Bento” (Camargo, 2018) que possuía campo e sede, local onde os moradores se reuniam com frequência e que também foi destruído pela lama.

¹¹ Serviço de atenção psicossocial que foi criado inédita e exclusivamente para os(as) atingidos(as) pelo rompimento/crime da barragem de Fundão. O autor deste trabalho estagiou no período de 25/11/2021 a 03/11/2022.

E como tratava-se de uma comunidade rural, muitas famílias obtinham sua renda através da produção de gêneros alimentícios, como a pimenta biquinho que, conforme aponta Camargo (2018), originou o licor e a geleia de pimenta tradicionais na região e que através da articulação entre as moradoras, criou-se a Associação de Mulheres da Agricultura Familiar que organiza e gerencia a produção e comercialização dos produtos.

No curso dos estragos ocasionados pelo rompimento/crime da barragem e pelo avanço da lama, situa-se o distrito de Paracatu de Baixo, banhado pelo rio Gualaxo do Norte e com uma população de aproximadamente 300 pessoas, as quais sobreviviam e obtinham sua renda a partir das plantações de feijão e milho, e da criação de galinha, porcos e gado. Havia também a presença forte das festas tradicionais com o marco da Folia de Reis e da festa de Santo Antônio, padroeiro do distrito. Em Paracatu também tinha a escola que atendia crianças da pré-escola ao último ano do ensino fundamental.

O território que ocupam, como ambiente de vida, local de morada e de trabalho coletivo e individual, possibilita a construção de relações humanas com significados e sentidos específicos, garantindo a reprodução social do grupo. Plantam roças, criam animais, constroem moradias, realizam festas e atividades religiosas, trocam dias de trabalho, ou seja, formam seus domínios (Nascimento, 2014, *apud* Gonçalves; Pinto; Wanderley, 2016, p. 164).

Durante o terceiro e último período de estágio supervisionado realizado por este autor, juntamente com a presença da supervisora de campo, foi feita uma visita domiciliar a um atingido de Paracatu de Cima (região que não foi totalmente atingida e destruída pela lama, onde permanecem alguns moradores) com vistas a orientar e fortalecer o cuidado do usuário. Nesse dia, foi feito o primeiro contato direto deste autor com o território atingido, onde nesse momento, diante de um cenário de destruição territorial e de um rastro de lama e poeira que permanece após 08 anos do rompimento criminoso da barragem e que deixou suas marcas visíveis na paisagem e nos corações de cada atingido(a) – fui tocado por uma forte emoção, onde fiquei impactado e reflexivo diante da imagem que se punha à minha frente. Se estando do lado de fora, isto é, não se configurando um atingido direto do rompimento/crime já é difícil ver e aceitar todo aquele cenário de destruição, imagina para quem viveu, sentiu e ainda sente as consequências desse crime todos os dias, passados mais de 08 anos já. Nesse sentido, destaca-se a importância das visitas de campo durante o percurso de estágio supervisionado, enquanto possibilidade de aproximação da realidade concreta, real, e de sentir a particularidade vivenciada pelos indivíduos/famílias no cotidiano dos territórios.

Imagem 13: Casa destruída pela lama do rompimento/crime da barragem de Fundão, no distrito de Paracatu de Baixo.



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Nesse mesmo dia, avistei a capela de Santo Antônio, onde a lama deixou suas marcas explícitas na parte mais alta da construção.

Imagem 14: Capela de Santo Antônio, situada no distrito de Paracatu de Baixo.



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Após a vista da Igreja, tem-se a escola. De todo o cenário de destruição, a imagem da escola é a que mais me marcou e me emociona até hoje, visto que imagino as crianças e adolescentes e todas as mudanças que estas enfrentaram em uma fase tenra da vida. Me questiono também o que a mineração extrativista e suas consequências danosas causa para as futuras gerações diante da busca desenfreada por lucro, premissa que as orienta.

Lembro da minha irmã que ainda é criança e me coloco no lugar de todas as pessoas que perderam ou que sofreram o medo de perder seus filhos, pais, irmãos, netos, avós, avôs, companheiros(as) e familiares, tendo em vista que nada é capaz de reparar os danos sofridos. Fico indignado quando me recordo que essas mesmas crianças e adolescentes foram discriminadas e taxadas como “pés de lama” quando foram alocadas temporariamente para a continuidade de seus estudos nas escolas de ensino fundamental em Mariana devido ao deslocamento forçado, sofrendo julgamentos e violências que marcam e que podem prejudicar toda uma vida.

Tais manifestações, seja dos atingidos ou dos defensores da mineradora, são expressões da latente correlação de forças vigente neste território. Passou-se do período escravocrata para o período da “liberdade” capitalista, porém o homem continua sendo ‘tão escravo quanto antes’. Alteram-se as aparências da escravidão, tornando-a modernizada, tornando-a consentida, fazendo com que os próprios indivíduos se culpem uns aos outros pelo significativo grau de falência que o atual momento histórico significa no percurso da humanidade (Bertollo, 2017, p. 216).

Imagem 15: Antiga escola de ensino fundamental, em Paracatu de Baixo.



Fonte: Arquivo pessoal do autor

De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB (2016), o rompimento/crime da barragem de Fundão ocasionou danos ambientais, econômicos e sociais expressivos. Com relação aos danos ambientais, destaca-se o comprometimento da qualidade da água que prejudicou o abastecimento humano e animal desde o local do rompimento até a foz do Rio Doce. Os danos imateriais envolvem a paralisação das atividades industriais, do comércio e serviços com prejuízos milionários; além disso,

destaca-se a perda de renda, de produção e de emprego. Os danos à vida humana para além das 20 mortes imediatas, representam 321 mil pessoas atingidas pelo rompimento/crime, entre “feridos, enfermos, desabrigados, desalojados ou desaparecidos” (Movimento dos Atingidos por Barragens, 2016, p. 8).

A contradição capital/trabalho se expressa de outra maneira: antes do rompimento/crime da barragem, em 2015, cada trabalhador produziu \$950 mil de lucro líquido para a empresa, no ano de 2014. Mesmo assim, a Samarco anunciou em junho de 2016, logo após o ocorrido, a redução de 40% do seu quadro de funcionários, ocasionando a demissão de 1.200 trabalhadores, dos 3.000 em geral.

O Programa de Demissão Voluntária - PDV é um instrumento usado pelas empresas para enxugar o quadro de funcionários. Por meio do programa, são oferecidas vantagens para os empregados que aceitam se demitir. No total, 925 empregados aderiram ao PDV e 153 foram demitidos por iniciativa da empresa, mas também receberam as vantagens oferecidas. (Rodrigues, 2016).

Essa estratégia, segundo o MAB (2016), representa uma manobra para a empresa reduzir os custos de produção, rebaixar o ganho dos trabalhadores e contratá-los futuramente com um salário menor. Mais uma vez evidencia-se a expropriação do trabalho não pago diante das categorias fundamentais que configuram a dependência latino-americana à lógica dominante.

A presença de uma população trabalhadora excedente permite que o capital redobre a exploração dos trabalhadores ativos, pois há força de trabalho em abundância tanto para substituir aqueles que se resistem a maiores jornadas, à intensificação da produção ou a baixos salários, quanto para substituir os trabalhadores esgotados devido aos processos de trabalho que minaram sua vida. (Osório, Jaime. 2014, p. 130).

A população trabalhadora excedente gerada pelo modo de produção capitalista, assume diferentes posições no decorrer da sua existência e da sua presença ou não em campos de trabalho. Nesse sentido, [...] “é possível identificar trabalhadores que no decorrer de suas vidas tendem a se mover do emprego ao desemprego e novamente ao emprego (população flutuante)” (Osório, 2014, p. 130-131).

As atividades relacionadas à mineração historicamente exploram os(as) trabalhadores(as) e os(as) colocam em risco de diversas maneiras. É recorrente a exposição a risco de morte, sobretudo, com o contato com a poeira dos minerais e manejo de equipamentos sem proteção; carga de trabalho excessiva e movimentos repetitivos. São comuns casos de cortes e contusões nos membros superiores e inferiores, perda da audição, doenças nos olhos (em virtude da utilização de produtos químicos no trabalho) e dor lombar. Ademais de muitos destes trabalhadores e trabalhadoras estarem

submetidos a condições precárias no ambiente de trabalho, ainda residem em comunidades impactadas pelos projetos de mineração (MAB - 2016).

Após o rompimento/crime da barragem de Fundão, “a maior tragédia ambiental do Brasil deixou 35 cidades de Minas Gerais em situação de emergência ou em calamidade pública, afetando quatro municípios no estado do Espírito Santo.” (Silva; Faulhaber, 2020, p. 3). Sendo considerado o maior desastre do mundo envolvendo barragens de rejeitos de mineração, segundo o Ministério Público de Minas Gerais (2015).

Através disso, ocorreu o deslocamento forçado de aproximadamente 600 pessoas dos seus territórios de origem, alterando a reprodução dos modos de vida e ocasionando a perda das identidades – Silva e Faulhaber (2020).

“São sujeitos que perderam o território, base material e imaterial da reprodução coletiva da existência, revelador de estratégias de resistências, cosmologias e fonte de *saberes-fazeres* na relação com a água, a terra, as sementes e a própria comunidade.” (Gonçalves; Pinto; Wanderley, 2016, p. 163, os grifos são dos autores).

Uma grande preocupação dos(as) atingidos(as) é com relação à toxicidade presente na lama de rejeitos, frente às diversas consequências que a contaminação pode trazer à saúde das pessoas, bem como ao comprometimento da fauna e flora dos territórios atingidos, visto que muitas das famílias residentes em Bento Rodrigues e nos outros distritos e territórios acometidos pela lama sobreviviam da produção obtida através da terra ou da pesca (no caso das comunidades ribeirinhas). Segundo O Jornal A Sirene (2019):

Os estudos comprovam que o ar e o solo dos territórios atingidos estão contaminados por metais pesados, como cádmio, chumbo, cobre, zinco e níquel, que podem ser altamente prejudiciais à saúde. Além disso, algumas pesquisas independentes citam, entre diversas questões, a relação da contaminação com os danos ao meio ambiente, aos animais, à população, o que inclui possíveis problemas de fertilidade. Vale ressaltar que a Fundação Renova/Samarco, Vale e BHP Billiton e o Governo do Estado de Minas Gerais tinham conhecimento do resultado dos exames meses antes da divulgação e, até hoje, a empresa não se pronunciou sobre o assunto. (A Sirene, 2019, p. 16).

Cabe ressaltar que a saúde é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 196 que diz que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (Planalto.Gov s.d).

A partir do deslocamento forçado, as pessoas e famílias anteriormente residentes em Bento Rodrigues e nos outros distritos/territórios atingidos vivenciaram um processo de desterritorialização, o qual “pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material, político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras [...]” (Haesbaert, 2003, p.181 apud Enes; Bicalho, 2014, p. 196).

Assim, as famílias desterritorializadas pelo rompimento/crime da barragem tiveram suas histórias, identidades e sua vida completamente alterada, ficando inicialmente desabrigados e posteriormente passando a ocupar novos locais no território de Mariana, seja de maneira temporária em casas de familiares, conhecidos ou amigos, mas também em hotéis e casas posteriormente subsidiadas pela empresa Samarco – responsável pelo crime e pelo deslocamento forçado dos(as) mesmos(as).

O sistema de avisos sonoros e um plano de emergência, a estadia para os desabrigados e o fornecimento de água potável são três exemplos da conduta violadora de direitos. (E que, medidas) [...] só foram tomadas após solicitação das equipes de resgate, pressão popular e intercessão judicial, embora a empresa as divulguem como ações assistenciais e voluntárias em sua página na internet. (Zonta; Trocate, 2016, p. 34).

De acordo com Silva e Faulhaber (2020), tomando como base os estudos de Haesbaert (2004), no processo de “desterritorialização desenraizadora” ocorre inversamente um processo de “reterritorialização”, contínuo e complexo, delimitado pela realocação da população em um novo lugar, com diferentes condições sociais e econômicas. Isso se evidencia na perda dos vínculos sociais e comunitários que os moradores de Bento Rodrigues possuíam e que se fragilizaram diante do afastamento ocasionado pelo rompimento/crime da barragem, uma vez que as pessoas e famílias que tinham suas casas umas próximas às outras e que mantinham relações de convívio e colaboração, agora, diante da nova realidade posta, vivem distantes entre si e “espalhados(as)” pelo território.

Faz um ano e dois meses que vivemos em condição provisória, nesse tempo, alguns de nós se mudaram mais de uma vez porque não se adaptaram ou porque tiveram problemas com a “nova casa”. Mesmo mudando de casa não nos adaptamos e continuamos procurando nossa identidade, nos ajustando aos padrões. (A Sirene: para não esquecer, 2017, p. 8).

[...] os moradores do Bento e de Paracatu, que viviam unidos em suas comunidades, passaram a sobreviver espalhados pelos hotéis, ruas e casas provisórias da sede de Mariana. Pedaco de terra que respeitam e sempre agradecerão pela acolhida e solidariedade, mas que não é a “comunidade unida” deles. (A Sirene, 2016 -1, p. 2).

Diante de todo esse contexto explicitado, evidencia-se a intensificação das múltiplas expressões da questão social nos territórios atingidos direta ou indiretamente pela lama, desde o Estado de Minas Gerais ao litoral do Espírito Santo.

As expressões da “questão social” se agravam com a crescente degradação dos recursos naturais. Por que se por um lado, essa força centralizadora e concentradora vem deteriorando as condições de vida da classe trabalhadora, por outro lado a utilização da natureza voltada aos interesses do capital – sendo ela fragmentada, descartada e poluída no decorrer dessa dinâmica – só piora esse quadro. (Pontes, 2017, p. 50).

Após o rompimento/crime da barragem de Fundão e diante das mudanças ocasionadas na vida das pessoas que residiam nos territórios atingidos, principalmente os(as) moradores(as) da comunidade rural de Bento Rodrigues, inicia-se uma série de movimentações dos mesmos na luta pelo reconhecimento enquanto atingido por parte da empresa Samarco, buscando a garantia de seus direitos e a participação em diferentes espaços, tanto no âmbito da empresa Samarco quanto em movimentos sociais. Nesse sentido, cabe destacar que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) já atuante na região, no período logo após o rompimento/crime da barragem de Fundão passa a atuar de maneira mais próxima deste contingente populacional que se configurou como atingidos(as) de uma barragem de rejeitos da mineração.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) possui uma trajetória antiga na luta das populações atingidas por barragens, atuando desde 1987 contra as injustiças praticadas por empresas e governos na construção e manutenção destas obras. Com o rompimento/crime da barragem de Fundão, em 2015, tomados pelos sentimentos de solidariedade e indignação, o MAB esteve no centro das discussões nacionais e internacionais sobre os direitos dos(as) atingidos(as) e sobre a segurança dos(as) que vivem à jusante das barragens, sob constante ameaça.

O MAB apareceu em nossas vidas como um professor e nos ensinou o bê-á-bá. Não sabíamos nada desse negócio de ser atingido e o MAB não só nos mostrou o que é ser atingido, nos dando um norte, como também nos fez entender os nossos direitos, nos organizando como grupo e, conseqüentemente, nos fortalecendo. [...] O MAB nos livrou das viseiras, abriu nosso campo visual, nos possibilitou ter nossa própria visão do emaranhado ilusório ao qual tentaram e tentam nos submeter a cada dia; com falsas promessas, negação de direitos, exclusão de pessoas e um misterioso conceito de atingido (Sergio Papagaio). (A Sirene, 2016-3, p. 6).

Na tentativa de “reparar”¹² os danos ocasionados pelo rompimento/crime da barragem de Fundão, ainda que de maneira mínima e condicionada, inicia-se uma série de negociações a nível judicial entre a empresa Samarco e os(as) atingidos(as).

No primeiro momento, foi criado o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) e assinado em março de 2016, que se trata de um compromisso jurídico estabelecido entre a Samarco e instituições de preservação ambiental, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Agência Nacional de Águas (ANA), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entre outras (Fundação Renova, 2016).

A partir da elaboração do TTAC, ficou estabelecido que a Samarco deveria criar uma Fundação para elaborar e executar todas as medidas previstas pelos programas socioambientais e socioeconômicos, que envolvem a “reparação” e “compensação” dos danos decorrentes do rompimento/crime da barragem, supervisionados e fiscalizados pelo poder público.

Decorrente disso é que surge a Fundação Renova, que segundo informações de seu sítio eletrônico, trata-se de uma organização “sem fins lucrativos”. O escopo de atuação da Fundação Renova é definido pelo TTAC, que são os 42 programas que se desdobram nos muitos projetos que estão sendo implementados nos 670 quilômetros de área “impactada” ao longo do rio Doce e afluentes. Entre os programas previstos, destacam-se ações no âmbito social; de infraestrutura; na área da educação, cultura e lazer e também no campo da saúde, entre outras (Fundação Renova, 2016).

No entanto, uma crítica fundamental ao TTAC é apontada pelos pesquisadores Coelho, Milanez e Pinto (2016), sobre os grupos envolvidos na elaboração e assinatura do acordo, e destacam a ausência de participação dos atingidos.

O primeiro aspecto que chamou a atenção foi a ausência de representantes das populações atingidas, que não tiveram oportunidade de participar na discussão do Acordo, muito menos influenciar na definição dos termos em que ele se daria. De fato, não existem garantias legais de participação social na propositura de um TAC. A legislação restringe aos órgãos públicos a sua propositura, mas não diz nada sobre a integração dos grupos diretamente atingidos pelos danos ambientais. Assim, qualquer envolvimento da sociedade civil no processo de celebração dos TAC dependerá da iniciativa dos órgãos públicos que o propõem, seja por meio da inclusão, como partícipes do Acordo, de representantes dos grupos sociais cujos interesses coletivos estejam envolvidos no TAC, seja oferecendo condições para um envolvimento indireto,

¹² Entendendo e defendendo que não é possível reparar ou ressarcir as perdas humanas, materiais e imateriais decorrentes do rompimento/crime da barragem de Fundão.

através da realização de audiências públicas, por exemplo (Coelho, Milanez, Pinto, 2016, p. 202).

Os autores completam dizendo, segundo Viégas et al, (2014),

No caso deste Acordo, os órgãos públicos pareceram compartilhar a ideia de que a busca pela garantia e defesa dos direitos e interesses transindividuais seria uma questão somente técnica, destinando o poder de decisão à Fundação criada pelas empresas, aos órgãos ambientais, aos especialistas que seriam contratados e à burocracia estatal. Ao assumir estratégias e metodologias pouco participativas, que limitavam ou impediam a participação dos atores sociais no processo de tomada de decisões na celebração do Acordo, e a ausência de garantias de transparência sobre a elaboração das cláusulas, impossibilitou-se qualquer esforço no sentido de se exercer um controle social sobre seus resultados, de forma a fazer com que adotassem medidas que realmente atendesse aos interesses e direitos transindividuais (Coelho; Milanez; Pinto, 2016, p. 203).

Sobre a ausência de participação dos(as) atingidos(as) na construção do TTAC, Bertollo (2016) nos fornece subsídios para compreender que a ideia de participação, com frequência, é utilizada para manipular grupos sociais e legitimar interesses que não são os interesses reais dos grupos requerentes ou da população alvo, mas de outros que possuem interesses opostos no contexto em questão.

O planejamento participativo “[...] inclui a distribuição do poder e a possibilidade de decidir na construção não apenas do “como” ou do “com que” fazer, mas também do “o que” e do “para que” fazer”. (Gandin, 2001, p. 81).

A participação,

[...] Ao considerar o contexto de correlação de forças antagônicas, pressupõe alteração e superação das relações hierarquizadas de poder nas instituições, grupos ou movimentos, possibilitando a todos manifestar-se e poder decidir coletivamente o rumo das ações. (Bertollo, 2016, p. 342-343).

Em suma,

O Planejamento Participativo quer contribuir para a transformação da sociedade na linha da justiça social, no sentido de que todos participem das decisões, mas sobretudo, dos bens materiais e não materiais encontrados na natureza ou produzidos pelas pessoas humanas. (Gandin, 2001, p. 91, os grifos são do autor).

Antes de prosseguir, consideramos pertinente pontuar que a todo momento no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) a empresa classifica as pessoas atingidas pelo rompimento/crime da barragem como impactados. Sobre isso, consideramos que “impactado” é mais um termo que busca amenizar o real sentido do que foi o rompimento criminoso da barragem na vida das pessoas e para a natureza, e

ressaltamos a preferência ético-política pelo termo atingido(a)¹³, considerando que este se aproxima do que de fato foi o ocorrido, com toda a construção teórico-metodológica que fizemos até o momento, em que o rompimento/crime da barragem não foi um acontecimento inédito e inesperado na história, mas uma consequência estrutural do modo de produção capitalista e desse setor produtivo mineral.

Há pouco mais de uma década, a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV) vem denunciando diversas violações às comunidades atingidas nos territórios onde a Vale S.A opera. O que temos constatado é que os crimes socioambientais causados pela mineradora não são falhas ou acidentes, como a Vale costuma justificar: eles são parte intrínsecas de seus megaprojetos (Relatório de Insustentabilidade da Vale, 2021, p. 4).

Nesse contexto é que se inicia um longo processo entre os(as) atingidos(as) e a empresa, marcado por interesses antagônicos e opostos, permeados pelas contradições próprias do modo de produção capitalista e da própria exploração mineral. Enquanto uns buscam se reerguer da lama e estabelecer uma nova vida (mesmo diante de tantas dificuldades, impasses e incertezas), a empresa atua de maneira minimalista, focalizada e condicionada, obrigando os(as) atingidos(as) a provarem, em centenas de páginas de cadastro familiar, quais eram os bens materiais e imateriais que estes tinham e que perderam, como via para acessar seus direitos ou possíveis processos de indenização. “A gente tem que pedir indenização psicológica. Tem a parte de danos morais que a gente já pensa muito” (A Sirene, 2016-2, p. 9).

No contexto do crime/desastre da Samarco, em Mariana, os(as) atingidos(as) foram arrastados por um redemoinho jurídico, com audiências, processos, terminologias, autoridades, diretrizes, normas, leis, fóruns, decretos, contratos, ministérios... Daí o natural espanto dos(as) atingidos(as) que, a cada dia, enfrentam o desafio de conhecer seus próprios direitos. (Menegghin, 2019, p. 4).

No próximo capítulo será abordado com mais ênfase a estruturação da Fundação Renova e os processos que passaram a fazer parte da vida dos(as) atingidos(as) pós rompimento/crime da barragem de Fundão. Antes disso, não pode deixar de ser apontado e denunciado que após pouco mais de três anos do rompimento criminoso da barragem de Fundão em Mariana-MG, ocorreu, em janeiro de 2019, o rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração de propriedade da Vale em Brumadinho-MG, representando mais uma vez a negligência das grandes empresas em seus megaprojetos,

¹³ Segundo Silva e Silva (2011), os atingidos são aqueles que foram desprovidos de morar ou trabalhar em áreas próximas de barragens, acarretando em perdas territoriais e transformando as identidades destes indivíduos.

a busca desenfreada por mais-valia pelas classes dominantes e o rastro de morte e destruição socioambiental que é deixado para trás nos territórios minerados.

A partir do rompimento da barragem I da mina Córrego do Feijão, de propriedade da Vale S.A em Brumadinho, no dia 25 de janeiro de 2019, “11.7 milhões de metros cúbicos de lixo tóxico e lama se espalharam por uma área de aproximadamente 300km, alcançando comunidades rurais, povos tradicionais e bairros urbanos em 26 municípios.” (Aid, Christian - MAB, 2023, p. 5).

Segundo Aid (2023, p. 7), o rompimento da barragem Córrego do Feijão “causou a morte de 272 pessoas, das quais oito ainda estão desaparecidas enquanto escrevemos este estudo”. Ou seja, a partir dessa evidência nota-se que após quatro anos do ocorrido existem pessoas que ainda não tiveram seus corpos encontrados em meio aos escombros da enxurrada de lama que causou tantas mortes em poucos segundos. Ainda segundo o autor, “131 vítimas eram empregadas pela Vale, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Ferro e Metais Básicos de Brumadinho. Do total de número de mortos, 218 eram homens e 54 mulheres”. Esses dados revelam a completa irresponsabilidade e descaso da Vale com seus funcionários, os quais tiveram mortes instantâneas poucos segundos após o rompimento da estrutura da barragem, sendo considerado “o maior acidente de trabalho da história do Brasil. Até o momento é também o segundo maior desastre industrial do século XXI” – (Tribunal Regional do Trabalho, 2022).

De acordo com Aid (2023), “o caso de Brumadinho é emblemático, uma vez que compreende muitas mortes e sérios impactos sociais e econômicos, além dos extensivos e profundos danos ambientais”.

“Esses fatos reafirmam a lógica dependente e subordinada no modo de produção capitalista e o perfil primário-exportador do País no contexto econômico mundial em que tal atividade produtiva e tal região de MG ocupam um lugar relevante.” (Bertollo, 2021, p. 460). E mais uma vez expressa “o caráter desigual e racista do extrativismo mineral, que ao longo da história mineira e brasileira vem gerando riqueza concentrada para poucos e deixando um rastro de destruição ambiental e de pobreza” (Zonta; Trocate, 2016, p. 163).

Após o rompimento/crime dessas duas grandes barragens em Minas Gerais, foi implementada a Lei 23.291 de março de 2019, a qual determina “a descaracterização de todas as barragens alteadas pelo método à montante” (Minas Gerais, 2019). A nova Lei:

[...] aumentou as exigências para emissão de novas licenças que visem à construção de um barramento de resíduos ou rejeitos. Além disso, a nova legislação determina a implementação de vários instrumentos de gestão que visam aumentar a qualidade e a intensidade dos monitoramentos realizados nas barragens instaladas no estado (Minas Gerais, 2019).

De acordo com esta nova Lei, documentos que atestem a segurança e estabilidade da barragem deveriam ser apresentados aos órgãos fiscalizadores responsáveis até setembro do mesmo ano, sob pena de “suspensão imediata da operação da estrutura até que se regularize a situação” (Minas Gerais, 2019). Contudo,

Até o final de julho de 2020, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) havia aplicado 39 medidas cautelares de suspensão. Em 30 de julho de 2020, 36 estruturas encontravam-se em nível de alerta, sendo 25 em nível 1, sete em nível 2, e quatro em nível 3 - que significa risco iminente de rompimento [...] (Minas Gerais, 2019).

Portanto, mesmo diante da implementação da nova Lei estadual que obriga a descaracterização de determinadas barragens de rejeitos em todo o Estado, observa-se o descumprimento da legislação pela maior parte das empresas. Sendo assim, constata-se que, até o momento, apenas as legislações têm sido ineficientes para provocar mudanças na possível garantia da segurança dessas estruturas, das populações residentes nas proximidades desses territórios e também do meio ambiente.

De acordo com artigo do Portal “O Tempo”, Ouro Preto, cidade vizinha de Mariana-MG, possui o maior número de barragens de rejeito de mineração em risco de rompimento no país.

Em 2019, uma lei obrigou a descaracterização de todas essas barragens, porém, ao fim do prazo (em 2022), apenas 10 delas tinha sido desmontadas, de acordo com a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam). Até dezembro de 2023, existiam 15 barragens desmanchadas e 39 que ainda passavam pelo processo (O Tempo, 2023).

Ainda segundo levantamento realizado pelo O Tempo,

[...] em dezembro de 2023, existiam 51 barragens com algum nível de alerta em Minas Gerais, sendo que 26 delas sequer têm a estabilidade comprovada pelas empresas. Em todo o Brasil são 88 barragens sob algum alerta, ou seja, Minas tem quase 60% de todas as barragens que demandam alguma atenção do país (O Tempo, 2023).

Quijano (2005) aponta que historicamente, o colonialismo consistiu em um sistema de dominação baseado na superioridade de uns e na inferioridade de outros, com o estabelecimento de relações hierárquicas que se constituíram através do sistema de dominação que se impunha. O autor aponta que na América Latina a exploração do trabalho foi articulada em torno do mercado mundial e da acumulação de capital, onde as

subjetividades manifestadas através da cultura dos povos aqui residentes foi reprimida e ocultada, sendo impostas novas formas de ser e de se comportar de acordo com os desejos do colonizador – o que permanece como tal mesmo após o processo de “descolonização”, visto que não rompeu com as relações sociais, políticas e culturais histórico-estruturais próprias do período colonial, representando a manutenção da colonialidade sob novos aparatos institucionais. Sendo assim, evidencia-se que o território latino-americano, o Brasil e Minas Gerais historicamente são um chão de saqueio, subserviência, exploração e morte sob tutela dos países centrais e da burguesia imperialista. Mas que apesar disso, aqui também é chão de luta e resistência, de choro e de riso, de devastação e de muita beleza que ainda (r)existe!

*“(...) Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores
(Vamos caminando) Aquí estamos de pie
¡Qué viva la América!*

Latinoamérica, Calle 13

2 MINERAÇÃO, FUNDAÇÃO RENOVA, ESTADO E SAÚDE

Após o rompimento criminoso da barragem de Fundão em Mariana-MG, inicia-se o decorrer de um novo cotidiano para os(as) atingidos(as), ocasionado pelas mudanças ocorridas através da destruição dos territórios atingidos pela lama e do deslocamento forçado, pela modificação da reprodução dos modos de vida e da consequente necessidade de novas organizações destes(as) em prol da busca pela viabilização dos seus direitos frente ao acontecimento/crime sucedido.

2.1 Mineração, Fundação Renova e Estado

Mediante a (ir)responsabilidade da empresa Samarco Mineração S.A, Vale S.A e BHP Billiton diante do rompimento/crime da barragem de Fundão, houve pressão popular e jurídica pela obrigatoriedade da elaboração e implementação de medidas destinadas a “reparar” os danos causados aos(às) atingidos(as) e à natureza, os(as) quais sofreram mudanças bruscas, repentinas e de proporções catastróficas. Pontua-se que não considero

ser possível reparar ou ressarcir de maneira ampla, efetiva e integral as modificações ocorridas na vida dos(as) atingidos(as) e para a natureza, e isso tem se comprovado 08 anos após o rompimento/crime da barragem, diante de diversas irresoluções que permanecem presentes na vida das pessoas atingidas e no meio ambiente, sendo que este último, segundo o IBAMA, levará anos para se recuperar. O que tem sido evidenciado é que as ações efetivadas são de cunho paliativo e superficial, sendo que por mais que alguns bens materiais sejam ressarcidos, existem vidas, histórias, memórias, objetos e modos de produção e reprodução da existência que não serão reparados.

Nos primeiros dias consecutivos ao rompimento/crime da barragem de Fundão, o Ministério Público de Minas Gerais iniciou sua atuação exigindo respostas e ações da empresa Samarco diante do ocorrido/crime. Sá Meneghin (2017, p. 16), aponta que nos dias 06, 07, 08, 10 e 28 demarcou-se, sucessivamente:

Instauração dos primeiros inquéritos civis para defesa dos direitos dos atingidos pela 2ª Promotoria de Justiça de Mariana. Expedição de Recomendação à Samarco demandando providências concretas da empresa, como cadastramento dos atingidos, fornecimento de renda mensal àqueles que perderam renda e moradia adequada aos atingidos. Ação cautelar da 2ª Promotoria de Mariana que resultou no bloqueio de 300 milhões de reais em contas da empresa Samarco para ressarcimento das vítimas e reconstrução das comunidades. Formação da Comissão de Atingidos, com comissões delimitadas para cada distrito e subdistrito afetado de Mariana.

O mesmo autor explicita que, no dia 01 de dezembro de 2015, o “Ministério Público inicia diálogos com a Samarco tendo em vista a celebração de um Termo de Compromisso para garantir os direitos dos atingidos”. No dia 10 do mesmo mês, houve resposta “negativa da Samarco frente à proposta de assinatura do Termo de Compromisso. Com isso, tem início a Ação Civil Pública Principal para garantir direitos emergenciais e reparação integral dos atingidos”. (Sá Meneghin, 2017, p. 16-17). Frente à negativa da empresa Samarco - responsável pelo rompimento/crime e pelos desastres ocasionados, percebemos de início uma resistência quanto à execução de ações de reparação dos danos causados aos seres humanos e à natureza.

No dia 23 de dezembro de 2015, ocorre:

Realização da primeira audiência de conciliação relacionada à Ação Civil Pública Principal, com participação do Ministério Público, dos representantes dos atingidos e dos advogados das empresas Samarco/Vale/BHP, resultando nos primeiros acordos, garantindo-se moradia adequada, auxílios financeiros imediatos aos atingidos e antecipações de indenização nos valores de R\$ 20.000,00 e R\$ 100.000,00 (Sá Meneghin, 2017, p. 17).

Nesse contexto pós-rompimento/crime da barragem, em meio a busca desenfreada por mais-valia mediante a superexploração da força de trabalho no setor da mineração

extrativista, violações de direitos, desterritorialização, violências, mortes, incertezas e destruição ambiental, houve a elaboração do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado pela União, pela Samarco Mineração S.A, juntamente com a Vale S.A, BHP Billiton e órgãos ambientais, em março de 2016 e homologado em maio do mesmo ano. O TTAC ficou responsável por definir a margem de atuação da Fundação que posteriormente ficou denominada como Fundação Renova, a qual se propõe, segundo informações que constam em seu sítio eletrônico, a intervir nas consequências e “reparar” os danos ocorridos. Trata-se de uma organização “sem fins lucrativos” que possui 42 programas (sendo 22 no âmbito socioeconômico e 20 no âmbito socioambiental) que se desdobram nos muitos projetos que estão sendo implementados nos 670 quilômetros de área “impactada” ao longo do rio Doce e afluentes (Fundação Renova, s.d).

De acordo com Bastos (2019, p. 129) [...] “esse crime-desastre, inserido na geopolítica global, reinventa dispositivos de negociação, fazendo aparecer nova personalidade jurídica, a Fundação Renova, para gerir suas consequências”. Sendo assim, a Fundação Renova ficou responsável por todos os processos que passaram a envolver a vida dos(as) atingidos(as), desde a identificação, ao processo de cadastramento, às indenizações e à posterior construção do reassentamento das famílias diretamente atingidas que perderam a moradia.

Retomando o que foi brevemente apontado no capítulo 1.2 acerca da ausência de participação dos(as) atingidos(as) na construção e em possíveis contribuições para a elaboração do TTAC, este documento os(as) considera como ‘impactados(as)’, suavizando e amenizando o real sentido de ser atingido(a) pelo maior crime de barragem da história do Brasil.

A criação da Fundação Renova precisa ser problematizada, visto que esta é contraditória e não hesito em afirmar que visa atender aos interesses da Samarco, Vale e BHP Billiton. Esta Fundação surge como uma estratégia das empresas para mascarar seus reais interesses econômicos e políticos, onde a própria empresa responsável pelo crime estabelece as regras a serem seguidas, os projetos a serem desenvolvidos e dita quem tem direito ou não às medidas de reparação. “O Acordo transfere à Fundação o poder de estabelecer quais pessoas serão consideradas impactadas, uma vez que lhe caberá definir a elegibilidade e os parâmetros de indenização aos atingidos” (Coelho; Milanez; Pinto, 2016, p. 209).

Conforme a cláusula 1 contida no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), constata-se que a Samarco criou a Fundação Renova:

XX. Fundação de direito privado, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, a ser instituída pela SAMARCO e pelas ACIONISTAS com o objetivo de elaborar e executar todas as medidas previstas pelos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e PROGRAMAS SOCIOECONOMICOS (União et al. 2016, p. 12).

Este acordo jurídico define na mesma cláusula os(as) atingidos(as) em dois grupos: os “impactados” e os “indiretamente impactados”. “II. IMPACTADOS: as pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades, que tenham sido diretamente afetadas pelo EVENTO” (União et al., 2016, p. 7). Entre estes, destacam-se:

a) perda de cônjuge, companheiro, familiares até o segundo grau, por óbito ou por desaparecimento; b) perda, por óbito ou por desaparecimento, de familiares com graus de parentesco diversos ou de pessoas com as quais coabitavam e/ou mantinham relação de dependência econômica; c) perda comprovada pelo proprietário de bens móveis ou imóveis ou perda da posse de bem imóvel; d) perda da capacidade produtiva ou da viabilidade de uso de bem imóvel ou de parcela dele; e) perda comprovada de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros e extrativos, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva; f) perda de fontes de renda, de trabalho ou de autossustentação das quais dependam economicamente, em virtude da ruptura do vínculo com áreas atingidas; g) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento ou das atividades econômicas; h) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda e a subsistência e o modo de vida de populações; i) *danos à saúde física ou mental*; e j) destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas. (União et al. 2016, p. 8, Os grifos são meus).

Como “indiretamente impactados”, o acordo pontua:

III. INDIRETAMENTE IMPACTADOS: as pessoas físicas e jurídicas, presentes ou futuras, que não se enquadrem nos incisos anteriores, que residam ou venham a residir na ÁREA DE ABRANGÊNCIA e que sofram limitação no exercício dos seus direitos fundamentais em decorrência das consequências ambientais ou econômicas, diretas ou indiretas, presentes ou futuras, do EVENTO, que serão contemplados com acesso à informação e a participação nas discussões comunitárias, bem como poderão ter acesso aos equipamentos públicos resultantes dos PROGRAMAS (União et al. 2016, p. 8-9).

Destaca-se que, muitos(as) dos(as) atingidos(as) (considerados(as) impactados(as) pelo acordo), mesmo provando que tiveram perdas e prejuízos de diferentes naturezas, permanecem até o momento da execução deste trabalho, 08 anos após o ocorrido, sem seus direitos garantidos - isso pôde ser observado durante o estágio supervisionado em Serviço Social no Conviver¹⁴ e no contato direto com o público usuário do serviço. Muitos(as) dos(as) atingidos(as) indiretos(as) (considerados(as) indiretamente impactados(as) pelo acordo), também vivenciam processos de negações de

¹⁴ Será explicitado sobre o serviço Conviver com maior detalhamento no próximo capítulo.

seus direitos diante da Fundação Renova e da justiça, permanecendo em processos longos, morosos e adocedores na tentativa de comprovar que também são atingidos(as). “Apesar dessa definição ampla, o Acordo apresenta uma série de restrições e exigências para que as pessoas sejam efetivamente reconhecidas como atingidas e, conseqüentemente indenizadas” (Coelho; Milanez; Pinto, 2016, p. 209).

Em um Parecer realizado pelo Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), Parecer N° 279/2018/SPPEA¹⁵ foi objetivado:

Apresentar uma avaliação da minuta do documento intitulado Termo de Ajustamento de Conduta, também conhecido como TAC-Governança, negociado entre representantes da União – Advocacia Geral da União –, do estado de Minas Gerais – Advocacia Geral do Estado –, das empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., e do Comitê Interfederativo, assim como do Ministério Público Federal, Ministério Público de Minas Gerais e das Defensorias Públicas da União e do estado do Espírito Santo, o qual pretende reformular o sistema de governança e repactuar os programas, projetos e ações criados para reparar integralmente os danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, estabelecidos pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Trata-se de uma avaliação técnica que busca contemplar as percepções de diferentes segmentos das populações e comunidades atingidas pelo desastre, acerca dos processos de tomada de decisão, acompanhamento e controle das ações que visam a reparação integral dos danos sofridos. Podendo ser compreendida, ainda que de modo limitado, como uma avaliação participativa do referido documento. (MPF; MPMG, 2018, p. 1-2).

Além de reivindicar a participação dos(as) atingidos(as) nas ações de “reparação”, este Parecer ainda menciona sobre a ausência de participação dos(as) mesmos(as) na elaboração do acordo:

O referido TTAC foi contestado pelo Ministério Público Federal por movimentos sociais e pesquisadores por diversas razões, entre elas a “ausência de participação efetiva dos atingidos nas negociações”. Com efeito, nem o arranjo institucional desenhado pelo TTAC, nem os programas ali estabelecidos foram discutidos com os atingidos, ainda que se reconhecesse o dever de assegurar aos “impactados” participação nos programas, projetos e ações decorrentes do acordo (MPF; MPMG, 2018, p. 3).

Diante da ausência de participação dos(as) atingidos(as) na construção do TTAC e da supremacia das empresas sobre este, o acordo chegou a ter sua homologação judicial anulada em julho de 2016 pelo Ministério Público Federal, quatro meses após sua assinatura. O MPF [...] “ajuizou ação civil pública buscando garantir a participação dos atingidos nas decisões e a reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão” [...] (MPF; MPMG, 2018, p. 4).

¹⁵ Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/parecer-no-279-2018>

Mesmo após essa medida judicial de paralisação do acordo, este continuou a ser implementado.

Em janeiro de 2017, o MPF firmou Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) pelo qual definiu-se a contratação de organizações para atuarem como peritos, assessoria técnica e assistentes do MPF, com vistas a realização de diagnósticos socioambientais e socioeconômicos dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, necessários para a concretização de acordo final. Alguns meses depois, em novembro de 2017, foi assinado termo aditivo a esse TAP, estabelecendo a contratação de assessorias também para os atingidos, de modo que possam participar de modo informado da gestão e controle social das ações de recuperação, das audiências públicas previstas no acordo anterior, bem como do processo de consulta prévia aos povos indígenas e comunidades tradicionais. (MPF; MPMG, 2018, p. 4).

De acordo com Sá Meneghin (2017, p. 46):

A Cáritas foi selecionada pelos atingidos para gerenciar a assistência técnica, por se tratar de entidade sem fins lucrativos e com experiência na área. O valor total do projeto é de R\$ 9.531.874,57, terá duração de 04 (quatro) anos e os profissionais não possuirão qualquer vínculo com as empresas réis (Samarco, Vale e BHP). A responsabilidade das empresas será de apenas custear a assistência técnica. Na audiência do dia 14-09-2016, foram liberados R\$ 500.000,00 para a entidade Cáritas. Tal providência foi postulada pelo Ministério Público de Minas Gerais, juntamente com a Samarco e participação dos atingidos, no processo n. 0400.16.003473-4.

Salienta-se a importância da assessoria técnica prestada pela Cáritas aos(as) atingidos(as). Contudo, destaca-se que a equipe de profissionais é pequena diante das demandas de trabalho.

Convém ressaltar, que neste contexto de disputa de interesses (prioritariamente financeiros – por parte da mineradora Samarco) e atendimento digno e justo (por parte dos atingidos), constroem-se entraves, diálogos acirrados entre grupos e instituições alinhadas a estas antagônicas posições (Bertollo, 2017, p. 224).

Além disso, pontua-se que os novos cadastramentos dos(as) atingidos(as) tiveram prazo encerrado pela assessoria jurídica da entidade. “No dia 2 de setembro de 2022, o projeto de Assessoria Jurídica (AJ) da Cáritas MG aos atingidos e às atingidas pela barragem de Fundão, em Mariana, chegou ao fim” (A Sirene, 2022). A finalização do cadastramento realizado pela assessoria Cáritas também representa uma perda para os(as) atingidos(as), fato que foi observado durante a última etapa (3º semestre) do estágio supervisionado em Serviço Social pelo autor deste estudo, onde os usuários perderam mais um instrumento de apoio sócio-jurídico para a resolução de suas questões, onde os(as) próprios(as) profissionais da Cáritas lamentaram pelo ocorrido, bem como os(as) profissionais do Conviver e os(as) atingidos(as), durante as reuniões de equipe entre Cáritas/Conviver e nos atendimentos aos(as) usuários(as). Ressalta-se que a assessoria prestada pela Cáritas foi de importância considerável para os(as) atingidos(as), orientando

e acompanhando-os(as) no decorrer de seus processos e busca por resoluções das questões relacionadas aos seus direitos e “reparações”, contribuindo para diversas resoluções positivas.

Os estudos realizados por Roland et al (2018), também apontam para a maneira como os(as) atingidos(as) são tratados(as) e envolvidos(as) no acordo do TTAC, quando pontuam que:

É importante notar até mesmo a forma como os atingidos e atingidas são referidos no documento, pois é possível perceber a oscilação entre o termo “atingidos” e “impactados”, sendo esse último o mais utilizado. Essa questão se mostra interessante, na medida em que demonstra a real ausência de cuidado, participação e consulta aos atingidos para verificar qual seria o termo mais adequado para contemplá-los. No mesmo sentido, é possível perceber que, ao se referir ao desastre/crime, foi utilizada a expressão “evento”, o que também denota uma falta de conhecimento dos envolvidos acerca da adequação de termos para esses casos (Roland et al. 2018, p. 10).

Após o rompimento/crime da barragem de Fundão, o cotidiano dos(as) atingidos(as) foi completamente alterado para quem foi atingido(a) diretamente. E parcialmente alterado (podendo ainda ter gerado modificações significativas) para quem foi atingido(a) indiretamente. Nesse curso, iniciou-se um processo novo, prolongado e desgastante, marcado pela busca pelo reconhecimento de direitos, pela participação em reuniões/assembleias e comissões das empresas com os(as) atingidos(as), além da articulação destes(as) com os movimentos sociais atuantes na região, conforme expresso anteriormente ressaltando a atuação do MAB e da FLAMA na região de Mariana e do Quadrilátero Ferrífero, os quais ganharam maior impulso e ação no território após o rompimento/crime da barragem de Fundão, em 2015.

Um dos marcos iniciais que contou e ainda conta com a atuação da Fundação Renova, diz respeito às indenizações e processos de “reparação” dos bens materiais que os(as) atingidos(as) possuíam. Trata-se de um processo dispendioso para as famílias atingidas, onde estas precisam provar a todo custo, em centenas de páginas, quais eram os bens materiais e imateriais que possuíam. Entre os itens questionados pela empresa, solicita-se dizer, por exemplo, quantas pessoas viviam na residência; quantos animais possuíam; qual era o número de árvores frutíferas e quais espécies eram existentes na propriedade; de qual material era feita a casa, entre outras perguntas longas e exaustivas. O que quero ressaltar é que nem sempre as famílias ou os proprietários poderiam ter noção da quantidade exata de animais, plantas ou bens que possuíam e que perderam, visto que estes(as) tiveram sua realidade alterada inesperadamente, se encontravam em situação de mudança brusca de vida e isso pode gerar perdas, além das já ocorridas, nos processos de

“reparação” onde muitas vezes os(as) atingidos(as) são e continuam sendo vencidos(as) pelo cansaço e pela exaustão, culminando na liquidação de seus direitos.

Diante das necessidades urgentes e nem sempre organizados, muitos dos atingidos e atingidas acabam aceitando compensações que ficam muito aquém de uma reparação integral, sendo este um dado que pressiona os legitimados coletivos a tomarem medidas imediatas. Dessa forma o fator tempo passa a ser mais um fator de desequilíbrio dessa relação, jogando a favor das empresas réis e contra a população atingida. (Roland et al. 2018, p. 9).

As inúmeras famílias que tiveram sua condição econômica alterada e que foram classificadas como atingidas, passaram a receber, de modo temporário, um cartão alimentação da Fundação Renova para auxiliar na sua subsistência. Essa foi a maneira que a empresa utilizou para “compensar” a perda de renda das famílias, visto que a grande parte dos(as) atingidos(as) eram residentes em comunidades rurais e ribeirinhas, e, portanto, viviam da renda obtida através da terra e também dos rios.

Na primeira etapa do trabalho, a equipe de Auxílio Financeiro percorreu todo o trecho do Rio Doce e entregou 8.003 cartões. Agora, a equipe está realizando uma nova visita às comunidades para concluir a entrega de 58 cartões. 134 cartões foram devolvidos à Fundação, por motivos como falecimento ou troca de endereço dos beneficiários. (Fundação Renova, 2017).

Mais uma vez problematizamos a atuação da Fundação Renova sobre as consequências dos danos ocasionados pelo rompimento/crime da barragem de Fundão, onde “mais de um milhão de pessoas” (Silva, 2017, p. 22) perderam seus modos de produção e reprodução da vida e passaram a viver de maneira limitada e condicionada por meio de um cartão de auxílio financeiro, quando este é viabilizado. Isso expressa mais uma vez a face contraditória do capital e evidencia a intensificação das expressões da questão social, ao modificar o cotidiano, reduzir e limitar o poder de vida e de consumo de diversas pessoas – podendo se agravar para situações de extrema pobreza e miséria. Gostaria de já ter ultrapassado a discussão dessa dolorosa e inaceitável realidade, porém esta ainda tem sido (cada vez mais?) nossa arena de luta cotidiana, especialmente para a categoria de assistentes sociais.

No dia 20 de junho de 2017, em audiência pública convocada pelo Ministério Público, foram discutidas consequências de algumas ações da Fundação Renova em Mariana. Entre as pautas, destacam-se: falta de pagamento por parte da empresa terceirizada a prestadores de serviços da região, dívida que passava de 1,7 milhões; atraso nos encaminhamentos do reassentamento das famílias; atraso no pagamento do aluguel das famílias que sofreram deslocamento forçado devido à perda da moradia e que passaram a residir provisoriamente em Mariana. (Estado de Minas, 2017).

De acordo com informações da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), por meio de parlamentares da Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana sete anos após o rompimento/crime da barragem de Fundão, constata-se que:

O curso d'água, que era fonte de sustento para milhares de famílias, recebeu a maior parte dos quase 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério que escaparam da estrutura. Famílias que sequer foram indenizadas ainda sofrem com enchentes de água contaminada e com a perda do rio como local de trabalho. (ALMG, 2023).

Cabe analisar outros aspectos relevantes relacionados à atuação da empresa causadora dos danos (representada pela Fundação Renova) com relação aos(as) atingidos(as), fatores estes que foram apontados de maneira metódica e explícita decorrentes de um trabalho minucioso realizado por Jorge et al (2020). Segundo as autoras, os sujeitos que entraram em disputa com a empresa, passaram a viver em conflito com a mesma, diante da busca pela legitimação dos seus direitos e da sua própria vida. “Esse processo, contudo, não envolve somente a ação ativa de comunidades atingidas e mineradoras, tratando-se de um complexo conflito de classes, que gera desigualdades sociais muitas vezes sustentadas pela atuação do próprio Estado”. (Jorge et al. 2020, p. 137).

Ao longo do estudo, as autoras apontam 10 táticas utilizadas pelas empresas mineradoras desde a sua instalação nos territórios e na desconstituição dos sujeitos coletivos que buscam a viabilização dos seus direitos enquanto pessoas atingidas.

As autoras apontam que as estratégias das empresas começam na “*identificação*” do território a ser explorado, por meio da realização de diagnósticos que visam mapear o território, as pessoas ali residentes e identificar conflitos e possíveis fatores de “risco” existentes. “Há uma tentativa de captura social e afetiva das comunidades por parte das empresas, que começam a investir significativamente em iniciativas que historicamente não faziam parte de seu escopo de atuação.” (Jorge et al. 2020, p. 140). Em outras palavras, a empresa busca se aproximar da comunidade para criar laços afetivos e assim adquirir consenso para operar, não só sobre a natureza, mas também sobre as pessoas e seus comportamentos dentro da comunidade.

A segunda etapa consiste na “*conquista do território*” e na chegada da empresa e de seus trabalhadores. Nessa etapa, ocorre o aumento do preço dos aluguéis, dos produtos no supermercado e acentua-se a dependência comercial do município com a empresa, devido a geração de empregos que esta proporciona, ainda que seja de modo provisório. Essa questão se apresenta de modo nítido em Mariana-MG, onde os imóveis apresentam

valores altos tanto para locação, quanto para venda. Do mesmo modo, os produtos no supermercado sofrem com a alta dos preços, e quem paga o preço é a população.

“*A definição do local de disputa: o controle da maneira de dizer a palavra*” (Jorge et al, 2020, p. 143). Versa sobre o campo de diálogo da empresa com os(as) atingidos(as), ocorre por recurso extrajudicial e judicial, através de reuniões e atendimentos em escritórios. “Sendo marcantes os rodízios de funcionários como técnica para que os mesmos debates e acordos sejam refeitos diversas vezes, posto que as transições de equipes se dão com perda dos acúmulos construídos.” (Jorge et al, 2020, p.143). Isso explicita o cotidiano tensionado que os(as) atingidos(as) vivenciam, marcado por diversas reuniões prolongadas, exaustivas e pouco resolutivas, culminando em processos morosos e desgastantes que podem permanecer por muitos anos em suas vidas, alguns sem resolução.

“*A fragmentação: instalação da desconfiança e a construção da empresa-vítima*” (Jorge et al, 2020, p. 144). Nesse caso, a empresa promove as reparações de maneira seletiva, indenizando uns e excluindo outros, reforçando ações individuais e isoladas. Além disso, ocorre uma inversão da imagem subjetiva da empresa, onde esta passa a ser vista como vítima e não como criminosa, prova disso é quando a população local de Mariana se mobilizou diversas vezes em prol do retorno das atividades da mineradora que estavam paralisadas logo após o rompimento/crime da barragem de Fundão.

A Fundação Renova reconhece o vizinho da direita e não reconhece o vizinho da esquerda. Quando as pessoas não estão organizadas em um coletivo, as pessoas em vez de brigar com a empresa, de ir procurar os seus direitos com a empresa, elas começam a brigar entre elas. Ficam preocupadas com o porquê uma está recebendo e ela não, por que foi feito a reforma na casa de uma e não a dela, sendo que sofreram os mesmos danos, a empresa usa isso para dividir o povo, causar intrigas, e brigas entre os atingidos. Hoje por exemplo na minha família, tem pessoas que não convivem mais um com o outro, não conversam um com o outro, e nossa família era uma das famílias mais bonitas que tinha, uma das mais unida na comunidade. Perdemos dois entes queridos com essa demora da reparação que nunca chega, essa reparação que só existe no papel do TTAC, do TAC Gov, em vários documentos e acordos entre empresas e governo, mas na nossa vida enquanto atingido, isso não chega (Atingida de Barra Longa). (Jorge et al. 2020, p. 145-146).

Outro mecanismo usado pela empresa é a “*dispersão: perda do foco*” (Jorge et al, 2020, p. 146). Essa estratégia faz com que os(as) atingidos(as) “percam o foco dos seus objetivos” previamente estabelecidos durante sua participação nas reuniões com a empresa.

[...] A distribuição de lanche na hora de encaminhamentos importantes ou funcionários que tiram os atingidos durante alguns momentos das reuniões, à criação de entraves/problemas que precisam ser resolvidos, mesmo que não

centrais, retardando os processos e sobrecarregando as lideranças. (Jorge et al, 2020, p. 146).

“*A confusão*” (Jorge et al, 2020, p. 147) consiste na disseminação de informações ou uso de linguagem que dificulta a compreensão da população a quem são direcionadas as ações, comprometendo o entendimento e a interpretação dos fatos. Há relatos que em diversas audiências, reuniões com a empresa e os(as) atingidos(as), os(as) últimos(as) precisaram se manifestar e solicitar que os representantes da empresa falassem em linguagem acessível e compreensível, devido ao uso de palavras, termos e frases extremamente técnicas e de difícil assimilação.

“*A criminalização: a quebra da identificação com os lutadores*” (Jorge et al, 2020, p. 148). Essa estratégia utilizada pela empresa parte da aplicação de diferentes pesos e medidas para tratar os(as) atingidos(as) que se manifestam contra a mesma. “Nessa fase atua-se sobre a esperança da reparação com a construção da ideia de que se algumas ações forem evitadas (participar de reuniões, manifestações, aproximação dos movimentos sociais, dentre outras) o atingido conquistará seus direitos.” (Jorge et al. 2020, p. 149). Ressalta-se que é presenciado relatos de diversas(os) atingidas(os) que confessam estar sendo perseguidas(os) pela empresa devido à sua atuação política e militante contrária às ações da mesma no território e às violências e violações de direitos que seguem em curso.

“*A cooptação* revestida pelo *reforço da esperança*” (Jorge et al, 2020, p. 149) atua na produção de consenso e apaziguamento da população atingida, visto que aqueles(as) que evitarem se envolver em situações que a empresa deseja ocultar, terão suas demandas atendidas. O que pode gerar segregação e quebra/fragilização dos vínculos sociais e comunitários anteriormente existentes nos territórios de origem das famílias.

As empresas procuram as lideranças das comunidades, que passam a defender a empresa e com isso ficam contra a comunidade tendo acesso a todos os direitos. Passam a trabalhar pela empresa contra a comunidade. Na minha comunidade o líder foi cooptado, hoje ele teve todos os danos reparados (Atingida de Barra Longa). (Jorge et al. 2020, p. 150).

“*Ameaça: criminalização direta*” (Jorge et al, 2020, p. 150) ocorre “pela ameaça, intimidação e perseguições que muitas vezes podem ser feitas pela própria empresa, desde que mais sutil, ou por “capangas” ou mesmo milícias.”

Eles ficam virando carro aqui na porta de casa de madrugada; tem marcas de freiada aqui na porta de casa. Já chegaram em minha casa sem avisar, perguntaram por mim, mas minha esposa não sabia quem era. Então resolvi denunciar. Eu tenho medo de que eles façam alguma coisa comigo e com minha família (Atingido de Conceição do Mato Dentro apud GESTA-UFGM, 2016, p. 1). (Jorge et al. 2020, p. 150-151).

Por fim, têm-se a “*Violência física ou morte*” (Jorge et al, 2020, p. 151).

Segundo dados da Anistia Internacional (2018), no ano de 2018, 62 defensores de Direitos Humanos foram mortos entre janeiro e setembro, mais do que no ano anterior, a maioria morta em conflitos por terras e recursos naturais. *Já os dados do ano de 2019 apontam que América Latina voltou a ser a região mais perigosa do mundo para essas pessoas atuarem*, sendo que 210 pessoas morreram de forma violenta nas Américas. (Jorge et al. 2020, p. 151, Os grifos são meus).

O fragmento sublinhado neste parágrafo denota o lugar ocupado pela América Latina, enquanto arena de conflitos e de disputa, onde a luta pela soberania popular seja na mineração, na agricultura, no uso da terra, nos campos de trabalho, na cidade, na questão habitacional, entre outras - é constantemente tensionada e criminalizada pela ordem dominante.

O relato de um atingido de Conceição do Mato Dentro-MG¹⁶ evidencia sinais de risco relacionados à vivência em situação de perseguição e ameaça.

Entramos com uma ação na justiça e conseguimos barrar um licenciamento que tinha várias irregularidades, cinco pessoas assinaram a ação civil pública. Logo depois nós cinco começamos a ser ameaçados. Recebi mensagens no WhatsApp, me enviaram um vídeo de uma pessoa andando na rua e uma bomba explodindo, recebi uma mensagem de um encarte de jornal sobre um ativista que foi assassinado, passei a receber ligações de uma suposta funerária oferecendo seus serviços. Outra pessoa, deste grupo dos cinco, recebeu um bilhete na porta de casa falando que estão de olho nela que poderia ser uma vítima, teve um que sofreu agressão física de uma pessoa da comunidade ligada a empresa. Fizemos a denúncia e até hoje nada aconteceu, tivemos que entrar para o programa de proteção do estado (Atingido de Conceição do Mato Dentro). (Jorge et al. 2020, p. 151).

Em maio de 2021, de acordo com o portal G1.Globo, o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES) acionaram uma ação civil pública visando impedir a divulgação de publicidade da Fundação Renova. Para os órgãos, as informações veiculadas são “imprecisas, dúbias, incompletas ou equivocadas”. Além disso, a Renova afirma que “cinco anos depois, a vida de todos voltou ao normal”, quando menos de 20% da reparação foi concluída. (G1.Globo, 2021).

Diante dessas evidências, é possível constatar a atuação da Fundação Renova e suas contradições, sua ineficiência e sua imagem duvidosa que é difundida por meio da

¹⁶ Município localizado no Estado de Minas Gerais, também influenciado pela atividade da mineração extrativista, a qual têm causado pânico e tensionamentos em diversos(as) moradores(as) devido ao risco de rompimento da barragem da empresa Anglo American (Zonta, 2018).

mídia hegemônica e das informações que são transmitidas para a população, especialmente na TV Aberta. Nesse sentido é que os(as) atingidos(as) consideram a atuação da Fundação Renova como um “crime que se renova” diante das violações de direitos que perduram até os dias atuais para muitas pessoas e famílias atingidas. "A luta é diária, pois o crime se renova todo dia", diz a atingida Mônica dos Santos (Lage, 2018).

Tratando-se da atuação política, social, econômica e histórico-estrutural que se mantém e se perpetua sob novos aparatos institucionais, têm-se o Estado como figura representativa de determinados interesses sociais, os quais analisaremos com maior vigor a partir de agora.

O Estado é uma representação abstrata criada pela sociedade com o desejo de desenvolvimento social, regulamentando e preservando o interesse público (Vade Mecum, sd).

O Estado originou-se da vontade de preservação desse interesse ou bem comum, posto que a sociedade natural não detinha os mecanismos (regulamentação) necessários para promover a paz e o bem estar de seus membros. Assim, a única forma de preservação do bem comum foi a delegação de poder a um único centro, o Estado. O conceito de Estado vem evoluindo desde a Antiguidade, a partir da Polis Grega e das Civitas Romana. (Vade Mecum, sd).

De acordo com o Vade Mecum (s.d), a Itália foi o primeiro país a utilizar a palavra Stato, embora com um significado vago. Na Inglaterra do século XV e na França e Alemanha do século XVI utilizaram o termo para representar a ordem pública. Contudo, quem de fato cunhou a expressão na literatura científica foi o filósofo Maquiavel em sua obra “O príncipe”¹⁷ escrita em 1513 e publicada postumamente.

Para o Direito Público, segundo Vade Mecum (s.d), o Estado compreende a organização de indivíduos “estabelecidos ou fixados em determinado território e submetidos à autoridade de um poder público soberano, que lhes dá autoridade orgânica”.

Pereira (2017, p. 158) faz uma conceituação sobre o Estado-nação, dizendo que:

O estado-nação ou país é um tipo de sociedade político-territorial soberana, formada por uma nação, um Estado e um território. É a forma de poder territorial que se impôs nas sociedades modernas a partir da revolução capitalista em substituição aos feudos e principalmente aos impérios antigos. (Os grifos são do autor).

¹⁷ Obra que trata sobre o ato de governar. Entre outras coisas, fala sobre os principados que são conquistados por virtude, fortuna ou por atos criminosos. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4377771/mod_resource/content/1/O-PR%C3%8DNCIPE-NICOLAU-MAQUIAVEL.pdf

O mesmo autor complementa dizendo que “O Estado moderno é, portanto, o resultado da formação dos estados-nação e da Revolução Industrial” (Pereira, 2017, p. 160).

Conforme observou Thamy Pogrebinski (2009), interpretando Marx, “a fim de emancipar-se politicamente, a burguesia revolucionária francesa apartou a sociedade do Estado”, e cita a frase de Marx, da Crítica da filosofia do direito de Hegel (2005 [1843], p. 42), “a contradição em que se encontra o adepto de determinada religião com a sua cidadania estatal é apenas uma parte da contradição secular universal entre o Estado político e a sociedade civil”. Essa separação se expressou em cinco transformações inter-relacionadas: a sociedade política deixa de ser uma e passa a ser dual, separando-se a sociedade civil do Estado; nessa mesma linha, o aparelho do Estado separa-se do patrimônio privado dos soberanos e se transforma em administração pública – em uma organização formada por oficiais públicos profissionais, eleitos (políticos) e não eleitos (burocratas), que dirigem o Estado em nome do interesse público e executam suas leis e políticas públicas; a ordem jurídica passa a ser constitucional, ou seja, um sistema de direito baseado no império da lei ou no Estado de direito que submete o governante; os súditos transformam-se em cidadãos, portadores de direitos e deveres; e a política – negociação dentro do Estado e entre a sociedade e o Estado – passa a ter existência própria. (Pereira, 2017, p. 160-161).

Segundo Marx e Engels, o Estado moderno atua de acordo com os interesses da burguesia:

Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso político correspondente. Segmento social oprimido sob a dominação dos senhores feudais; organizado em associação armada autogerida na comuna; aqui república urbana independente, ali terceiro estado sujeito aos impostos na monarquia; ou, mais tarde, no período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta; no geral, principal fundamento da grande monarquia – com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial a burguesia conquistou, finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno (Marx; Engels, 1997, p. 13-14).

No avançar deste desenvolvimento, convém problematizar a atuação do Estado brasileiro enquanto instância pública que concede o aval para a atividade da mineração extrativista e no que se refere ao rompimento/crime da barragem de Fundão e às ações executadas em diferentes âmbitos antes e após o ocorrido/crime.

O setor de extração mineral possui uma relação estrutural com o Estado brasileiro. Durante o período desenvolvimentista, a partir dos anos de 1930, o governo federal tinha na industrialização da economia uma de suas principais preocupações e considerava o desenvolvimento do setor mineral como um elemento estratégico para esse processo. (Coelho; Milanez; Pinto, 2016, p. 184).

A partir desse período histórico, em meio à reestruturação produtiva que ocorreu e em decorrência da substituição das importações pelas exportações fortemente

incentivadas pelo Estado, essa conjuntura gerou consequências para o país e especialmente para a classe trabalhadora.

O código da mineração é mais um acordo entre Estado e capital para aumentar a espoliação mineral no país. O Estado enquanto um coletivo capitalista tem dado todas as benesses para o capital avançar sobre a natureza através de leis de barragens, código florestal, e agora o código da mineração. Para se ter uma ideia, se aprovado hoje o novo código da mineração, teríamos a aprovação pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) de 4,3 mil requerimentos. Serão 10,3 milhões de hectares do território nacional. Na prática, estão sob embargo 10,3 milhões de hectares do território nacional, área equivalente ao Estado de Santa Catarina. Se no campo do trabalhador, a mineração é atividade empregatícia que mais mata, mutila e enlouquece, para as comunidades qualquer atividade de mineração traz consigo a militarização do espaço, a espionagem, a criminalização, a violência entre os jovens, a judicialização contra lideranças comunitárias e o fim de muitas perspectivas econômicas, por exemplo, a agricultura. (Zonta, 2015).

Nessa mesma perspectiva, de acordo com Iamamoto:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (Iamamoto, 2001, p. 16-17. Os grifos são meus).

Em seguida, a mesma autora pontua sobre as lutas travadas pela classe trabalhadora na reivindicação dos seus direitos, diante do agravamento das condições de produção e reprodução da vida sob a conduta do capital.

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado (Iamamoto, 2001, p. 17).

De acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Planalto.Gov, s.d).

Contudo, no que diz respeito à atuação do Estado ou das práticas do Estado na mineração extrativista, destaca-se um alinhamento com as ações predatórias e destrutivas, tanto da natureza, quanto das vidas humanas em prol do lucro, como demonstra Pontes:

Outra perspectiva que precisamos analisar é a legislação voltada à mineração. Pela Constituição brasileira de 1988, os minerais sobrepõe ao que existe nos solos, por isso as mineradoras, utilizando o aparato estatal, conseguem facilmente vencer tudo o que existe no solo como, por exemplo, os assentamentos rurais. As mineradoras, com base na constituição, dizem que “o que está no subsolo sobrepõe o que está no solo, portanto, vamos pedir uma

concessão do Estado e vocês terão que sair daqui”! E esse Código da Mineração, de 1967, que a gente achava ruim e criticava, melhor do que este que foi aprovado agora! Esse novo Código da Mineração, fatiado, não leva em consideração a diversidade de comunidades afetadas pelos interesses da mineração: a população indígena, ribeirinha, quilombola, camponesa, o povo da cidade... Nada disso é levado em consideração. Essa legislação, numa fase do capitalismo em crise, que precisa acumular muito, pretende, flexibilizar, ainda mais a mineração, agilizar ainda mais as possibilidades de mineração. (Pontes, 2018, p. 172).

Conforme o artigo 176 da Constituição Federal, as jazidas e recursos minerais pertencem à União. Mas é de responsabilidade das empresas mineradoras recuperar áreas atingidas pela mineração, conforme consta no inciso 2º do parágrafo 225 da mesma legislação, onde diz que: “Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei” (Planalto.Gov, s.d).

Em sua obra “A Constituição Federal de 1988” Ruy Mauro Marini constrói uma crítica relevante à legislação, ao apontar aspectos importantes e dizer que:

A tradição constitucional brasileira, gestada no seio da teoria política burguesa, tem como influências determinantes, em primeiro lugar, a corrente autoritária, e, em segundo, a liberal. A constituição de 1988 redundou em um compromisso entre autoritarismo e liberalismo, representado na permanência do sistema presidencialista, ainda que tenha introduzido na tradição constitucionalista brasileira um elemento inovador, um caráter mais abertamente democrático. Assim, aparecem novas ou renovadas figuras jurídicas que submetem o Estado brasileiro, tornando-o mais permeável à iniciativa popular, o que não tem precedentes na história constitucional do país – tudo isso devido às lutas sociais que antecederam e que foram concomitantes à Constituinte, que não têm paralelo na história moderna do Brasil. Ainda assim, a ordem econômica e a democracia participativa apresentam-se bastante restringidas, algo mais coerente com a tradição liberal do que com a democrática. (Marini, 2017, p. 1).

Sendo assim, “o fim último da Constituição consiste em legitimar o ilegítimo, forjando um mundo de aparências que consagra uma ordem social democrática e um Estado democrático imaginários e inexistentes” (Fernandes, 2014, p. 227-228).

Traçando um breve levantamento sobre a articulação do Estado Brasileiro com o setor da mineração extrativista nas últimas décadas, pretendo resgatar e expor de maneira breve alguns apontamentos necessários.

Nas últimas décadas, o extrativismo no Brasil adquire novos contornos, principalmente durante o governo Lula (2003-2011). Segundo Milanez (2022), diante da busca pelo desenvolvimento do país com base no modelo de mercado global e na aposta pelo setor financeiro, o governo Lula estimulou de maneira desigual o setor de base extrativista, resultando no que, de acordo com o autor, Gudynas (2015) chamou de neoextrativismo progressista.

Assim, naquele momento, teria se formado uma aliança entre mercado e Estado, de forma que o Estado, por meio das políticas “corretas” criaria um mercado forte. Em teoria, essa dinâmica estaria associada ao surgimento de um “Estado compensador” (GUDYNAS, 2012), que utilizaria o aumento da renda extrativista para reduzir as desigualdades sociais. Assim, apesar do discurso neodesenvolvimentista, o modelo adotado naquele momento tinha muitos elementos do neoextrativismo que vinha sendo descrito em outros países e que veio a se configurar como um elemento estrutural da inserção internacional dos países da América Latina (MILANEZ, SANTOS, 2015). (Milanez, 2022, p. 5).

De acordo com os estudos realizados por Eduardo Gudynas:

Com Lula da Silva, o Brasil está se convertendo numa potência em mineração: estima-se que até 2013, com a instalação de novas minas e instalações de processamento, o país terá duplicado a produção de alumínio e triplicado a de cobre (USGS, 2008). No começo da gestão do Partido dos Trabalhadores e seus aliados, em 2003, a produção de cobre era de 264 milhões de toneladas e chegou a 370 milhões em 2008 (Ibram, 2009); as exportações provenientes das minas e pedreiras, que estavam acima de 6 bilhões de dólares em 2003, aumentaram para mais de 24 bilhões em 2009 (segundo a CEPAL). (GUDYNAS, 2012, p. 305).

O modelo de desenvolvimento adotado teve êxito durante o período de *boom* do preço das *commodities*, porém, após o fim desse período de alta dos preços, este não se sustentou do ponto de vista econômico e social (Milanez, 2022); e sofreu mudanças na tomada do governo por Michel Temer (2016-2017). Nesse ínterim, houve uma acentuação da ação do Estado sobre a atividade minerária no país, ampliando as desigualdades sociais e liquidando ainda mais a pouca preocupação ambiental e social dos impactos decorrentes dessa atividade.

O extrativismo brasileiro, nesse momento, adotou um caráter conservador e financista. Assim, houve uma particular atenção em aumentar a captura da renda mineral pelo Estado para, posteriormente, transferi-lo para o setor financeiro, por meio de pagamento de serviços da dívida pública (GONÇALVES *et al.*, 2018). Esse foi um período particular da política mineral brasileira, uma vez que houve importantes reformas na regulação mineral exatamente quando as agências do Executivo Federal eram compostas por pessoas vinculadas às grandes corporações do setor. Entre as principais alterações realizadas, houve mudança nos valores e regras de cobrança da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), os royalties da mineração. (Milanez, 2022, p. 6).

Posteriormente, no ano de 2018, com o (des)governo de Bolsonaro, ficou definido um novo período para o extrativismo brasileiro, marcado pelo crescimento do garimpo ilegal, pela destruição da Amazônia e extermínio dos povos originários do território brasileiro.

Ainda, o discurso do presidente contrário às comunidades indígenas e à proteção do meio ambiente, e o esvaziamento dos órgãos federais, como Funai, Ibama e ICMBio, fortaleceram e deram legitimidade a segmentos da mineração ilegal (ALMEIDA *et al.*, 2020; MOLINA, WANDERLEY, 2021). Como consequência, esse foi um período em que se percebeu um crescimento da mineração informal e ilegal, especialmente na Amazônia. Isso contribuiu não

apenas para a degradação ambiental, como também para a inefetividade do Estado em garantir sua participação na renda mineral (WANDERLEY *et al.*, 2021). (Milanez, 2022, p. 6).

Com relação à garimpagem e às práticas ilegais aprofundadas durante o (des)governo Bolsonaro, Limonad *et al* (2021), fazem uma correlação com o rompimento/crime da barragem de Fundão, ocorrido poucos anos antes, apontando o potencial destrutivo da mineração, o qual é legitimado e acobertado pelo Estado.

A catástrofe reafirmou as contradições do modelo de desenvolvimento centrado no avanço da grande mineração e dos grandes projetos, pouco mais de três anos após o rompimento da barragem de Fundão da Samarco-Vale-BHP Billiton, em Mariana (MG), que deixou 20 mortos (incluindo um aborto em decorrência da tragédia). Além disso, fortaleceu as recorrentes críticas de atingidos, ambientalistas e pesquisadores sobre os perigos da política mineral centrada na aceleração da extração, associada a uma política ambiental desregulada, que não garante a segurança de vidas e do meio ambiente. Porém, nada se alterou no discurso oficial e na política de desmonte dos órgãos ambientais da esfera federal e no projeto pró-expansão da mineração. (Limonad *et al.* 2021, s.p).

Apesar de constataremos modalidades diferentes de extrativismo que se intensificaram/ganharam força especialmente no governo Bolsonaro, elas apresentam similaridades, principalmente visando a exploração de minerais em curtos períodos de tempo, sem demonstrar preocupação com a preservação ambiental e responsabilidade social nos territórios onde estas práticas extrativistas prevalecem.

Tal modelo, independente da variedade, deu pouca atenção a questões operacionais das grandes mineradoras, incluindo as condições de segurança dos complexos minerários. Não por acaso, foi durante esse período que houve uma intensificação dos danos associados aos rompimentos de barragens. Foi, também, esse contexto que impediu a constituição de políticas que viessem a reduzir significativamente os riscos associados aos projetos minerais (Milanez, 2022, p. 7).

Limonad *et al* (2021), apontam que tem prevalecido no país o modelo de desenvolvimento neoextrativista com novas nuances, diferentes das gestões anteriores. Estes afirmam que, “a peculiaridade está na intensificação da agenda econômica neoliberal anterior, agora ultraneoliberal, que acelera a desregulamentação e a passagem de ativos públicos para a iniciativa privada” (Limonad *et al.* 2021, s.p).

O avanço da aposta pelas exportações de produtos primários brasileiros tem conduzido o país a um avanço do modelo neoextrativista. “Nos últimos anos, a mineração tem aumentado consideravelmente sua participação na economia nacional, tanto que o minério de ferro, em 2021, foi o principal produto exportado pelo Brasil, ultrapassando inclusive a soja (MDC11, 2022)” - (Wanderley e Leão, 2023, p. 7), totalizando R\$ 42,2 bilhões em valor exportado de minério de ferro. Essa conjuntura de reprimarização das

exportações brasileiras foi responsável por acumular o valor total de 22,8% relativo a produtos básicos exportados no ano de 2000, subindo para 52,8% em 2019 (Wanderley e Leão, 2023). Para Barcelos (2021), “esta expansão foi acompanhada e fez ressurgir formas renovadas de acumulação primitiva”, através de violências e degradação ambiental nos territórios minerados.

Portanto, o que tem se demonstrado, evidenciado e escancarado cada vez mais, é que a atuação dos órgãos e autoridades a nível Federal, Estadual e Municipal tem sido no sentido de estimular a atividade de mineração e ineficiente no quesito fiscalização e monitoramento (junto às empresas mineradoras) das barragens de rejeitos presentes nos empreendimentos da mineração extrativista em todo o país.

A leniência com que o Governo Federal e o Governo do Estado de Minas Gerais tratam essa questão, autorizando a operação de empresas em condições comprovadas de precariedade e de maneira recorrente, pode ser considerada um dos fatores que têm permitido a repetida ocorrência de desastres envolvendo barragens no Brasil, em geral, e em Minas Gerais, em particular. Por outro lado, o procedimento de avaliação das condições de estabilidade das barragens por auditores externos às mineradoras e aos órgãos ambientais vem se provando ineficaz, uma vez que barragens atestadas como estáveis em um ano vêm a romper no ano seguinte ou no mesmo ano como ocorreu com Herculano e Fundão (Santos; Wanderley, 2016, p. 101).

Além disso, o Relatório de Insustentabilidade da Vale diz que:

O Estado, que deveria atuar como regulamentador da atividade minerária, em prol dos direitos humanos e da natureza, promove mais e mais investimentos em mineração, aceitando as práticas do modelo mineral e permitindo que o setor se autorregule. Além disso, às mineradoras como a Vale são concedidos incentivos fiscais e uma série de isenções e subsídios que são facilitados pela frouxidão na fiscalização, nos licenciamentos e no controle ambiental, favorecendo projetos econômicos que intensificam ainda mais as injustiças ambientais (AIAAV, 2021, p. 4).

Uma outra questão que precisa ser evidenciada, problematizada e que expressa a articulação de interesses corporativos das classes dominantes com o Estado brasileiro é acerca do financiamento de campanhas eleitorais de candidatos que possuem e prometem ações convergentes não só com a mineração extrativista, mas com as próprias empresas mineradoras.

Em grande medida, a dependência local da (Indústria Extrativa Mineral) IEM é reforçada por atitudes políticas pró-mineração nas escalas estadual e federal – o que pode ser compreendido, em alguma medida, através das práticas de financiamento de campanhas eleitorais por corporações mineradoras para os poderes Executivos e Legislativos. (Mansur et al. 2016, p. 29).

Notícias apontam para o descaso dos governantes brasileiros diante do rompimento/crime da barragem de Fundão, subvertendo o que de fato ele foi. Em um

seminário promovido a investidores americanos realizado em 2017, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho disse:

(A mineração) “ainda é uma atividade mal vista no Brasil”. Tivemos recente o desastre em Mariana, que não contribuiu. Mas aquilo tem que ser encarado como o que de fato foi: um acidente. E nós temos que trabalhar para que outros não ocorram, mas com uma fatalidade você não tem controle sobre isso. (Fleck, 2017).

Ainda nesse sentido:

[...] tanto no nível estadual, particularmente em Minas Gerais, quanto no nível federal (PL 2.946/2015 em Minas Gerais, PL do Senado 654/2015 e a proposta de um novo Código Mineral). Muitos dos parlamentares envolvidos em tal debate foram financiados de forma significativa por empresas mineradoras, o que compromete sua independência e influencia suas decisões. (Mansur et al. 2016, p. 37).

Segundo Coelho; Milanez; Pinto (2016, p. 187-188), por meio dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (2015), Dilma Rousseff recebeu 12 milhões da Vale para sua candidatura; Aécio Neves recebeu 3 milhões; Antônio Anastasia recebeu mais de 1 milhão; Rose de Freitas, Ricardo Ferraço (ES) e Fernando Pimentel (MG) também foram contemplados com incentivos financeiros de empresas mineradoras em suas candidaturas. Assim, confirma-se a imbricação dos representantes de diferentes níveis do Estado com as empresas do ramo de mineração extrativista.

Nesse contexto, observa-se em contrapartida, a permissividade e a notória negligência do Estado sobre as empresas mineradoras, permitindo a existência (e permanência) de brechas e rachaduras constitucionais que deságuam em crimes como o do rompimento criminoso da barragem de Fundão, em Mariana, que segundo investigações a Samarco já tinha ciência do risco de rompimento da barragem. Os autores Santos e Milanez (2017, p. 144) apontam que essas tendências são crescentes no mundo todo, dizendo que esta “não é uma particularidade do Brasil, mas acompanha as tendências globais vinculadas ao avanço e aprofundamento do neoliberalismo”. Todavia, não podemos e não devemos nos conformar e aceitar os rumos que essas ações irresponsáveis tem tomado a cada dia que passa, destruindo vidas e a natureza em prol da geração de grandes fortunas que ficam concentradas para pequenos grupos.

Outras ações irresponsáveis da Fundação Renova e também do Estado de Minas Gerais se referem à omissão de informações importantes no contexto de pós-rompimento/crime da barragem. Uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Educação Ambiental, Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e Pesquisa para Sustentabilidade (LEA-AUEPAS), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), confirmou a presença de

contaminantes “no solo, na água, no ar e nos alimentos das localidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana e Barra Longa”. O relato de Mirella Lino, atingida do distrito de Ponte do Gama e membro da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão, em Mariana (CABF), faz um apontamento sobre essa questão e também uma denúncia à Fundação Renova.

Essa lama, depois de algum tempo, libera poeira, vai pro ar e as pessoas respiram ela. As pessoas estão em contato com a água do rio, por onde a lama passou, elas estão comendo o peixe do rio e estão em contato com aquilo que a Renova diz que não faz mal algum, o tempo todo. (A Sirene, 2020, p. 15).

Os estudos comprovaram a existência de toxinas e, mais uma vez, o Jornal a Sirene denunciou a omissão de informações por parte da Fundação Renova e do Estado de Minas Gerais.

[...] o ar e o solo dos territórios atingidos estão contaminados por metais pesados, como cádmio, chumbo, cobre, zinco e níquel, que podem ser altamente prejudiciais à saúde. Além disso, algumas pesquisas independentes citam, entre diversas questões, a relação da contaminação com os danos ao meio ambiente, aos animais, à população, o que inclui possíveis problemas de fertilidade. Vale ressaltar que a Fundação Renova/Samarco, Vale e BHP Billiton e o Governo do Estado de Minas Gerais tinham conhecimento do resultado dos exames meses antes da divulgação e, até hoje, a empresa não se pronunciou sobre o assunto. (A Sirene, 2019, p. 16).

Sendo assim, evidencia-se a displicência de informações imprescindíveis por parte da empresa e do Estado à população atingida e ao território como um todo, negando informações relacionadas à saúde pública, a qual é um direito. Entendemos esta como mais uma estratégia criminosa a fim de evitar a divulgação de informações que podem ser comprometedoras ou causar danos à reputação da empresa e do Estado, que já está mais suja que a lama que foi derramada sobre os territórios atingidos.

O Estado “repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares” [...] “esta escravidão da sociedade civil, é o fundamento natural onde se apoia o Estado moderno”. (Marx, Karl. 1844, p. 8).

Portanto, concordamos com Farias (2020), ao afirmar segundo Akamine Jr. et al. (2020, p. 61) que o Estado atua na “forma da relação jurídica entre *sujeitos portadores de interesses privados autônomos*”, ao mesmo tempo que oculta “*as relações de domínio de classe*” (Farias, 2020. p. 1398-1399. Os grifos são do autor). Com isso, concluímos que o Estado é o comitê executivo da burguesia, afirmativa de Marx e Engels de 1848.

Considerando o acordo entre a indústria extrativista nos territórios onde atua e sua articulação com a União, cabe abordar acerca da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM). Em sua pesquisa, Wanderley (2017, p. 2), aponta que:

A participação da indústria extrativa mineral na economia nacional subiu de 0,63% do Produto Interno Bruto para 1,77% entre 2001 e 2011 (Almeida, 2017). A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Royalties da Mineração) subiu de R\$ 160 milhões para R\$ 2,38 bilhões entre 2001 e 2013 (DNPM, 2017).

Corroborando com a discussão construída nas páginas precedentes, Wanderley (2017) afirma que, devido a esse aumento expressivo que a mineração concedeu ao PIB brasileiro e à CFEM, cresceu também a importância econômica e política do setor mineral, passando a ter maior influência nas políticas de governo e nos territórios minerados, sob o discurso do desenvolvimento.

No Município de Mariana/MG, a mineração extrativista é a atividade econômica principal e, através da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), o município obtém a maior parte da arrecadação de seus impostos. De acordo com o ex-prefeito de Mariana, Duarte Júnior, em 2015, a paralisação das atividades da Samarco decorrente do rompimento/crime da barragem de Fundão acarretará consequências econômicas profundas. Segundo ele: “a paralisação da Samarco vai representar uma queda de 27% da nossa arrecadação, cerca de R\$ 6 milhões por mês”. Segundo dados da consultoria Fioito, a arrecadação da CFEM em Mariana no pós-rompimento/crime também foi alterada, significando 16,4% e uma queda de R\$ 83,71 milhões na arrecadação do município, no período de janeiro a novembro de 2016. (COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS, 2015).

A principal fonte de recursos para o município de Mariana (MG), por exemplo, é efetivamente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). De acordo com o prefeito em exercício de Mariana, Duarte Júnior, a mineração é responsável por cerca de 80% da arrecadação municipal (DUARTE, 2015). Em 2015, Mariana foi o município que mais recebeu repasses da CFEM em Minas Gerais, R\$ 106 milhões (DNPM, 2015), correspondentes à arrecadação proveniente de todas as empresas mineradoras com atividades de extração no município. O valor representou, no entanto, 3,7% do lucro líquido da Samarco em 2014, de R\$ 2,8 bilhões, totalmente repassados aos seus acionistas (Vale e BHP Billiton). A Samarco é responsável ainda por 26% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) repassado pelo Governo do Estado de Minas Gerais à prefeitura de Mariana (Klein; Souza; Faé, 2014 apud Wanderley; Mansur; Pinto, 2016, p. 42).

De acordo com Varejano (2023), a cidade de Mariana obteve um expressivo crescimento na arrecadação em 2023. Se em maio de 2022 o município arrecadou R\$ 217.186.695,75 milhões, já em maio de 2023, a arrecadação foi R\$ 266.356.726,22 milhões, representando um aumento de quase 50 milhões de um ano para o outro. “No dia 1 de março deste ano, na Audiência Pública de Prestação de Contas da secretaria de Planejamento de Mariana, o titular da pasta Marlon Figueiredo, afirmou que a cidade teve a maior arrecadação de sua história no ano de 2022” – Varejano (2023). Portanto, constata-se que o município não está em situação de crise, pois os rendimentos financeiros estão sendo obtidos, a grande questão é se esses rendimentos têm sido repassados à população e aos serviços públicos.

Varejano (2023) destacou em nota que a prefeitura de Mariana recebeu R\$13 milhões em repasses da CFEM no dia 25 de julho de 2023. “A parcela repassada refere-se ao mês de julho e é a menor das duas em atraso” – Varejano (2023).

Em uma situação emblemática, na terça-feira (18), o Hospital Monsenhor Horta anunciou que devido aos atrasos nos pagamentos, alguns atendimentos na unidade não seriam realizados. No entanto, mais tarde no mesmo dia, o estabelecimento emitiu uma nota oficial informando que a Prefeitura de Mariana havia quitado parte da dívida com a instituição e se comprometeu a resolver o restante do débito pendente. (Varejano, 2023).

Mais uma vez, fica explícito o descaso e as violações que a população de Mariana sofre em decorrência do atual modelo de mineração, visto que o repasse da CFEM é importante para o funcionamento de alguns serviços públicos do município, além de representar a maior parte da arrecadação de impostos local, (mesmo reconhecendo que a administração pública não deveria ser refém única e exclusivamente desse repasse), e na ausência dos repasses, quem paga essa conta mais uma vez é a população.

Já em outubro de 2023, Mariana-MG obteve uma arrecadação de quase 3 milhões por dia, fato que foi afirmado pelo vereador e ex-prefeito Juliano Duarte, e confirmado no Portal da Transparência pelo jornal Galilé. “No total, a cidade arrecadou R\$ 83.244.132,59 em outubro. Ao dividir esse valor pelos 30 dias do mês, obtém-se uma média diária de R\$ 2.774.804,42 em receitas” (Varejano, 2023).

No que se trata do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cabe a elaboração de breves apontamentos. O ICMS - abreviatura para “imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de

transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação” (Planalto.Gov, LCP 87, s.d) em seu artigo 3º, inciso 2º, diz que o imposto não incide sobre “operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços;” (Idem). Sendo assim, o ICMS não é taxado sobre o minério de ferro proveniente da mineração extrativista no Brasil que é destinado ao exterior.

O Estado de São Paulo dispõe, segundo a Lei 6.374/89, em seu artigo 7º, inciso 5º que o imposto não incide sobre “a saída de mercadoria com destino ao exterior e a prestação que destine serviço ao exterior;” (RICMS/SP, Art 7º). Do mesmo modo, o Estado de Minas Gerais dispõe que, o imposto não incide sobre “produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados” (RICMS, 2023, item 50, p. 15), onde se enquadra diferentes tipos de minério, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Minérios, escórias e cinzas.
Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirritas de ferro ustuladas (cinzas de pirritas).
Minérios de manganês e seus concentrados, incluídos os minérios de manganês ferruginosos e seus concentrados, de teor em manganês de 20% ou mais, em peso, sobre o produto seco.
Minérios de cobre e seus concentrados.
Minérios de níquel e seus concentrados.
Minérios de cobalto e seus concentrados.
Minérios de alumínio e seus concentrados.
Minérios de chumbo e seus concentrados.
Minérios de zinco e seus concentrados.
Minérios de estanho e seus concentrados.
Minérios de cromo e seus concentrados.
Minérios de tungstênio e seus concentrados.
Minérios de urânio ou de tório, e seus concentrados.
Minérios de molibdênio e seus concentrados.
Minérios de titânio e seus concentrados.
Minérios de nióbio, tântalo, vanádio ou de zircônio, e seus concentrados.
Minérios de metais preciosos e seus concentrados.
Outros minérios e seus concentrados.

(RICMS/MG, 2023, p. 71)

Além do minério, a lei também isenta o pagamento de impostos a itens agrícolas, como alimentos, matérias-primas, fármacos, medicamentos e outros produtos destinados à exportação.

Para o aprofundamento e maior compreensão dessa análise, no entanto, é preciso desdobrar essa legislação e entender seus determinantes para o período posterior à

interferência do governo federal nas legislações estaduais. O marco da intervenção do governo Federal no ICMS pode ser pontuado através da Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996, conhecida como “Lei Kandir” (Planalto.gov, LCP/87).

Formulada pelo ministro do Planejamento Antônio Kandir no então governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a Lei deu continuidade ao Programa Nacional de Desestatização (PND) através de um pacote de políticas de privatização dos setores primários da economia nacional [...] (Ridart, 2021).

Destaca-se que o objetivo dessa lei foi mais uma tentativa do governo federal de retirar o país do local de dependência e de alcançar um protagonismo e crescimento econômico próprio, bem como adquirir destaque mundial.

Seu objetivo era constituir-se em um instrumento de política econômica destinado a reduzir o chamado “custo Brasil”¹⁸, na medida em que determinou a desoneração da cobrança do ICMS sobre as exportações brasileiras de produtos primários e produtos industrializados semielaborados ou serviços [...] (Lira, 2003, p. 35).

Em decorrência da isenção de cobrança do imposto sobre tais produtos e, especialmente sobre o minério, houve maior abertura para as operações relacionadas à mineração extrativista no país. “Portanto, como forma de melhorar o saldo da balança comercial brasileira, a única saída encontrada foi incentivar as exportações brasileiras.” (Lira, 2003, p. 44).

A partir disso, observa-se um crescimento de empresas mineradoras no país, como é demonstrado por Lira (2003, p. 44):

Era imprescindível que se elevassem os investimentos internos a fim de promover o crescimento econômico. Assim sendo, a LC n.º 87/96 procurava em seu discurso contemplar uma situação hipotética que resultaria, por um lado, numa expansão da produção voltada para o mercado externo e, por outro lado, numa ampliação dos setores industriais no país. Portanto, poder-se-ia imaginar que os incentivos concedidos promoveriam o aumento da produção dos bens minerais semibeneficiados destinados à exportação, ao mesmo tempo que suscitariam a implantação de novos empreendimentos minerais na região.

No caso da mineração extrativista, Ridart (2021) explicita alguns pontos que vão ao encontro dos fundamentos da Teoria Marxista da Dependência (TMD) que são agravados através da Lei Kandir, por meio da intensificação e da precarização do trabalho.

A Lei Kandir incentiva a exploração e exportação de minérios em estado bruto, atendendo à uma demanda enorme do mercado internacional. Logo, as empresas mineradoras, em busca da maximização dos lucros, tendem a

¹⁸ Custo Brasil é definido como “deficiências dos fatores sistêmicos da economia brasileira que se traduzem em maiores custos internos em comparação com outras economias” (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp 2013 apud Pinheiro, 2014, p. 144).

explorar o máximo de minérios em um menor tempo possível, muitas vezes precarizando o ambiente de trabalho. (Ridart, 2021).

O que tem sido evidenciado desde a implementação da “Lei Kandir” é que, apesar do crescimento notório dos empreendimentos mineradores em todo o território nacional, esta transfere do governo federal para as gestões estaduais a responsabilidade de compensação das perdas sofridas em decorrência da não cobrança do ICMS.

Em 1996, o legislador complementar promoveu a desoneração completa do ICMS nas exportações, por meio do art. 3º, II, da LC n. 87/96 (a chamada “Lei Kandir”), ou seja, excluiu, também, da incidência do ICMS a exportação dos produtos primários e dos semielaborados, estabelecendo, desde então, a necessidade de compensação dos Estados pela perda de arrecadação. Independentemente da discutível constitucionalidade da LC n. 87/96, as compensações necessárias, nos moldes determinados pela lei, nunca foram suficientes. Vale registrar que a mencionada desoneração foi, pela EC n. 42/03, elevada ao *status* constitucional, na medida em que incluiu o art. 91 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o qual estabelece que a União deve compensar os Estados pelas perdas sofridas, nos termos a serem definidos em lei complementar (conforme critérios, prazos e condições nela determinados). Entretanto, a lei complementar exigida pela CRFB/88 nunca foi feita, razão pela qual foi proferida decisão unânime pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) n. 25 para reconhecer a omissão lesiva do Congresso Nacional, bem como para estabelecer o prazo de 1 (um) ano para que fosse promulgada a norma em comento, sob pena de o Tribunal de Contas da União (TCU) regulamentar a questão. (Júnior, 2018, p. 453-454).

Sendo assim, fica compreensível que os Estados é que passaram a pagar a conta pela União e ficaram em situação de desfavorecimento.

A Lei Kandir buscou incentivar as exportações, porém, além de provocar o fenômeno da desindustrialização, feriu mortalmente a fonte de recursos dos Estados que se dedicam à atividade de exportação de produtos primários, como Minas Gerais e Pará. (Júnior, 2018, p. 461).

Diante disso, é afirmada a tese de que a política de desoneração dos produtos semielaborados como o minério de ferro causou e continua causando um desequilíbrio e prejuízos para diversos Estados brasileiros em relação à União. Júnior (2018), aponta que o Estado de Minas Gerais possui dívida de 88 bilhões com a União, em decorrência de perdas financeiras provenientes da Lei Kandir, e aponta que:

Com a arrecadação perdida, Minas Gerais, por exemplo, estaria em condições de resolver todas as suas dívidas, em especial as existentes para com a própria União e poderia avançar; poderia proporcionar ao povo mineiro aquilo que se espera: mais educação, mais saúde, mais segurança. Tudo isso pode ser traduzido por uma fórmula simples: aquilo que Estados, DF e Municípios perderam de arrecadação (e que deveria ser compensado pela União) encheu as burras do Tesouro Nacional. O dinheiro que deveria vir para os entes menores, ficou nos cofres da União. (Júnior, 2018, p. 474).

Nesse cenário, o governo de Minas Gerais vem se manifestando a respeito da “Lei Kandir”. O então governador do Estado, Romeu Zema, afirma que a lei tem causado prejuízo financeiro ao Estado de Minas Gerais e se mobiliza em prol de uma possível revogação da mesma. Ele aponta que, em 2017, o repasse do governo federal aos estados foi de R\$ 4,3 bilhões, já em 2018 o valor caiu para R\$ 900 milhões e até o segundo semestre de 2019, o governo Bolsonaro ainda não havia realizado o pagamento. (Augusto, 2019).

Após ação e pressão dos governadores, o Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu, no ano passado (2020), um acordo financeiro entre o governo federal e os estados para a compensação das perdas de arrecadação provocadas pela Lei Kandir. É previsto o repasse de 65 bilhões para os estados e o Distrito Federal, 58 bilhões devem ser repassados até 2037 e os estados deverão desistir das ações judiciais contra a União. (Ridart, 2021).

Segundo Ridart (2021), o acordo é uma tentativa de amenizar o conflito entre as partes (União e governos estaduais). Contudo, pontua que:

Para Charles, esse repasse tem um valor minoritário perto do que deveria ter sido arrecadado durante esses 25 anos e os estados continuarão perdendo bilhões até 2037. Bruno Milanez observa que a compensação não atinge o cerne da questão, que é a falta de geração de riqueza, e essa compensação financeira não é retirada dos lucros da mineração, mas de impostos provenientes de outras áreas. “É tapar o sol com a peneira. Não vai no problema. É para acalmar os ânimos dos governadores, uma forma subalterna de inserção global desistindo de gerar riqueza no país”, esclarece. Há uma pressão de movimentos sociais, economistas e políticos para a revogação da Lei Kandir, mas há também uma resistência do setor mineral e do agronegócio, que tem garantido a vigência da lei nos últimos 25 anos. O argumento mais utilizado é a possível perda de competição dos produtos brasileiros no mercado de outros países. (Ridart, 2021).

Portanto, é nítido o caráter contraditório da “Lei Kandir” e está evidente o lado que ela favorece no jogo político de disputa por capital e por uma falsa noção de desenvolvimento - o qual é estruturalmente negado ao Brasil na conformação que permanece até hoje. Nesses moldes, o que as evidências têm mostrado é que para o Brasil, o que tem ficado é exploração, destruição ambiental, mortes humanas e desigualdades sociais provenientes e agravadas a partir desse atual modelo de mineração que lutamos para que seja modificado, assim como a “Lei Kandir”.

Se a mineração em Mariana/MG é responsável por 80% da arrecadação municipal através de repasses da CFEM, cabe uma reflexão importante: para onde vão esses milhões de reais repassados ao município, frente à permanência de profundas desigualdades socioeconômicas visíveis no território? Para a classe trabalhadora local, superexplorada, marginalizada, adoecida e gradualmente morta suponho que não esteja sendo direcionado de modo efetivo. É muito lúdico arcar com milhões de reais para promover exposição de

animais em 3D na praça pública da cidade¹⁹ (atividade para uma minoria) enquanto a maior parcela da população está passando fome, morrendo, lutando por condições de acesso ao trabalho e a serviços básicos de produção e reprodução da vida nesse chão historicamente saqueado e superexplorado.

Diante de inquietações e afetamentos gerados através da apreensão dessa dura realidade, da escrita e produção extensiva desse trabalho de conclusão de curso, uma outra categoria se torna pertinente – a necropolítica. Como ponto de partida e de análise dessa categoria, tomemos a seguinte afirmação: "A questão é que a gente precisa se preocupar com o lado econômico da cidade... Um avião, quando cai, também mata pessoas e a empresa não espera para voar no outro dia" – disse Duarte Júnior, prefeito de Mariana (de seu escritório no centro da cidade) após o rompimento/crime da barragem de Fundão (EXAME.COM, 15/03/2016). Conforme Haesbaert (2014, p. 25) estamos vivendo um momento histórico “[...] em que começamos a perder o poder sobre a vida – e banalizamos a morte – ou seja, é um tempo moldado não só pela “bio” mas também pela “tanatopolítica”; época em que prolifera todo tipo de risco, incerteza e/ou insegurança [...]”. Considerando essa afirmativa do ex-prefeito de Mariana, onde os lucros são postos acima da própria existência humana, desconsiderando a barbárie que foi o rompimento/crime da barragem de Fundão, nos alinhamos com a seguinte frase dos(as) atingidos(as): “se não pisou na lama, não venha decidir por nós!” (Bragon, 2016).

Com as palavras de Haesbaert (2014) nas linhas anteriores, torna-se evidente o valor praticamente nulo que a vida adquire frente ao capital e à ganância humana para adquirir cada vez mais lucro. Sobre isso, Mbembe (2011), diz que a “economia da morte” está imbricada com as relações de produção e de poder. Portanto, a mineração extrativista e suas relações com o Estado brasileiro em âmbito nacional, estadual e municipal, enquanto esfera de poder, configura-se como necropolítica, seja a partir da permissividade nos códigos e legislações relacionadas à questão mineral, através da superexploração da força de trabalho na busca incessante por mais-valia, nas violências presentes nos territórios minerados e também nas violências e violações explícitas como no caso do

¹⁹ Após as exposições “Natureza Gigante” e “Mundo Jurássico” encantarem a população, chegou a vez da Praça Gomes Freire, o Jardim de Mariana, receber os animais do fundo do mar. “O Fantástico Mundo Marinho” [...] composta por esculturas robotizadas que reproduzem de forma fiel uma gama de animais marinhos que produzem sons e movimentos diversos. “Tudo isso é cercado por uma cenografia que reproduz o ambiente marinho, levando aos marianenses e turistas, um verdadeiro mergulho no universo do fundo do mar (Peres, 2022).

rompimento/crime da barragem de Fundão e em suas consequências extensivas para os(as) atingidos(as).

2.2 Política de Saúde, Saúde Mental e Saúde mental dos(as) atingidos(as)

Discorrer sobre a saúde mental dos(as) atingidos(as) requer a delicadeza de compreender os diversos âmbitos da vida dos(as) mesmos(as) que foram afetados e modificados a curto, médio e longo prazo em decorrência da alteração dos modos de vida ocasionados após o rompimento/crime da barragem e da perda do território existencial destes(as). Como é pretendido neste estudo, caberá investigar, identificar e estabelecer nexos relativos à saúde mental dos(as) atingidos(as) após 8 anos do rompimento criminoso da barragem de Fundão. Destacamos que ainda são poucas as produções científicas que abordam mineração e saúde mental dos(as) atingidos(as), portanto, as diversas áreas do conhecimento e, especialmente as ciências humanas, sociais aplicadas e da saúde precisam avançar nessa temática, inclusive o Serviço Social, que conforme Bertollo (2018) é uma das profissões requisitadas para atuar diretamente nas expressões da questão social na mineração (BERTOLLO, 2018).

A saúde é um direito da população e, conforme o estabelecido em lei, deve ser promovida pelo Estado, “mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1988). Assim consta na Constituição Federal de 1988. Mas será que na prática, esse direito tem sido efetivado para todas as pessoas, em diferentes contextos e sob multicausalidades?

Segundo Bravo (2006), a intervenção do Estado no que se refere à assistência à saúde dos trabalhadores só foi implantada no Brasil efetivamente na década de 1930 do século passado – já que dois séculos antes, no século XVIII, a prática médica era realizada de maneira filantrópica e com caráter liberal.

A conjuntura de 30, com suas características econômicas e políticas, possibilitou o surgimento de políticas sociais nacionais que respondessem às questões sociais de forma orgânica e sistemática. As questões sociais em geral e as de saúde em particular, já colocadas na década de 20, precisavam ser enfrentadas de forma mais sofisticada. Necessitavam transformar-se em questão política, com a intervenção estatal e a criação de novos aparelhos que contemplassem, de algum modo, os assalariados urbanos, que se caracterizavam como sujeitos sociais importantes no cenário político nacional, em decorrência da nova dinâmica da acumulação. Este processo, sob domínio

do capital industrial, teve como características principais a aceleração da urbanização e a ampliação da massa trabalhadora, em precárias condições de higiene, saúde e habitação. (Bravo, 2006, p. 3-4).

A mesma autora prossegue dizendo que no decorrer do século XX, transformações sociais foram ocorrendo e elas influenciaram o campo da assistência à saúde. Nesse sentido, no período da ditadura militar, por exemplo (1964-1985), houve, enquanto estratégia política de governo, articulação da coerção com ampliação da assistência - na busca pela obtenção de consenso social e apoio político à ordem vigente.

Em face da “questão social” no período 64/74, o Estado utilizou para sua intervenção o binômio repressão-assistência, sendo a política assistencial ampliada, burocratizada e modernizada pela máquina estatal com a finalidade de aumentar o poder de regulação sobre a sociedade, suavizar as tensões sociais e conseguir legitimidade para o regime, como também servir de mecanismo de acumulação do capital. (Bravo, 2006, p. 6).

Um marco importante no que tange à questão de Saúde no Brasil, segundo a mesma autora, foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília/DF, em 1986, onde a reforma sanitária foi posta com mais força, articulando instituições de saúde e também a sociedade civil em prol das suas reivindicações e da ampliação dos seus direitos. Mais adiante, a Constituição de 1988 foi responsável por inaugurar o Sistema de Proteção Social no Brasil, pautado na seguridade social e no tripé das políticas de saúde, assistência e previdência social - como responsabilidade do Estado - o que representou segundo a autora, um avanço dos direitos sociais no plano jurídico, que por sua vez foram fruto também das reivindicações da classe trabalhadora, mas ainda era incapaz de universalizar tais direitos em vista das frequentes privatizações feitas nos órgãos públicos do país e também pela falta de investimentos por parte do governo. Isso denota a necessidade de consolidação do SUS institucional na prática, visto que o desmonte constante da seguridade social através das contrarreformas e Pec's afeta diretamente o direito dos(as) usuários(as) e o acesso aos serviços de saúde, bem como a assistência e previdência social.

Nesse sentido, com o avanço do neoliberalismo no Brasil, nos anos de 1990, o que se observou, segundo Bravo (2006), foi o redirecionamento do papel do Estado, com reformas que barravam os avanços em curso, desmantelando a proposta da seguridade social contida na Constituição de 1988 em diversos âmbitos, tornando-a cada vez mais seletiva, focalizada e precarizada, provocando o atendimento mínimo e superficial das necessidades e demandas da população no que se refere aos serviços de saúde.

A proposta de Política de Saúde construída na década de 1980 tem sido desconstruída. A Saúde fica vinculada ao mercado, enfatizando-se as parcerias com a sociedade civil, responsabilizando a mesma para assumir os custos da crise. A refilantropização é uma de suas manifestações com a utilização de agentes comunitários e cuidadores para realizarem atividades profissionais, com o objetivo de reduzir os custos. [...] verificou-se o descumprimento dos dispositivos constitucionais e legais e uma omissão do governo federal na regulamentação e fiscalização das ações de saúde em geral. (Bravo, 2006, p. 14).

A saúde se relaciona com a cultura e com as transformações societárias ocorridas em cada momento histórico (Canguilhem, 1990). Consideramos a saúde por meio da concepção ampliada da mesma, conforme é expresso pela Lei 8080/90, artigo 3º:

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País (Lei 8080/90, Planalto.gov, 1990).

A mineração extrativista é uma atividade que por um lado, gera emprego e é inegável que contribui para índices positivos na economia do país em relação à exportação, fato pelo qual inúmeras pessoas defendem a permanência de suas operações nos territórios minerados. Entretanto, esta atividade historicamente e a partir do atual modelo que ocorre está envolta a riscos para os trabalhadores e para as pessoas residentes nos territórios minerados, bem como para a natureza. Uma de suas maiores consequências foi evidenciada no rompimento/crime da barragem de Fundão, causando mortes imediatas e gerando implicações à vida humana e à natureza que se estendem a longo prazo, particularmente no que se refere à saúde mental dos(as) atingidos(as).

Historicamente, os estudos em saúde têm sido produzidos em virtude das necessidades sociais e conjunturais de cada época, e estão relacionados com a evolução da ciência e da sociedade na busca de soluções das doenças (físicas e mentais). Na Antiguidade, acreditava-se que as enfermidades eram causadas por agentes externos, como por entidades que penetravam no corpo humano ou ainda pelo desequilíbrio das forças vitais do indivíduo. Na Idade Média, com o enfraquecimento da medicina ocidental e o crescimento do Cristianismo, as doenças eram tidas como originadas por bruxaria ou por atitudes de grupos historicamente discriminados (Oliveira e Egry, 2000).

Posteriormente, entre os séculos XVII e XIX, com a evolução dos estudos da Anatomia Humana e com as descobertas realizadas por Pasteur, “quando as tentativas de explicar o contágio resultaram na compreensão de que pequenas partículas invisíveis

seriam as causadoras da doença [...]” (Oliveira e Egry, 2000, p. 11), iniciou-se a era bacteriológica. Esse período representou um avanço para a medicina, embora ainda os estudos dessa área estivessem limitados a encontrar fatores estritamente biológicos para as doenças e seus respectivos tratamentos.

Ao final do século XIX, iniciavam-se as primeiras correlações articulando as determinações sociais aos processos saúde-doença e os primeiros passos da interferência estatal na saúde pública. “Tais modelos articulavam-se aos movimentos ideológicos do sanitarismo e da medicina social, estes congruentes às correntes de pensamento vigentes na época e em seus locais de origem, Inglaterra e Europa Ocidental, respectivamente. (SILVA,1979)” (Oliveira e Egry, 2000, p. 11).

Contemporânea do movimento sanitário inglês, a medicina social, por sua vez, originou-se na França, disseminando-se posteriormente para a Alemanha. Fundada no reconhecimento empírico das relações entre a doença e as condições sociais, desenvolveu-se mais lentamente que a saúde pública, vindo a institucionalizar-se tardiamente nos "Estados de bem-estar social" da atualidade (SILVA,1979). *"A característica mais geral desta transformação é o fato de a medicina se tornar social.(...) O objeto da medicina começa a se deslocar, portanto, da doença para a saúde".* (MACHADO et al., 1978:248) (Oliveira e Egry, 2000, p. 11. Os grifos são das autoras).

De acordo com Silva (2022), Sawaia (2014) ancora-se nos estudos de Vigotski, Espinosa e Heller para formular uma concepção positiva da psiquê. “A emoção constitui o pensamento e a ação dos sujeitos e da coletividade, é um fenômeno subjetivo e objetivo, próprio da condição humana, que se atualiza, se transforma e se dinamiza de acordo com determinadas condições históricas.” (Silva, 2022, p. 158).

GARCIA (1995:71), comentando sobre a relação de reciprocidade entre a investigação em saúde e a estrutura social, afirma que na prática médica [e, por extensão, nas práticas de saúde] a concepção e a proposição de ações são originárias das relações que os indivíduos estabelecem com o mundo objetivo, *“en las relaciones prácticas del hombre con las cosas y en las relaciones dos hombres entre si”.* (Oliveira e Egry, 2000, p. 11-12, Os grifos são das autoras).

De acordo com Dantas (2012), a partir de 1980, em meio às transformações sociais decorrentes da reestruturação produtiva que provocou mudanças nas relações de trabalho, ocorreram avanços para a concepção positiva de saúde.

Evolução esta que tem como um dos marcos de partida a influência do conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS), que toma saúde como sinônimo de um “estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1948, p. 100). Tais tendências também mudam o conceito de saúde psíquica ou mental, passando este a ser considerado como um processo psicossocial (construção social) e, não mais, como uma característica estável de personalidade (GOFFMAN, 1978; 1987; ALVARO; TORREGROSA;

GARRIDO, 1992; ALVARO; PAEZ, 1996; VELHO, 2002). (Dantas, 2012, p. 117).

Torna-se importante considerar os determinantes sociais e sua influência sobre as condições de saúde em sociedade.

Do ponto de vista da saúde e da doença, e, conseqüentemente, do ponto de vista da reparação dos acidentes, da correção das desordens, ou, falando popularmente, dos remédios para os males, há a seguinte diferença entre um organismo e uma sociedade: é que, no caso do organismo, o terapeuta dos males sabe, de antemão e sem hesitação, qual é o estado normal que deve ser instituído, ao passo que, no caso da sociedade, ele o ignora. (Canguilhem, 2009, p. 99).

Nessa perspectiva, Canguilhem (2009) afirma que a ciência médica atuou e por vezes continua atuando com vistas a recuperar o corpo humano por meio de tratamentos, intervenções e medicamentos, mas o mesmo geralmente não ocorre no que se trata das questões de âmbito social relacionadas à vida dos sujeitos. Em conformidade com Canguilhem, não discordamos da eficácia e da necessidade do saber médico-clínico para a promoção de saúde, contudo, consideramos relevante atentar às questões da sociedade e às influências do meio como possíveis determinantes que podem contribuir ou não para a promoção de saúde.

Segundo Jardim e Jardim (2020), até a década de 1970 havia poucos dispositivos capazes de mensurar condições de saúde, prevalecendo o modelo biomédico tradicional nas análises e no tratamento das questões relacionadas à mesma.

[...] a única ferramenta internacional de classificação de situações de saúde de que dispúnhamos era a CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, então na sua 8ª versão – que classificava as causas de morbidade e mortalidade, considerando apenas as suas manifestações imediatas (2). (Jardim e Jardim, 2020, p. 2).

Posteriormente, diante de questionamentos sobre a permanência e centralidade do modelo biomédico pouco abrangente, iniciou-se a discussão e busca por inclusão de fatores contextuais como determinantes de saúde.

A reintegração da dimensão psicossocial ao ensino e às práticas em saúde, visa uma mudança nos métodos utilizados, passando a buscar a construção de um modelo biopsicossocial – que abranja todas as esferas do indivíduo – em contraposição ao engessado modelo biomédico que se cristalizou ao longo dos últimos séculos. Tal modelo tem ganhado impulso a partir de contribuições que emergiram de diversas áreas do conhecimento, particularmente a partir do século XX (De MARCO, 2003). (Almeida; Caldeira; Gomes; 2022, p. 4).

A saúde mental é descrita por Amarante (2007) como uma área de conhecimentos “vigorosamente complexos, plurais, intersetoriais e com tanta transversalidade de saberes” (p. 15). O autor pontua que o espectro de possibilidades de atuação na saúde

mental é extenso e por isso existem dificuldades de encontrar suas fronteiras ou limites. “Qualquer espécie de categorização é acompanhado do risco de um reducionismo e de um achatamento das possibilidades da existência humana e social” (Amarante, 2007, p. 19).

Saúde mental não é apenas psicopatologia, semiologia... Ou seja, não pode ser reduzida ao estudo e tratamento das doenças mentais... Na complexa rede de saberes que se entrecruzam na temática da saúde mental estão, além da psiquiatria, a neurologia e as neurociências, a fisiologia, a filosofia, a antropologia, a filologia, a sociologia, a história, a geografia (esta última nos forneceu, por exemplo, o conceito de território, de fundamental importância para as políticas públicas). Mas, se estamos falando em história, em sujeitos, em sociedades, em culturas, não seria equivocado excluir as manifestações religiosas, ideológicas, éticas e morais das comunidades e povos que estamos lidando? (Amarante, 2007, p. 16).

O campo da saúde mental também é um espaço marcado por conflitos, disputas de saberes, de interesses e correlações de força no curso dos acontecimentos sócio-históricos. Traçando um breve apontamento sobre a evolução da questão de saúde mental no mundo, Resende (1987) explicita fatores conjunturais em diferentes períodos históricos a fim de traçar um panorama da mesma.

Na Antiguidade e Idade Média, o louco²⁰ vivenciou uma certa liberdade, onde o poder público intervia na sua vida apenas em questões relacionadas ao direito e à propriedade privada, como em casos de anulação de casamentos e interdições. Na Grécia e Roma Antigas os tratamentos médicos permaneciam focalizados apenas para as famílias que podiam contratar uma pessoa como cuidadora, os chamados auxiliares psiquiátricos,

²⁰ Existem diferentes e divergentes concepções que tratam sobre essa categoria. “Há, portanto, de modo claro, duas concepções de mundo nas quais os artigos aqui analisados se inserem: a psiquiátrica, claramente naturalista; e a da Saúde Mental, que se mostra pretensamente anti-naturalista, mais psicológica (embora, em boa medida, de uma Psicologia também naturalista) e com uma visão de loucura em que se concebe o ser humano como ser coletivo, social ou cultural. Na Saúde Mental, a autonomia individual do sujeito é determinada pelo coletivo, enquanto na Psiquiatria, no tocante ao louco como doente mental, é determinada por sua estrutura orgânica. Na Psiquiatria se atribui aos pensamentos e comportamentos considerados loucos uma origem biológica sobre a qual o sujeito não tem autonomia, desautorizando qualquer intencionalidade humana que o mesmo tenha sobre seus atos. Poder sobre os atos que, não pertencendo mais ao sujeito, são controlados por técnicas, tanto asilares quanto químicas, de contenção, ou com vistas à restituição desse poder – que ele perdeu para as forças advindas de um orgânico fora da normalidade natural. Enquanto isso, na Saúde Mental se atribui o social (incluindo a própria Psiquiatria e suas técnicas para controle da loucura) como determinante das ações (reações, portanto) do louco em busca de sua autonomia subjetiva desautorizada. Também na Saúde Mental se percebe o louco desautorizado em seus atos, mas pelos agentes sociais à sua volta, principalmente pela instituição psiquiátrica, que transfere para o orgânico doente a autoria de suas ações.” “A concepção de loucura na Saúde Mental, tem, portanto, uma abrangência maior do fenômeno, que inclui tanto o fenômeno social da estigmatização quanto o que pode haver de essencialmente individual na loucura, componente que na Psiquiatria é entendido como biológico, e na maior parte dos artigos de Saúde Mental aqui analisados é visto como psicológico, restrito ao indivíduo, a suas estruturas psíquicas internas, ou, às vezes, como um psicológico individual que resulta do coletivo ou do social, em uma concepção de psíquico para além de um resultado do funcionamento biológico, como acontece com frequência na Psiquiatria.” (Júnior e Medeiros, 2007, p. 76 e 74).

de então. Aos pobres era permitido vagar pela cidade, contando com o apoio da caridade pública para sua sobrevivência ou com pequenos trabalhos particulares e autônomos (Resende, 1987).

Nas sociedades pré-capitalistas a aptidão ou inaptidão para o trabalho não era um critério importante para definição do normal e do anormal, já que a organização do trabalho naquele período era pouco discriminativa para as diferenças individuais, sendo possível perceber mudanças e agravamentos a partir da consolidação do modo de produção capitalista, onde o novo padrão de acumulação estabelecido dita as regras de seu funcionamento e altera as formas de organização, produção e reprodução da vida social. A revolução burguesa, por sua vez, cunhou um novo conceito de natureza humana, e a modificação das relações de produção trouxe consigo a necessidade de um novo homem - parcimonioso e submisso aos padrões de conduta estabelecidos, onde a loucura não era bem vinda. Nesses moldes, a produção e reprodução da vida social e a aptidão ou inaptidão para o trabalho impuseram os padrões de normalidade e conseqüentemente os estigmas relacionados à questão mental e ao seu tratamento (Resende, 1987).

Já num salto para a América Colonial, Resende (1987) aponta o início da intervenção estatal na questão de saúde mental, onde os governos municipais remuneravam famílias que se dispunham a receber os loucos pobres que possuíam condições para o trabalho. Este modelo posteriormente foi precursor das colônias rurais de tratamento da loucura, que ao nosso entendimento representou mais uma potencial exploração da força de trabalho de homens e mulheres, em troca de uma remuneração ínfima ou muitas vezes inexistente.

No século XV, o advento da manufatura na Europa provocou fortes mudanças aos trabalhadores artesãos e condenou a loucura como problema social. Nesse período, houve a mudança ideológica e atitudinal do 'trabalhar para viver' para o 'viver para trabalhar', influenciando no trabalhador um pensamento de que ele poderia (e deveria) se subordinar ao trabalho racionalizado e vigiado para sobreviver. Embora isso tenha sido um problema, já que, segundo Resende (1987), havia mais de 80.000 mendigos em Paris nessa época, devido às novas condições impostas pelo novo modelo de organização do trabalho da época e às dificuldades de adaptação dos trabalhadores a esse novo formato que exigia novas organizações para o trabalho. Associado a isso, a Europa passou a repreender a mendicância, a vagabundagem e a ociosidade, com punições e castigos severos na Inglaterra e na França, por exemplo, reforçando o estereótipo e ideário do homem virtuoso

e parcimonioso que deveria prevalecer. Nesse contexto surgem as casas de correção e de trabalho e os hospitais gerais, destinados a higienizar as cidades e prover trabalho aos desocupados, reeducando para a moralidade mediante instrução religiosa e moral e, não raras vezes, aplicando castigos e punições às pessoas ali presentes. Assim, iniciou-se a exclusão da loucura da cena social (Resende, 1987).

Ao final do século XVIII, com a efervescência das ideias do Iluminismo, os princípios da Revolução Francesa e a declaração dos direitos do homem nos Estados Unidos, juntamente com denúncias de internações abruptas e tratamentos desumanos a que os doentes mentais eram submetidos, houve a junção de alguns protagonistas de diferentes países em prol de um movimento de reforma que ficou conhecido como tratamento moral, onde pela primeira vez os loucos receberiam tratamento psiquiátrico sistemático - mas ainda com base moral e disciplinar (Idem).

Segundo Resende (1987), o doente mental aparece em cena no Brasil no século passado, durante a sociedade rural pré-capitalista, no contexto de industrialização e urbanização do país. O autor aponta uma cena social antagônica e polarizada na época, onde havia de um lado senhores e proprietários (detentores da riqueza); e de outro lado a multidão de escravos, entre eles pessoas sem trabalho e majoritariamente negros(as) e escravizados(as) que haviam sido “libertos” pela recente abolição da escravatura no país. Nesse contexto, a loucura volta em cena e começa a ser tratada nas Santas Casas de Misericórdia, com repressão à desordem, à mendicância e com tratamentos desumanos, acabando muitas vezes sendo condenados à morte por maus tratos ou por adoecimento e desnutrição.

Nos anos de 1920 e 1930 segundo o mesmo autor, a questão social ainda não era assumida pelo Estado brasileiro, e até os anos 1930 apenas os comerciários e os bancários tinham assistência pelos sanatórios devido a sua condição de classe mais favorecida, tornando o acesso ao tratamento mental mercantilizado e disponível apenas a quem por ele poderia pagar ou relegado às práticas caritativas, disciplinadoras e moralizantes da época.

Em meio a uma série de transformações que ocorreram no campo do considerado na época como “doença mental”, diante de pequenos avanços e retrocessos políticos, econômicos e sociais, a extinção progressiva dos hospitais psiquiátricos no Brasil teve seu marco a partir do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que em

Bauru (1987), se transformou no Movimento da Luta Antimanicomial (MLA), com o lema “Por uma sociedade sem manicômios” – representando uma avanço para o tratamento da questão no país (Resende, 1987).

Em 2011 foi instituída a RAPS (Portaria GM/ MS nº 3.088 de 23/12 de 2011), que possibilita uma nova dimensão ao conjunto das ações em saúde mental no SUS, cujos objetivos principais foram definidos como a ampliação do acesso à atenção psicossocial da população, em seus diferentes níveis de complexidade; promoção do acesso das pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso do crack, álcool e outras drogas e suas famílias aos pontos de atenção; e garantia da articulação e integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território, qualificando o cuidado por meio do acolhimento, do acompanhamento contínuo e da atenção às urgências (Amarante, Paulo. Nunes, Mônica de Oliveira. 2018. p. 2072).

De acordo com Amarante e Torre (2018), a reforma psiquiátrica no Brasil representa um avanço necessário.

As inovações da reforma psiquiátrica, por meio da inclusão social da loucura e da diferença, no campo do direito ao trabalho, do direito à cultura e do direito à cidade, têm sido marcantes e singulares, rompendo a segregação histórica do louco realizada através das instituições e saberes fundantes da psiquiatria e das práticas manicomiais (Amarante, Paulo. Torre, Eduardo Henrique Guimarães. 2018. p. 2).

Contudo, apesar dos avanços, a proposta da reforma psiquiátrica brasileira vem enfrentando desafios nos últimos anos, diante da conjuntura política e neoliberal que tem prevalecido vigente e avançado no país.

O grande capítulo dos retrocessos galgou um importante passo com a *Portaria nº 3.588*⁹, de 21 de dezembro de 2017. Muito resumidamente, nessa Portaria, publicada no apagar da luz de 2017, durante o ilegítimo governo Temer, foi reintroduzida na Rede de Assistência Psicossocial (RAPS) a figura do Hospital Dia, que fora superado pela instauração dos CAPS e que resgata e valoriza as intervenções biomédicas por sobre as práticas psicossociais e de *recovery*. (Onocko-Campos, 2019, p. 3).

Conforme apontam Arce e Sousa (2010), uma das principais reivindicações do movimento da luta antimanicomial é promover a desinstitucionalização e realizar ações de saúde no território, junto às comunidades, retirando o foco e a centralidade do tratamento hospitalar (intramuros). Para isso, “práticas e concepções são transformadas, buscando-se não a cura, mas a produção de vida, de modo a reconstruir o sujeito histórico que o modelo tradicional reduziu e simplificou (ROTELLI; LEONARDIS; MAURI, 1990)” (Arce e Sousa, 2010, p. 35).

De acordo com o caderno 34 da Atenção Básica de saúde, do Ministério da Saúde, que traz normativas sobre a saúde mental:

A Atenção Básica caracteriza-se como porta de entrada preferencial do SUS, formando um conjunto de ações de Saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. (Ministério da Saúde, 2013, p. 19).

Vieira e Neves (2017) identificam e pontuam a importância da articulação entre Atenção Básica, Saúde Mental e território na construção e promoção de práticas em saúde que superam o modelo ambulatorial médico hegemônico ao dizerem que:

De algum modo, o encontro Saúde Mental e Atenção Básica com seu plano de tessitura com/no território chama-nos atenção justamente pelo movimento transversal que opera, ao entrecruzar as mais variadas interfaces políticas, econômicas, sociais, culturais, sexuais, etc., desestabilizando os limites identitários das disciplinas e produzindo diferenciações no próprio conceito de clínica (Vieira e Neves, 2017, p. 31).

Em entrevista feita por Mayorga (2020) acerca dos impactos em saúde mental decorrentes do rompimento da barragem de Brumadinho, Tavares revela que “há sofrimento, mais do que doença”, e que “interessa cuidar do sofrimento de cada um, mas não de patologizar ou estigmatizar com CIDs [códigos internacionais de doenças, elaborados pela Organização Mundial de Saúde], dos quais, sabemos, dificilmente um sujeito se liberta.” A entrevistada defende que a perspectiva da luta antimanicomial traz para o cenário dos desastres decorrentes da mineração e da atenção à saúde mental dos(as) atingidos(as), o viés da afirmação de direitos e de cidadania. Para ela, esse cuidado permite a “recuperação de seus laços territoriais, sociais e afetivos, o exercício de suas potencialidades e a busca da consolidação de seu livre circular na cidade como pessoas capazes, criativas e produtivas.” (Mayorga, 2020, p. 7).

Santos (2018), em sua pesquisa de mestrado com adolescentes atingidos pelo rompimento/crime da barragem de Fundão, sugere a importância do olhar ampliado para a identificação e compreensão dos determinantes sociais em situações de desastres para evitar “processos de vitimização, cronificação e adoecimento” (Santos, 2018, p. 80).

As consequências decorrentes de um rompimento criminoso de barragem extrapolam as perdas materiais e os ferimentos ocasionados aos(às) atingidos(as), estas também afetam as condições de saúde mental individual e coletiva dos sujeitos que tiveram seus modos de vida alterados.

Ao lado das necessidades de abastecimento, habitação provisória e cuidados médicos para reabilitação da integridade física, há requerimentos de outra ordem, como de saúde mental individual e coletiva, desconsiderados quando as rotinas paulatinamente são refeitas. Há cicatrizes emocionais que impedem que pessoas ou grupos inteiros tornem a desempenhar seus papéis sociais de

forma plena o que depõe, portanto, contra a sua auto-estima, identidade, sobrevivência e modo de vida. (Valêncio, 2009, p. 180).

Em pesquisa realizada com pessoas atingidas por uma enchente ocorrida em Teresina/PI no ano de 2009 com significativas perdas materiais, Gomes e Cavalcante (2012) apontam reações psicológicas decorrentes do desastre. Como resultado das investigações, as autoras identificaram a prevalência de abalo emocional decorrente do rompimento-crime e das perdas, passividade frente às dificuldades enfrentadas e situações de luto resultantes do ocorrido, apontando também elementos de esperança na reconstrução da vida por meio das condições concretas e materiais da existência, “*eu quero é minha casa*”, “*Cada um em suas casas, aí a vida muda. A gente retorna à vida normal da gente[...]*” (Gomes e Cavalcante, 2012, p. 727, os grifos são das autoras).

Sendo assim, percebe-se que em grande medida, a reconstituição da vida e a saúde mental de pessoas atingidas por desastres naturais ou rompimentos criminosos de barragens perpassa, também, mas não somente, pelo campo da reparação de suas perdas materiais e simbólicas, pela reconstrução de suas vidas e pela viabilização dos seus direitos.

Portanto, adotamos neste estudo o materialismo histórico-dialético como ferramenta que nos permite aproximar da realidade concreta do objeto de estudo e desvendar os fenômenos de saúde mental das(os) atingidas(os) para além de sua aparência figurada e imediata, buscando a superação de concepções superficiais e patologizantes, com vistas a alcançar e transmitir uma noção ampliada de saúde, que perpassa pelas condições sociais de ordem concreta.

Elaborado durante anos de estudo, dedicação e observação da sociedade por Karl Marx, o método materialista histórico-dialético pressupõe o homem como ser social que se desenvolveu por meio do trabalho e de sua atividade específica, marcando também a importância da história, das mediações que esse ser desenvolveu e desenvolve ao longo da sua existência, bem como as contradições existentes sob o modo de produção capitalista que influenciam diretamente sobre a vida dos sujeitos.

Esse homem, constituído na e pela atividade, ao produzir sua forma humana de existência, revela - em todas as suas expressões -, a historicidade social, a ideologia, as relações sociais, o modo de produção. Ao mesmo tempo, esse mesmo homem expressa a sua singularidade, o novo que é capaz de produzir, os significados sociais e os sentidos subjetivos. Indivíduo e sociedade vivem uma relação na qual se incluem e se excluem ao mesmo tempo. (...) Entendemos, dessa forma, que indivíduo e sociedade não mantêm uma relação isomórfica entre si, mas uma relação onde um constitui o outro. (Aguiar; Ozella, 2006, p. 224)

Nos estudos da psiquê, existem pesquisadores que assumem o método materialista histórico-dialético em suas produções, entre eles destaca-se o pioneirismo de Vigotsky. “Para Vigotsky, sem sombra de dúvida devemos estudar o pensamento em si – ele pede, neste caso, o auxílio de Marx, em sua afirmação de que, se a essência e a forma de manifestação das coisas coincidissem, toda a ciência seria desnecessária (Marx, 1985, p. 939)” (Lordelo; Tenório, 2010, p. 82).

Em seus estudos sobre a formação social da mente, Vigotsky entendia o pensamento crítico de Marx como relevante, “não só todo fenômeno tem sua história, como essa história é caracterizada por mudanças qualitativas (mudança na forma, estrutura e características básicas) e quantitativas.” (Vigotsky, 2007, p. 10). Entendia que os fenômenos psíquicos deveriam ser compreendidos no âmbito da totalidade e das transformações sociais. “De acordo com Marx, mudanças históricas na sociedade e na vida material produzem mudanças na "natureza humana" (consciência e comportamento)” (Vigotsky, 2007, p. 10).

No Brasil, Sílvia Lane foi referência nas contribuições para a consolidação da psicologia social, trabalhando incansavelmente para que a psicologia reconhecesse o sujeito como ser histórico e social, “ressaltando a necessidade de se explicitar seu vínculo com interesses dominantes e de se redirecionar sua produção no sentido de contribuir para a transformação social” (Bock et al. 2007, p. 1).

Retomando nossas reflexões sobre a constituição dialética do homem, podemos afirmar que o plano individual não constitui mera transposição do social. O indivíduo modifica o social, transforma o social em psicológico e, assim, cria a possibilidade do novo. Isso posto, podemos afirmar que a linguagem seria o instrumento fundamental nesse processo de constituição do homem. (Aguiar, Ozella, 2006, p. 225).

Do ponto de vista crítico-dialético, o homem existe e realiza diversas mediações com o mundo. “Entendemos, desse modo, que o homem, ser social e singular, síntese de múltiplas determinações, nas relações com o social (universal), constitui sua singularidade através das mediações sociais (particularidades/ circunstâncias específicas)” (Aguiar, Ozella, 2006, p. 225).

[...] subjetividade e objetividade, externo e interno, nessa perspectiva, não podem ser vistos numa relação dicotômica e imediata, mas como elementos que, apesar de diferentes, se constituem mutuamente, possibilitando um a existência do outro numa relação de mediação. Nossa tarefa, portanto, é apreender as mediações sociais constitutivas do sujeito, saindo assim da aparência, do imediato, e indo em busca do processo, do não dito, do sentido. (Aguiar, Ozella, 2006, p. 225).

Considerando a dimensão sócio-histórica e ontológica do ser social (que são os homens), Oliveira (2005), revela que no singular se constrói o universal e do mesmo modo, o universal se manifesta no singular, em um processo de mediações sociais onde o homem produz e se reproduz ao mesmo tempo. “[...] a questão da relação dialética entre a singularidade, particularidade e universalidade, na perspectiva marxiana, está necessariamente ligada a uma questão ético-política - a de como se pode conhecer a realidade humana para transformá-la” (Oliveira, 2005, p. 9).

Tanto no plano simbólico quanto no plano concreto, um fenômeno de desastre circunscreve múltiplas e diferentes vivências, de tal sorte que as afetações num desastre não são as mesmas para um comerciante, com a dor que passou com a perda de suas mercadorias; para uma dona de casa, na destruição de sua moradia; para uma criança, na perda de seus brinquedos e de amiguinhos falecidos no evento; para um idoso, na perda de seus objetos de valor sentimental que exprimem uma trajetória de vida; para um agricultor, com a devastação da lavoura; para a diretora de uma escola que desabou; para os funcionários de um hospital alagado. Por conseguinte, a autoridade pública, nas suas providências de restabelecimento dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações da coletividade, precisa aglutinar adequadamente essa pluralidade de dramas, atenuá-los a partir de uma escuta ativa de suas especificidades. (Valêncio, 2011, p. 22).

Nesse sentido, entendemos que diante das mudanças ocasionadas nos modos de vida da população atingida, devem ser promovidas ações de reparação que passam também pelo campo da atenção psicossocial dos mesmos em decorrência do rompimento/crime.

Na esteira das correntes teóricas e profissões que assumem o materialismo histórico-dialético para compreender os fenômenos sociais, tem-se o Serviço Social enquanto profissão que assume, de modo hegemônico, a teoria marxista. O surgimento do Serviço Social ocorre em um contexto histórico marcado pelo agravamento da questão social, diante do crescimento da industrialização e da urbanização e do aumento da exploração da força de trabalho e da precarização das condições de vida da classe trabalhadora brasileira.

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2000, p. 23).

Para compreender a conjuntura sócio-histórica que originou a necessidade do Serviço Social enquanto profissão, é necessário considerar a tradição marxista de que a

reprodução social está diretamente relacionada com o modo de produção vigente em cada época e momento histórico.

É na vida em sociedade que ocorre a produção. *A produção é uma atividade social.* Para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção. A produção do indivíduo isolado é uma abstração. A relação entre os homens na produção e na troca de suas atividades varia de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção. Tais relações se estabelecem, portanto, em condições históricas determinadas, nas quais os elementos da produção articulam-se de forma específica. Assim sendo, *a produção social é essencialmente histórica* (Iamamoto; Carvalho. 2014. p. 35-36, os grifos são dos autores).

No contexto da consolidação do capitalismo monopolista, o Estado se torna protagonista da administração dos interesses econômicos do capital, ou seja, visa a acumulação de capital e está fortemente atrelado aos interesses econômicos imperialistas. Nesse sentido, controlar a força de trabalho torna-se também uma função central.

Básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo, ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem (Netto, 2011, p. 26).

Ao final do século XIX, o capitalismo é submetido a transformações acentuadas decorrentes do modo de produção que irão marcar e direcionar os rumos da vida social como um todo.

“(…) as relações sociais, de acordo com as quais os indivíduos produzem, as relações sociais de produção alteram-se, transformam-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade as relações de produção formam o que se chama relações sociais: a sociedade e, particularmente, uma sociedade num determinado estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distintivo particular (...) O Capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relação de produção da sociedade burguesa”. (Marx, Karl. s.d. *apud* Yamamoto; Carvalho. 2014. p. 36).

Conforme explicitado nos capítulos anteriores, o trabalho é inerente ao ser social e não deve ser limitado apenas à satisfação de suas necessidades mais imediatas e biológicas, mas deve permitir e possibilitar o desenvolvimento das capacidades intelectuais e das relações sociais humanas emancipatórias.

A consolidação do capitalismo em sua fase monopolista cunhou um novo modo de produção onde a livre concorrência se transformou em uma disputa pela sobrevivência. “[...] o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a

socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados”. (Netto, 2011, p. 24). Nesse estágio do modo de produção, ocorre a polarização de duas classes sociais antagônicas, sendo elas burguesia x proletariado. Nesta relação, prevalece a exploração e o domínio da primeira classe sobre a segunda, onde o trabalho deixa de ser uma atividade destinada a atender as necessidades básicas do ser humano para atender ao capital. Embora o trabalho permaneça tendo o seu caráter social, sua apropriação torna-se cada vez mais privada e individual, sendo controlada e absorvida pelos pequenos grupos que detêm a riqueza e o poder sobre as relações de produção no globo.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), a expansão dos serviços sociais no século XX está atrelada à noção de cidadania e à ampliação dos direitos civis, embora exista uma desigualdade e contradição na efetivação dos direitos dos cidadãos. Dessa forma, o que cabe considerar é que o Estado atua com vistas a garantir a reprodução das relações capitalistas de produção, visando manter as taxas de lucro crescentes e a acumulação de capital “como o cioso guardião das condições externas da produção capitalista” (Netto, 2011, p. 24).

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções. (Netto, 2011, p. 25).

Assim, o Estado torna-se funcional ao capitalismo monopolista. Portanto, não se trata de atender a interesses sociais por boa vontade, mas por uma necessidade de manutenção da ordem vigente. Segundo Netto (2011) o Estado passa a exercer funções econômicas diretas e indiretas, de modo estratégico com vistas a administrar os ciclos da crise inerentes ao capital.

No curso do capitalismo monopolista, acentuam-se as expressões da questão social. Diante disso, a burguesia decide responder a parte dessas demandas sociais e assim o Estado incorpora estas reivindicações e passa a intervir sobre as mesmas, como forma de garantir sua reprodução. Frisa-se - o Estado atua de modo contraditório e antagônico, por meio de serviços e políticas públicas limitadas, superficiais, minimalistas e precárias, limitando sua atuação a um patamar que não permita a mudança efetiva de vida dos sujeitos e culpabilizando-os pela sua condição de classe.

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais. (Iamamoto, 2001, p. 17).

É nesse momento histórico marcado por transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e da ordem do capitalismo imperialista que o terreno torna-se favorável para a germinação do Serviço Social enquanto profissão.

O Serviço Social surge como uma ação da Igreja Católica em meio às transformações econômicas e sociais pelas quais o Brasil passava no início do século XX, em um contexto de aumento das desigualdades sociais, de acirramento das lutas de classe e das reivindicações da classe trabalhadora que emergia cada vez mais forte no país. “Momento em que a Igreja passa por uma reordenação interna profunda e procura mobilizar, reorganizar e rearmar o bloco católico, lançando-o numa militância ativa” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 226).

Nos momentos iniciais da profissão, desde as origens até os primeiros anos da institucionalização profissional, houve forte influência da Igreja Católica, especialmente a partir das duas encíclicas papais: a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e a *Quadragesimo Anno*, de Pio XI. No contexto atual da profissão, a laicidade e o materialismo histórico dialético compõem o argumento central (Oliveira e Chaves, 2017, p. 144).

A institucionalização do Serviço Social está ligada às intervenções feitas pelo Estado, pela burguesia e pela Igreja Católica com vistas ao enfrentamento da “questão social”. “No plano interno, como foi visto, os grandes movimentos operários de 1917 a 1921 tornaram patente para a sociedade a existência da “questão social” e da necessidade de procurar soluções para resolvê-la, senão minorá-la” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 176). Nesse momento, surgem instituições assistenciais com a presença exclusiva de mulheres nas equipes de trabalho, como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920) no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923) em São Paulo. Ressalta-se que essas duas instituições já se diferenciavam, em partes, da caridade, por possuir recursos (inclusive advindos do Estado) e contatos que permitiram o planejamento de obras assistenciais de maior aspecto técnico. (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Passando por intervenções denominadas de caso, posteriormente de grupo e depois de comunidade que não nos interessa analisar e aprofundar neste momento, o Serviço Social seguiu executando intervenções de ordem individual com vistas a obter

apoio social e adaptar o indivíduo e as famílias ao meio e à ordem vigente, atendendo aos requisitos que culminaram na sua emergência.

Assim, as práticas sociais desenvolvidas pelos Assistentes Sociais se orientarão por uma lógica particular. Ao pretender atuar sobre a “questão social”, negarão as transformações econômicas e sociais, isto é, a ação sobre as causas materiais da “questão social”, para atuar sobre os efeitos. (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 245).

Num salto para a década de 1960, com o crescimento industrial em curso no Brasil, algumas empresas passaram a demandar o trabalho de assistentes sociais com vistas a controlar o fluxo da força de trabalho de forma a garantir o bom desempenho da produção.

Ora, o crescimento industrial que se opera, especialmente nos anos do “milagre”, torna este segmento do mercado de trabalho algo extremamente expressivo – é a partir de então que, entre nós, pode-se falar propriamente de um Serviço Social de empresa (ou do trabalho, conforme a ótica do analista). Cabe salientar que o espaço empresarial não se abre ao Serviço Social apenas em razão do crescimento industrial, mas determinado também pelo pano de fundo sociopolítico em que ele ocorre e que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção. (Netto, 2008, p. 122).

De acordo com Netto (2008, p. 123) “a racionalidade burocrático-administrativa com que a “modernização conservadora” rebateu nos espaços institucionais” passou a exigir do assistente social uma postura moderna, de acordo com os preceitos do Estado burguês-autocrático da época.

O efeito global dessas exigências engendrou precisamente um vetor de erosão do Serviço Social “tradicional”: implicou um dimensionamento técnico-racional – quer no nível de legitimação das práticas, quer no nível da sua condução – que derruía os comportamentos profissionais impressionistas, fundados conseqüentemente em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional. [...] exige-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionalistas” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionalistas”. (Netto, 2008, p. 123).

No mesmo curso da consolidação do mercado de trabalho, as escolas de Serviço Social cresciam e tornou-se necessário romper com “o confessionalismo, o paroquialismo e o provincialismo que historicamente vincaram o surgimento e o evoluir imediato do ensino do Serviço Social no Brasil [...]” (Netto, 2008, p. 124). Agora era preciso formar profissionais “modernos” e munidos de técnica para atuar nas diferentes instituições.

Em pouco mais de uma dezena de anos, o sistema de ensino superior (público e privado) passou a oferecer, em todo o país, cursos de Serviço Social numa escala impensável uma década antes – se, em 1960, havia 1.289 estudantes de Serviço Social, em 1971 o seu número chegava a 6.352 (Netto, 2008, p. 124).

De acordo com Netto (2008), é nesse período fortemente influenciado pela autocracia burguesa e pela ditadura militar que se observa um avanço inegável nos cursos de Serviço Social, recebendo “o influxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia” (Idem, p. 126).

Mesmo com todas as críticas necessárias, a autocracia burguesa permitiu ao Serviço Social brasileiro desenvolver algumas potencialidades que contribuíram para o processo de renovação da profissão.

Panoramicamente, o Serviço Social com que se depara o observador contemporâneo configura-se como um caleidoscópio de propostas teórico-metodológicas, com marcadas fraturas ideológicas, projetos profissionais em confronto, concepções interventivas diversas, práticas múltiplas, proposições de formação alternativas – sobre o patamar de uma categoria profissional com formas de organização antes desconhecidas e o pano de fundo de uma discussão teórica e ideológica ponderável também inédita. (Netto, 2008, p. 127-128).

O processo de renovação do Serviço Social é expresso por Netto (2008, p. 131) como um

Conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e de sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

A partir dos anos de 1980, demarca-se uma fase importante que representa um grande avanço para o Serviço Social, a partir da perspectiva de intenção de ruptura com o pensamento conservador e de aproximação com a teoria social crítica, tanto no campo teórico-metodológico, mas também na formação e no exercício profissional.

Ao contrário das anteriores [destaca-se, a vertente modernizadora e a perspectiva de reatualização do conservadorismo], esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista) quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). [...] Na sua evolução e explicitação, ela recorre progressivamente à tradição marxista [...]. (Netto, 2008, p. 159).

Esse momento representou um avanço para a profissão, na medida em que permitiu ao Serviço Social se aproximar do materialismo histórico-dialético e passar a compreender (ainda que de maneira hegemônica que carece de avanços constantes) a sociedade em sua base material e as relações sociais enquanto parte dessa estrutura.

Desde o final da década de 1970, o Serviço Social brasileiro tem trabalhado (ressalta-se mais uma vez, de modo hegemônico) em prol dos interesses da classe trabalhadora.

A chegada entre nós dos princípios e ideias do Movimento de Reconceituação deflagrado nos diversos países latino-americanos, somada à voga do processo de redemocratização da sociedade brasileira, formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica e política (inicialmente mais político-ideológica do que teórico-filosófica) com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós. É sabido que, politicamente, este processo teve seu marco no III CBAS, em 1979, na cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, trocando-a por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada”. (Reis, 2008, p. 80).

Nesse solo de marcantes transformações que ocorreram na sociedade brasileira, o Projeto Ético Político do Serviço Social foi construído coletiva e sócio historicamente, como fruto da articulação majoritária da categoria profissional e do apoio das universidades e da categoria estudantil.

O [Projeto Ético Político] PEP, assim denominado nos anos 1990, é a expressão madura de consolidação da direção social da profissão dos anos 1980, que se estabeleceu no processo de ebulição da luta de classes no país em que os profissionais estiveram organicamente vinculados à classe trabalhadora. Portanto, as condições políticas de constituição do PEP do Serviço Social brasileiro devem ser avaliadas considerando as seguintes determinantes: a luta contra a ditadura, a colagem aos movimentos sociais dos anos 1980, a mudança do público profissional composto pelas camadas médias e empobrecidas, e como as vanguardas profissionais e acadêmicas da categoria são vanguardas de militância política e sociais (Netto, 1999; Abramides, 2006) – (Abramides, 2016, p. 470).

“As bases do PEP são, respectivamente, o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996” (Abramides, 2016, p. 470).

Forti (2015, p. 15) pontua que o PEP se trata de “um projeto profissional crítico, resultante de determinados compromissos assumidos por essa profissão no decorrer das décadas subsequentes a meados de 1960 e que tem fundamentos democráticos e progressistas em prol dos interesses da classe trabalhadora”. Forti ainda diz que o PEP do Serviço Social, comprometido com a emancipação humana, “exige a superação das condições de exploração inerentes ao modo de ser da sociedade capitalista” (2015, p. 36).

Portanto, uma profissão se legitima a partir das respostas que consegue emitir para usuários(as) dos seus serviços e para seus(suas) contratantes. E estas — as respostas — podem ser maiores ou menores, dependendo da competência do coletivo profissional. No caso do Serviço Social, tal debate não pode ser

realizado sem a clareza dos distintos interesses que envolvem o contratador do trabalho profissional e a população usuária dos seus serviços. (Matos, 2015, p. 682).

De acordo com o “CFESS Manifesta” (2022), o trabalho de assistentes sociais em situações de calamidade deve considerar a realidade concreta e o modo de produção capitalista, já que “o processo de desenvolvimento econômico se dá na criação de zonas de sacrifício. Desenvolve-se sacrificando pessoas, sacrificando os corpos. Esses corpos têm classe, cor, raça, gênero e etnia” (CFESS, 2022, p. 2). Portanto, é preciso reconhecer que esses acontecimentos não são casuais, inesperados e descolados da ordem burguesa.

Segundo o Código de Ética do(a) Assistente Social, artigo 3º alínea d, é prevista a participação da categoria em situações de socorro e atendimento à população nesses casos, devendo colaborar para a efetivação de ações que superem o imediatismo, a fragmentação e o pragmatismo, visto que as expressões da questão social já existentes no território tendem a se agravar nessas conjunturas (CFESS, 2022).

Analisando os determinantes sociais da saúde a partir das raízes da questão social, Souza; Silva; Silva (2013), demonstraram que desvelar os aspectos da questão social é fundamental para a temática saúde-doença, frente à lógica imposta pelo modo de produção capitalista. Utilizada inicialmente no século XIX para descrever a situação de pauperismo na Europa em decorrência das transformações de origem industrial, a expressão “questão social” passou a expressar a situação de pobreza vivenciada significativamente pela classe trabalhadora (Souza; Silva; Silva, 2013).

[...] já que “pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*”. (Netto, 2001, p. 42, grifo na obra). Quanto mais desenvolviam-se as forças produtivas, mais aumentava o contingente daqueles que, além de não ter acesso ao que era produzido, “viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente” (Netto, 2001, p. 42). (Souza; Silva; Silva, 2013, p. 52).

Esse contexto muito se assemelha às atuais condições materiais de vida dos(as) atingidos(as), onde além de não terem acesso à “riqueza” produzida através da mineração extrativista, perderam muito ou tudo que construíram ao longo de suas vidas em decorrência do rompimento/crime da barragem de Fundão, ficando sem casa e despossuídos de suas condições de vida e trabalho anteriores ao rompimento/crime da barragem, bem como tendo que lidar com a dor da perda de familiares e amigos.

Nesse sentido, para Souza; Silva e Silva (2013), o que de fato existem são condições sociais expressas através da pobreza, do desemprego e da fome que são

determinadas histórica e socialmente pelo capital. São condições “benéficas ao capital e deletérias à saúde” (Souza, Silva; Silva, 2013, p. 55). Os autores concluem dizendo que:

[...] não se trata da existência de determinantes sociais da saúde e sim de expressões da “questão social” – quando há relação imediata com a lei de acumulação capitalista – ou de desdobramentos destas. A própria problemática da saúde-doença ora é fruto direto da acumulação capitalista, ora é condicionada por ela. (Souza; Silva; Silva, 2013, p. 56).

Albuquerque e Silva (2014), nos fornecem subsídios para compreender o que consideram como a determinação social da saúde em diferentes modos de produção e contextos históricos, ao dizerem que tanto a doença quanto a saúde “[...] apresenta-se de modo diferente nas diferentes sociedades, nas diferentes classes e estratos de classes sociais, apesar das semelhanças biológicas entre os corpos dos seres humanos que as compõem.” (p. 962).

Dessa forma, a compreensão dos processos saúde-doença deve ser articulada e entendida no contexto societário antagônico das classes sociais. Contudo, a história tem evidenciado que no modo de produção capitalista e das políticas sociais públicas focalizadas, minimalistas e precárias, tem sido desafiador promover ações amplas e efetivas de saúde para a população e especialmente para a classe trabalhadora.

A nosso ver, não se pode discutir o que vem sendo designado como DSS sem a discussão sobre a ordem societária vigente, em suas bases fundantes e dinâmica. A maioria desses estudos não leva em consideração que o modo de produção capitalista determina uma estrutura societária composta por duas classes antagônicas – burguesia e proletariado –, na qual o trabalho é realizado com base na exploração de uma classe sobre a outra. Desse modo, desconsideram que, nessas condições, o trabalho torna-se o motivo da riqueza de uns e da pobreza de muitos. Acreditamos que só com o entendimento da lógica da sociedade capitalista é que poderemos compreender os desdobramentos desta sociedade para a problemática da saúde. Ao contrário, a discussão torna-se rasa, imediata, superficial. Não adianta intervir na “ponta” (nas consequências) de um (determinado) problema conservando sua “base”. Em outras palavras, as conclusões trazidas por tais estudos apontam para a tendência de que a única coisa que pode ser feita é a reparação/amenização dos danos gestados na sociedade capitalista, como se o capital fosse passível de qualquer tipo de “controle” ou “freio”. É evidente que existe relação entre os problemas sociais e a saúde. Mas os estudos precisam avançar para a discussão de como se constituem as mazelas sociais, rompendo com a aceitação – imposta ideologicamente – da forma de organização da sociedade burguesa e contribuindo para uma nova proposta social. Apenas com a reflexão crítica sobre a ordem societária em que vivemos é que se construirá a base para uma sociedade emancipada do caráter destrutivo do capital – e de seus desdobramentos para a saúde (Souza; Silva; Silva, 2013, p. 45-46).

Da mesma maneira que os fenômenos saúde-doença estão inseridos dentro de um círculo maior – que é determinado pela base sólida da sociedade e pelo modo de produção capitalista, a condição de saúde mental dos(as) atingidos(as) também se insere nesse bojo.

Portanto, a saúde mental dessa população não pode ser analisada de modo descolado dos determinantes sociais e das condições estabelecidas e postas pela sociedade de classes.

Alinhados à proposta da reforma psiquiátrica brasileira e considerando a base material da sociedade, buscamos compreender a condição de saúde mental dos(as) atingidos(as) superando concepções fragmentadas, medicalizantes e culpabilizadoras dos sujeitos. Ao encontro disso, “escancara-se a crítica de González Rey frente à apropriação hegemônica de uma perspectiva causal e determinista, no qual a patologia é representada por uma entidade que reduz o sujeito à condição de vítima” (Costa e Goulart, 2015, p. 241) visto que não podemos desconsiderar os processos subjetivos que são desencadeados pelas múltiplas vivências do indivíduo na sociedade (Costa e Goulart, 2015).

No contexto do rompimento/crime da barragem de Fundão, a questão de saúde mental e os processos dela decorrentes, bem como o sofrimento psíquico deve ser analisado, descrito e transmitido com todo o cuidado necessário, pois são expressão de uma lógica extrativista dependente, destrutiva e que ocasionou o maior crime sócio-ambiental do país.

Buscando reconhecer a doença e sua relação com o corpo social, Rotelli (2012), reivindicando a formulação de Galimberti (1984), remonta que:

"O olhar médico não encontra o doente, mas a sua doença, e em seu corpo não lê uma biografia, mas uma patologia na qual a subjetividade do paciente desaparece atrás da objetividade dos sinais sintomáticos que não remetem a um ambiente ou a um modo de viver ou a uma série de hábitos adquiridos, mas remetem a um quadro clínico onde as diferenças individuais que afetam a evolução da doença desaparecem naquela gramática de sintomas, com a qual o médico classifica a entidade mórbida como o botânico classifica as plantas. Mas quando os sintomas, de expressões de uma dificuldade e de um desequilíbrio nas condições de vida, se tornam simples sinais de uma doença que, ao invés de se inscrever no mundo social, se inscreve no mundo patológico, a doença vem subtraída ao controle do grupo com o qual não pode mais intercambiar, para ser confiada à observação de um olhar, o olhar médico que, autônomo, se move em um círculo onde só pode ser controlado por ele próprio e onde soberanamente distribui sobre o corpo do doente o saber que adquiriu" (Galimberti 1984). (Rotelli, 2012, p. 3).

Com base em Franco Basaglia²¹, Amarante (2007) reforça a necessidade de olhar para o sujeito e não para o seu diagnóstico (sem desconsiderar a existência deste), e que isso não se trata de negar a existência da doença, mas que permite alcançar o sujeito em sua amplitude e em sua mediação com a sociedade em geral.

Com a doença entre parênteses nos deparamos com o sujeito, com suas vicissitudes, seus problemas concretos do cotidiano, seu trabalho, sua família,

²¹ Psiquiatra italiano reconhecido por seu pioneirismo na contribuição da formulação da proposta da reforma psiquiátrica.

seus parentes e vizinhos, seus projetos e anseios, isto possibilita uma ampliação no campo da saúde mental e da atenção psicossocial. (Amarante, 2007, p. 69).

De acordo com Campos (2015), a produção de afetamentos está atrelada ao desenvolvimento da sociedade e ao curso dos seus desdobramentos positivos ou negativos que impactam na vida dos sujeitos.

A partir de Vigotski, podemos pensar que o desenvolvimento dos afetos (sentimentos e emoções) acompanha a dinâmica e o desenvolvimento da sociedade e de segmentos dessa em suas divisões de classes, assim como segmentos grupais específicos - o que significa que quanto mais uma sociedade se desenvolve, no sentido do gênero humano, mais possibilidades do desenvolvimento de produção de afetos alegres e do desenvolvimento das funções psicológicas superiores; ao contrário, quanto mais uma sociedade se encontra em estado de degradação, produzido por fenômenos de miséria, exploração, violência, mais afetos tristes poderão ser gerados e mais bloqueios poderão surgir ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores [...] (Campos, 2015, p. 58).

“El sentimiento no surge por sí solo en un estado normal. Siempre está precedido por determinado estímulo, por determinada causa, sea ésta externa o interna” (Vigotsky, 1926, p. 239).

Para Campos (2015, p. 61), “o trauma psicossocial refere-se a um sentimento vivido e perpetuado coletivamente, sendo, portanto, da ordem da memória, dos afetos, da consciência e da ação.” Para ela, a compreensão do trauma

[...] equivale à compreensão das forças sociais que o determinam, nas esferas da servidão, do medo, da tristeza, da miséria e da submissão, e nas possibilidades de sua superação, conquistadas nas esferas do agir, e da potencialização da ação coletiva tanto nas esferas singulares e comunitárias, quanto nas esferas sociais e políticas (Campos, 2015, p. 61).

No ano de 2018, uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com apoio da Cáritas MG e da Comissão dos Atingidos se propôs a investigar quantitativamente a condição de saúde mental das famílias de 7 distritos²² atingidos pelo rompimento/crime da barragem de Fundão. Denominada PRISMMA, “pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana” teve a participação de 225 pessoas adultas atingidas, sendo 144 mulheres (64%) e 81 homens (36%). Racializando os dados, a maior parte da população se autodeclarou como pessoas pardas ou pretas, totalizando 77,4% da população. Do total de entrevistados(as) 62,7% responderam já ter sofrido algum tipo de discriminação por sua condição de atingida(o) (Neves et al. 2018).

²² Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Borba, Campinas, Pedras e Ponte do Gama

No que se refere à saúde mental, a pesquisa identificou a prevalência de dados alarmantes de transtornos mentais na população avaliada.

a) O diagnóstico de depressão foi dado em 28,9% da população avaliada. b) O transtorno de ansiedade generalizada foi diagnosticado em 32% dos entrevistados. c) O transtorno de estresse pós-traumático foi diagnosticado em 12% dos atingidos. d) Risco de suicídio foi identificado em 16,4% dos entrevistados (Neves et al. 2018, p. 48-49).

No que se refere ao índice de 28,9% de depressão, “essa prevalência é cinco vezes maior do que a descrita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a população brasileira avaliada em 2015” (Neves et al. 2018, p. 58). Com relação ao estresse pós-traumático relacionado ao ocorrido que foi detectado em 12% das(os) atingidas(os), “o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais 5ª edição (DSM 5), descreve prevalência de 0,5 a 1% de TEPT na América Latina” (Neves et al. 2018, p. 58).

A análise da saúde da criança e do adolescente constatou que 82,9% dos entrevistados foram rastreados positivamente para transtorno de estresse pós-traumático. Além disso, 39,1% dos entrevistados foram rastreados positivamente para transtorno de ansiedade e depressão (mesmo valor); entre o público dessa faixa etária entrevistado, constatou-se “pensamentos de morte” e “ideação suicida” (Neves et al. 2018, p. 66). Através da pesquisa, os autores alertam que os impactos do rompimento/crime da barragem podem levar ao surgimento de transtornos mentais a curto e médio prazo, mas que estes podem surgir na vida adulta. A adaptação da criança ou adolescente ao ocorrido “depende de fatores ambientais (exposição), individuais, familiares e sociais” (Neves et al. 2018, 62) e que medidas são necessárias para o cuidado específico dessa população.

Na concepção dos autores, este estudo “compreende o adoecimento não como fato isolado, mas conectado com os processos de sofrimento social que as famílias atingidas têm vivenciado em Mariana, e ressalta o necessário e urgente cuidado em saúde mental” (Neves et al. 2018, p. 12).

Portanto, os dados coletados na pesquisa PRISMMA após dois anos do rompimento/crime da barragem de Fundão expressam que a população atingida se encontra em situação de agravamento em saúde mental.

Para Silva e Júnior (A Sirene, 2018), a pesquisa PRISMMA “revelou aquilo que já sabíamos e sentíamos desde que a lama mudou o rumo de nossas vidas: muitos de nós estão sofrendo”.

O rompimento da barragem me fez perder coisas que o dinheiro não consegue trazer de volta. O vínculo com os amigos, a reunião familiar, meu “universo”, meus projetos, meu mundo, e isso me causou muita dor, a ponto que eu adoeci. Eu era uma pessoa que levantava de manhã já com meu dia traçado. Ia

cedíssimo para o trabalho, sempre trabalhei, e comecei a perceber que eu não tinha mais disposição para trabalhar. Eu levantava cheio de pensamentos do que eu tinha que fazer e, na hora que eu assustava, tomava o café e estava deitado de novo. Aquilo não estava em mim. Eu não conseguia controlar, tinha uma fraqueza muscular e, sempre que eu ia falar sobre os assuntos, eu chorava. Comecei a perder a concentração e o raciocínio em algumas falas, e foi aí onde procurei um psicólogo e, de lá, um psiquiatra. Não me falaram o que eu tenho, o diagnóstico, mas eu comecei a tomar um antidepressivo, passou para dois e, hoje, já são três. Essa ansiedade de querer resolver a vida e querer ajudar os outros também me fez alimentar descontroladamente, e eu acho que isso me ocasionou a diabetes. Hoje, sou diabético, fiquei hipertenso e tudo isso, tenho certeza, foi causado pelo rompimento da barragem. (Silva e Júnior, A Sirene, 2018).

Durante o evento de lançamento do livro *Entre Minas*, de autoria de Wilson da Costa, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS/UFOP, realizado em junho de 2023, que contou com a presença de diversas pessoas, entre atingidos(as), comunidade acadêmica de Mariana e de outras cidades, trabalhadores(as) da saúde mental e comunidade local, foi possível perceber o adoecimento mental dos(as) atingidos(as) que se estende ao longo dos anos. Durante a cerimônia, uma atingida que integrava a mesa de lançamento da obra fez uma fala muito sincera, tocante e por vezes caía no choro, onde disse que: “perdi meus amigos e alguns familiares devido à participação nas reuniões da barragem”; “do jeito que a gente tá doente não vivemos muito mais”.

Ressalta-se, em janeiro do mesmo ano, foi realizado o 4º encontro regional “por um novo modelo de mineração” e a 4ª “jornada universitária de debate na mineração”, no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICISA/UFOP. Durante quatro intensos dias de atividades em turno vespertino e noturno, foi possível reconhecer e apreender com o engajamento dos(as) atingidos(as) na luta por um novo modelo de mineração que não seja destrutivo, mas também o sofrimento emocional de diversos(as) atingidos(as) e familiares que vivenciam situações de adoecimento físico e psíquico, crise de pânico, ameaça e diversas irresoluções e violações de direitos, conforme relatos prestados ao longo das atividades que compunham estes eventos organizados pela Frente Mineira de Luta dos Atingidos e Atingidas pela Mineração (FLAMA).

Diante disso, observa-se a necessidade de implementação, promoção e continuidade de ações que visem a promoção/restabelecimento do bem-estar e das condições de saúde mental das(os) atingidas(os). Cabe às equipes de saúde do município, bem como à Fundação Renova, realizar ações e intervenções no território e junto a esse conjunto de indivíduos a fim de frear os agravamentos desse contexto de adoecimento.

Penido (2018), demonstra uma outra perspectiva que tem estado evidente para os(as) atingidos(as), através das mortes consecutivas que tem ocorrido após o rompimento/crime da barragem, por meio do relato de uma atingida.

“Agora, se a gente for fazer, se for contar de novo as pessoas que morreram, tem mais. Aqui, o D. mesmo que suicidou, pra gente, foi por causa disso. [...] Se você for recalcular hoje, já morreram mais pessoas, senhores, principalmente, de tristeza, de depressão” (Entrevista com A., atingida de Gesteira, Barra Longa, em 3/02/2018)” (Penido, 2018, p. 42).

Para a autora, essa realidade evidencia que “o desastre-crime da Samarco, portanto, não ocorreu no dia 5 de novembro de 2015, ele está ocorrendo desde então, é *continuado*, pois muitos dos seus efeitos são *irreversíveis*, vividos no *cotidiano* e não equacionáveis em termos econômicos” (Penido, 2018, p. 40, os grifos são da autora).

Tem-se evidenciado no cotidiano de trabalho junto aos(às) atingidos(as), nos espaços de reivindicação dos seus direitos, bem como nos movimentos sociais que atuam com eles na região de Mariana, que o rompimento da barragem é um crime em curso, um crime que se renova. As novas condições objetivas que foram radicalmente impostas para os(as) atingidos(as) perpassam por vários âmbitos da vida dos(as) mesmos(as) e tem afetado sua condição de saúde mental.

[...] alterações da dinâmica social (dificuldade de acesso a alimentação, moradia, educação na mesma qualidade anterior e piora nas inter-relações sociais) e dos ritmos de vida (em especial idosos e crianças); a desestruturação dos laços sociais, familiares e comunitários; os danos à saúde psíquica gerados pelas grandes alterações nos modos de vida (econômico, cultura e crenças) da população do território; o surgimento de novas formas de adoecer e de morrer no território (aumento dos adoecimentos/sofrimentos psíquicos e das enfermidades físicas, devido excesso de ruídos e poeiras) (Alves et al. 2020, p. 64-65).

Alves et al (2020), apontaram o agravamento da condição de saúde mental das populações atingidas e dos(as) trabalhadores(as) desse setor produtivo, de modo individual e coletivo a partir da realidade de Minas Gerais. “A relevância dos agravos à saúde mental da população e dos trabalhadores foi assinalada por todos os participantes” (Alves et al. 2020, p. 69).

De acordo com Vasconcelos (2022), houve crescimento da demanda por atendimento psicossocial nos municípios atingidos pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. A autora demonstra que em pesquisa realizada pelo Instituto Guaicuy em parceria com o Instituto Olhar, em dez municípios banhados pelo Rio Paraopeba e atingidos pelo rompimento/crime da barragem da Vale, em 2019, “em todos foi identificado o aumento de atendimentos relacionados a sofrimento mental. Em Três

Marias, a demanda cresceu 97%. Já em Felixlândia, o aumento foi de 86%” – Vasconcelos (2022).

A coordenadora de saúde e assistência social do Instituto Guaicuy, Paula Junqueira Mota, explicou que, entre os motivos que levaram a esse quadro, está a falta de reparação integral aos atingidos. “O principal impacto do rompimento da barragem foi no trabalho e na renda dos atingidos e isso gera uma cadeia de outros danos, afetando também a saúde mental e a saúde física”. (Vasconcelos, 2022).

Vasconcelos (2022) ressalta os apontamentos de Paula Junqueira Mota ao Brasil de Fato MG para os impactos em curso decorrentes do rompimento/crime da barragem da Vale em Brumadinho. Entre os agravamentos, destacam-se sentimentos de tristeza, revolta, ansiedade, pânico e o aumento do uso de álcool e outras drogas, bem como o crescimento dos casos de violência doméstica. Paula, ainda faz outros apontamentos ao dizer que após três anos do rompimento/crime da barragem, a Vale não tem prestado assistência integral à população atingida.

Os atingidos que moram em áreas rurais e distantes dos equipamentos públicos de saúde, ainda precisam lidar com a dificuldade em conseguir atendimento. Devido à distância, à falta de transporte e aos custos de deslocamento, muitos não recebem assistência. (Vasconcelos, 2022).

Essa é uma outra problemática que surge e permanece em curso com o rompimento/crime da barragem. Se em Mariana existe uma referência inédita de atenção psicossocial para os(as) atingidos(as) que é o serviço Conviver, em Brumadinho isso não ocorre. Como crítica necessária, ressaltamos a importância do serviço territorial, o qual também é um desafio para o SUS e para o Conviver devido à equipe pequena²³ e às dificuldades de conseguir transporte para os profissionais realizarem as visitas domiciliares e o acompanhamento territorial dos usuários – o que pôde ser observado durante todo o percurso de estágio neste serviço pelo autor deste estudo. Em suma, tem-se evidenciado que grande parte dos serviços de saúde mental brasileiros tem enfrentado desafios para a sua efetivação, tanto no âmbito da política pública do SUS, quanto nos moldes da reforma psiquiátrica brasileira, especialmente após a efervescência da onda neoliberal no país e com o desmonte das políticas sociais públicas, culminando na escassez ou falta de recursos humanos e materiais necessários para a efetivação do trabalho. Contudo, não podemos esmorecer e baixar a guarda diante das perdas de direitos, pois nesse embate, quem perde são os usuários dos serviços, a categoria profissional e a classe trabalhadora, e nesse caso, uma população vítima de um crime

²³ 3 psicólogos, sendo 2 inseridos no matriciamento; 3 terapeutas ocupacionais, sendo 1 pertencente ao matriciamento; 1 assistente social; 1 médico psiquiatra, 1 educador social e 1 profissional da assepsia.

socioambiental em curso. Tudo isso evidencia que essa realidade exige ações, intervenções e respostas institucionais e profissionais qualificadas.

3 CRIAÇÃO DO SERVIÇO CONVIVER APÓS O ROMPIMENTO/CRIME DA BARRAGEM DE FUNDÃO

O rompimento/crime da barragem de Fundão desencadeou diversos impactos sociais, econômicos e ambientais para milhares de pessoas. Dentre as consequências, observa-se desde o dia 05 de novembro de 2015, um expressivo adoecimento mental das(os) atingidas(os), conforme foi explicitado nos capítulos precedentes.

Desde o crime ocorrido em 5 de novembro de 2015, as pessoas atingidas enfrentam constantes impactos, que se arrastam ao longo do tempo. As situações vividas podem trazer diversas reações e alterações nos modos de vida, e cada pessoa pode enfrentar esses desafios a seu modo. (A Sirene, 2023, p. 8).

Voluntários(as) que atuaram no suporte imediato às famílias atingidas nos primeiros dias consecutivos ao rompimento/crime da barragem já apontaram a necessidade do cuidado psicossocial a essas pessoas. “[...] é marcante a relação simbólica com seu lugar de origem, traduzidos na forma de vínculos e pertencimento. As perdas, em suas diferentes dimensões, impactam a vida desde o luto até o sofrimento social” (Lima et al. 2020, p. 262).

A forma como os(as) atingidos(as) foram inicialmente abrigados(as) também evidencia o conjunto de violências e violações às quais estes(as) foram expostos(as) desde os primeiros momentos pós-rompimento e destruição de seus lares.

Logo após o Rompimento da Barragem de Fundão, as famílias atingidas foram levadas para o Ginásio Poliesportivo em Mariana e, no dia seguinte, para hotéis e pousadas no município. No mês seguinte ao desastre, começaram a ser alojadas em casas alugadas. Mesmo não estando em situação de abrigo coletivo ou morando em casas de familiares ou amigos, as pessoas relatam se sentir na condição de inquilinos. Dessa forma, nota-se como o espaço físico por si só não constitui a identidade e o pertencimento àquele lugar e como o território se constrói a partir de elementos e sentimentos diversos daqueles que o constituem e determinam o seu uso. (Lima et al. 2020, p. 267).

Ressalta-se, as famílias atingidas só foram removidas do ginásio de Mariana (Arena) e realocadas nos hotéis e pousadas do município após ação e reivindicação do Promotor de Justiça Guilherme de Sá Meneghin exigindo ações e providências da Samarco, Vale e BHP Billiton diante da situação de exposição e inadequabilidade que as famílias se encontravam naquele local.

Imagem 16: Atingidas abrigadas temporariamente na Arena de Mariana devido ao rompimento/crime da barragem de Fundão.



Fonte: Cristiane Mattos/Futura Press/Folhapress

O rompimento/crime da barragem de Fundão foi um acontecimento de proporções anteriormente inexistentes na história do Brasil, apesar de o país e o Estado de Minas Gerais possuírem um histórico de rompimentos de barragens de rejeitos, no entanto foram de menor proporção e de menor visibilidade midiática que este do dia 05 de novembro de 2015 que figurou nas páginas jornalísticas mundiais. Devido à necessidade de apoio emergencial e suporte psicossocial os(as) atingidos(as) foram amparados(as) pelos(as) profissionais do município de Mariana e por outras frentes que, inicialmente, realizaram esse auxílio de modo voluntário e humanista. Existem relatos de apoio inicial no que se refere à identificação de familiares e vítimas; suporte na solicitação e criação de novos documentos em substituição aos que foram perdidos na lama e também relatos de apoio psicológico e escuta ativa do sofrimento que fazia parte dos(as) atingidos(as) naquele momento.

Inicialmente, pensar na criação de um serviço específico na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Mariana e na matriz de atuação profissional de uma equipe psicossocial direcionada ao público atingido possuía o mesmo desafio e ineditismo que representava o rompimento/crime da barragem e suas proporções gigantescas e incalculáveis. A ausência de um plano de contingência com parâmetros para atuação profissional em casos de desastres é algo que representou um desafio para a gestão municipal na implementação do serviço, ainda que as possibilidades do rompimento

criminoso da barragem já houvessem sido explicitadas pelos(as) moradores(as) próximos(as) à barragem anteriormente ao acontecimento.

Segundo hipótese divulgada pelo “Portal Confluências” e que está sendo investigada em forma de rede colaborativa de informações, no ano de 2009 a Vale iniciou a elaboração de um projeto de construção de uma nova barragem de rejeitos que seria construída na área de Bento Rodrigues, tal barragem seria denominada “Mirandinha”. Na época, a mineradora encontrou obstáculos para concretizar o projeto, tanto por parte de muitos moradores que não concordavam com a proposta e não aceitaram vender seus terrenos; como dificuldades referentes aos impactos ambientais e sobre o patrimônio histórico que seriam gerados. Segundo o Portal Confluências (2016): ‘Os acionistas querem tirar a turma do Bento de qualquer jeito’. Essa frase foi dita em 2012 por Kleber Terra, diretor de operações da Samarco, cuja interceptação foi divulgada recentemente pela Polícia Federal, e revela uma pressão exercida por acionistas para que o projeto da nova barragem acontecesse “de qualquer jeito”. Esse “de qualquer jeito” significaria negligenciar os limites da estrutura das barragens antes de Bento Rodrigues para que um dia rompessem e transformassem a cidade numa barragem e ainda com o álibi de um “acidente”? “Esta é uma hipótese que não pode ser descartada”. (PORTAL CONFLUÊNCIAS, 2016). No momento não temos maiores informações sobre o andamento das investigações, no entanto optamos por evidenciar tal informação/denúncia/hipótese levantada pelo ‘Portal Confluências’ pois consideramos que a mesma deve ser apurada/averiguada. Ressaltamos, portanto, que ela carece de ser comprovada ou não e uma vez comprovada os responsáveis devem responder pelas suas atitudes e consequências delas decorrentes (Bertollo, 2017, p. 195-196).

Essas evidências apontam diversas questões que podem ser pensadas (e problematizadas). Primeiro, o risco de rompimento da barragem e suas consequências catastróficas ambientais, humanas e territoriais, a poucos quilômetros de uma comunidade tricentenária, sob o modo de produção capitalista e no contexto da dialética da dependência; Segundo, a negligência quanto à segurança da barragem e a negação da escuta dos apontamentos dos(as) moradores(as) do território sobre o risco iminente de rompimento da estrutura; Terceiro, a ausência de organização nacional, estadual e municipal diante da possibilidade de acontecimentos catastróficos/criminosos dessa ordem e suas consequências sócio-econômico-ambientais, sem a existência de normativas que orientem as gestões e a atuação profissional nesses casos. Portanto, reconhecemos e defendemos a importância das legislações do SUS e da Política Nacional de Saúde Mental em sua amplitude, embora pontuamos a ausência de norteadores direcionados para casos específicos como esse, que de fato carregam consigo certo grau de ineditismo.

Devido à destruição do território existencial de grande parte dos(as) atingidos(as), os(as) quais eram originários(as) do distrito de Bento Rodrigues, os serviços da rede básica de saúde de referência dessas pessoas também foram destruídos. Assim, no momento inicial, todas essas pessoas foram direcionadas e acolhidas nos serviços de saúde pública de Mariana, representando também o crescimento das demandas para os

serviços da sede do município. Nesse sentido, com o aumento das demandas de acolhimento e acompanhamento, também foi identificada pelos gestores a necessidade de reorganização dos serviços, de retorno dos fluxos anteriores e de ampliação do quadro de recursos humanos do município ou de criação de uma equipe específica para atuar a partir dessa particularidade e com as famílias atingidas que demandavam respostas qualificadas diante do rompimento/crime da barragem e suas consequências. Isso confluiu no início de negociações entre os(as) gestores(as) municipais e a mineradora Samarco em prol da contratação de mais profissionais para atuar no município.

Em dezembro de 2015, cerca de um mês após o rompimento/crime da barragem, as famílias começaram a ser alocadas em hotéis e pousadas da cidade de Mariana, sendo subsidiadas pelo auxílio moradia viabilizado pela Samarco mediante ação civil pública, nº 0400.15.004335-6 até a construção do reassentamento definitivo (MPMG, 2016). A partir dessa nova configuração das famílias no território, estas passaram a ficar “espalhadas” pela cidade, residindo em bairros diferentes e distanciadas entre si, perdendo-se as antigas relações sociais que eram estabelecidas na comunidade e fragilizando os vínculos entre as famílias.

Diante do grande desafio de construir um atendimento específico para as(os) atingidas(os) utilizando apenas dos recursos do fundo público municipal, foram traçadas outras estratégias de atuação, requisitando o apoio que vem do TTAC, como previsto nos programas de margem socioeconômica de reparação aos(às) atingidos(as).

SUBSEÇÃO 1.5: Programa de Proteção Social CLÁUSULA 54: A FUNDAÇÃO deverá elaborar, desenvolver e executar um programa para promover a proteção social, por meio de ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e apoio psicossocial, desenvolvendo o acompanhamento às famílias e aos indivíduos impactados pelo EVENTO, priorizando os IMPACTADOS com deslocamento físico. (TTAC, 2016, p. 43).

O mesmo documento ainda pontua que o cuidado psicossocial das famílias deve ser efetivado com base na política pública do SUS.

CLÁUSULA 55: O PROGRAMA deverá ser direcionado às famílias e às pessoas que necessitem de ações de proteção social de acordo com os parâmetros estabelecidos pela FUNDAÇÃO, em conformidade com as políticas públicas, em decorrência do EVENTO. (TTAC, 2016, p. 43).

O cuidado em saúde mental também consta no acordo, na seção IV que trata sobre a saúde: “SUBSEÇÃO IV. 1: Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada” (TTAC, 2016, p. 57).

Em decorrência da destruição do espaço de referência em cuidado de saúde da comunidade de Bento Rodrigues pela lama, houve a articulação em prol da reconstrução,

ainda que temporária, deste espaço na região central de Mariana “localizada na Rua Wenceslau Braz, 451” (A Sirene, 2023).

A nossa ESF foi criada em dezembro de 2015, um mês após o crime do rompimento da barragem de Fundão, de Samarco, Vale e BHP, com o intuito de cuidar das pessoas que perderam suas UBS de referência. Desde então, atendemos todas essas famílias que residem na sede e também em distritos de Mariana. (A Sirene, 2023).

Em face da ocorrência de desastres, ocorre um direcionamento dos recursos do município para amenizar as situações de urgência. De acordo com o modelo de atuação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) existem algumas estratégias para organizar a atuação do SUS frente a um desastre. Nesse sentido, o Comitê Operativo de Emergência em Saúde (COE Saúde) deve acompanhar o planejamento das atividades previstas junto à população e a outros órgãos governamentais com vistas a contribuir para a promoção da saúde. (Brasil, 2011).

No caso do rompimento/crime da barragem de Fundão, além das ações do município de Mariana na assistência à população atingida, existe a responsabilidade da empresa Samarco sobre o ocorrido/crime, devendo haver a participação desta nos devidos encaminhamentos e resoluções. Ações que devem ser elaboradas com base nas diretrizes da Política Nacional de Saúde e alinhadas às diretrizes municipais.

Uma questão que deve ser pautada e que evidencia a negligência e o descompromisso da Samarco com a população atingida é que apesar das ações previstas no TTAC nos diversos programas e projetos socioeconômicos e socioambientais, inclusive no âmbito da saúde, ocorrem, passados 08 anos, atrasos na execução dos projetos previstos, na entrega dos reassentamentos e descumprimentos nas ações de promoção integral em saúde.

Para continuidade das atividades realizadas anteriormente nos subdistritos, foi necessária a contratação de mais profissionais para compor a equipe multiprofissional e atender com eficácia e eficiência a população adscrita, com o objetivo de que ao surgimento de mínimas alterações do quadro de saúde desses usuários, a equipe estivesse apta a perceber, investigar rapidamente e tomar as medidas que se fizerem necessárias. Ressalta-se a importância de se manter e estabelecer vínculo entre equipe e comunidades. (Plano de Ação, 2019, p. 36).

No que se refere à saúde mental, houve o estabelecimento quantitativo de um corpo técnico base para atuar junto ao cuidado psicossocial dos(as) atingidos(as), desde janeiro de 2016. Com a ampliação do quadro de recursos humanos do município, foi prevista a contratação de 27 novos(as) profissionais na RAPS de Mariana com vistas a atender às famílias que sofreram deslocamento forçado, no território. Entre as novas

contratações, destacam-se 9 psicólogos(as), 6 terapeutas ocupacionais, 3 assistentes sociais, 2 oficinairos(as), 1 enfermeiro(a), 1 farmacêutico(a), 1 psiquiatra, 1 auxiliar administrativo, 1 gerente administrativo, 1 profissional de serviços gerais e assepsia e 1 motorista (Plano de Ação, 2019).

O Plano de Ação ainda pontua que cabe à Secretaria Municipal de Saúde monitorar as ações em saúde e à Fundação Renova fornecer infraestrutura, recursos humanos e financeiros para a realização das ações (Plano de Ação, 2019).

“Conviver” foi o nome votado entre o coletivo de profissionais que atuavam na equipe psicossocial de acompanhamento aos(às) atingidos(as), eleito para designar esta equipe específica, criando uma identidade para um serviço inédito e específico na RAPS de Mariana, em decorrência do rompimento/crime da barragem de Fundão.

Uma marca do Conviver é a árvore, a qual foi construída através de pintura na parede da recepção do serviço e conta com a presença de várias “mãos” que representam as folhas da árvore, com palavras que explicitam os sentimentos dos(as) atingidos(as) que são usuários(as) do serviço e também de profissionais que passam por ali e registram sua marca.

Imagem 17: Árvore que simboliza o Conviver



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

É no contexto do maior crime socioambiental (em curso) do país que então surge e se estrutura (se constrói e reconstrói diária e coletivamente) uma equipe de saúde mental específica na RAPS de Mariana. Nessa mesma conjuntura também chega uma população violentada, desterritorializada, marcada por dores, perdas e luto diante de um contexto abrupto do rompimento/crime da barragem e de destruição dos territórios originários dessas pessoas pelos rejeitos tóxicos. Uma população que carrega as feridas da necropolítica e de um modelo produtivo de mineração extrativista que explora, adocece, mata e causa sofrimento.

Destaca-se que desde o início do ano de 2016 até abril de 2021, o contrato dos(as) profissionais do Conviver era terceirizado devido às contratações terem sido efetuadas, no primeiro momento, via Fundação Renova (Samarco). Sendo assim, o contrato precarizado que ocorreu em caráter emergencial devido à necessidade concreta posta, se estendeu por 5 anos, representando uma instabilidade para os(as) trabalhadores(as), mas também uma fragilidade dos vínculos entre os(as) profissionais e os(as) usuários(as), além de representar a precarização das condições de trabalho no âmbito do Estado capitalista neoliberal mediante contratos temporários e violação dos princípios constitucionais.

Sendo assim, desde abril de 2021, os(as) profissionais do Conviver são contratados(as) pela prefeitura municipal de Mariana, devido à realização de processo seletivo. Nesse sentido, os(as) profissionais são vinculados(as) em termos trabalhistas à prefeitura municipal, mas ainda podem realizar certa mediação com a Fundação Renova por meio de encaminhamentos que são enviados da Fundação para o Conviver, solicitando atendimentos psicossociais, ou então por meio de contatos que digam respeito ao espaço físico – o qual ainda é subsidiado pela Fundação.

O histórico do serviço Conviver explicita um serviço que, devido ao seu ineditismo, foi (e permanece) sendo construído coletiva e cotidianamente a partir da equipe interprofissional²⁴ e dos saberes de cada profissional, mas também a partir de estudos, leitura crítica e produções científicas, especializações e, principalmente, no contato e na apreensão da realidade dos usuários, buscando entender o momento em que eles estão vivendo e quais têm sido suas demandas/necessidades. Tendo isso como norte

²⁴ Marcada pela “otimização do cuidado em saúde com vistas à saúde integral do usuário, por meio do trabalho interacional da equipe, todavia, considerando as especificidades dos núcleos profissionais”. (Araújo et al. 2017, p. 604).

é que, inicialmente e durante três anos e meio, o serviço era realizado de modo itinerante, no território onde os(as) atingidos(as) passaram a viver. Assim, o trabalho se efetivava buscando e mapeando as famílias no território, e contava com o apoio de uma base através de serviços já instalados no município para a realização de encontros entre os(as) profissionais e reuniões de equipe (que foi o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS 1; e o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil – CAPSij; e também a UBS Bento/Paracatu), ainda que com limitação de espaço físico e de salas para uso dos profissionais.

É importante destacar que, inicialmente, devido à ampliação do quadro de recursos humanos do município, subsidiado pela Samarco e Fundação Renova, não existia a pretensão, pelo menos inicial, de criar um espaço físico específico para os(as) trabalhadores(as) e usuários(as) do Conviver, pois a intenção era acolher as demandas desse público específico através dos serviços já existentes e do trabalho territorial junto a essas famílias. Contudo, a equipe Conviver foi se configurando e se consolidando de modo necessário enquanto um serviço direcionado a essa particularidade, com a realização de atividades e intervenções específicas que demandavam locais de encontro entre os(as) profissionais e usuários(as).

É evidente a importância do trabalho territorial e itinerante do Conviver, contudo, a inexistência de um local específico (casa) para a realização do trabalho profissional também denota a precarização das condições de trabalho tanto para os(as) profissionais quanto para os(as) usuários(as), diante da ausência de salas para atendimento individual de caráter sigiloso ou mesmo de atendimentos em grupo ou realização de oficinas; frente à falta de armários para guardar arquivos, prontuários e documentos de caráter sigiloso; bem como diante da falta de estrutura que viabilizasse mínimas condições de trabalho e que permitisse aos(às) profissionais tomar um café, usar o banheiro, guardar seus pertences, utilizar o telefone do serviço, computador, entre outros recursos necessários para a efetivação do trabalho profissional.

Tudo isso evidencia também a precarização do trabalho desses(as) profissionais, onde alguns(as) destes(as) relataram adoecimentos físicos decorrentes da rotina constante de longas caminhadas visto que o serviço ainda não possuía carro para os atendimentos domiciliares, então os(as) profissionais se direcionavam aos(às) usuários(as) em suas residências que situavam-se em diversos e distantes bairros da cidade, ou utilizavam espaços públicos para alguns atendimentos, intervenções e oficinas. Nesse ponto, é possível perceber que ao mesmo tempo que o cuidado era efetivado pelos(as)

profissionais, chegava um momento em que estes(as) também precisavam ser cuidados(as), mostrando os expressivos e continuados impactos da mineração e desse crime em curso.

Após anos de trabalho itinerante e territorial dividido em microrregiões, em que geralmente dois(duas) profissionais dirigiam seus maiores esforços e acompanhavam as famílias desse território de modo mais sistemático, inicia-se a reivindicação por um espaço físico próprio, destinado aos atendimentos e que servisse como um local de referência para os(as) usuários(as).

Diante de diversas reivindicações e marcado por lutas incansáveis, em setembro de 2019 foi inaugurada a sede do Conviver, localizada na Rua Genoveva Leão Ramos, nº 25 A – Centro de Mariana, próximo à UBS de referência Bento/Paracatu.

Imagem 18: Fachada da atual sede do Conviver



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Apesar de constar no Plano de Ação a contratação de 27 novos(as) profissionais para integrar a RAPS após o rompimento/crime da barragem de Fundão, atualmente a equipe do Conviver conta com apenas 11 profissionais. Composta por 3 psicólogos(as) (sendo 1 referência técnica), 3 terapeutas ocupacionais, 1 assistente social, 1 médico psiquiatra e 1 educador(a) social, tendo também 1 profissional da assepsia e 1 recepcionista. Sendo assim, existe um desfalque expressivo da equipe profissional

inicialmente prevista, o que também sobrecarrega os(as) profissionais atualmente contratados(as).

Pontua-se que, alguns(as) profissionais não realizam trabalho exclusivo na equipe Conviver, sendo que, uma psicóloga, um terapeuta ocupacional e um psiquiatra fazem parte do matriciamento²⁵, a educadora social tem sua atuação dividida em equipamentos da RAPS - considerando que essa é a organização atual da equipe – diferente de quando a equipe foi implementada em 2016, onde esta era mais ampla pois tinha um quantitativo maior de profissionais, inclusive de outras áreas de atuação, como arteterapeuta, por exemplo.

Destaca-se que desde o início da configuração do serviço Conviver em 2016, houve uma considerável substituição, rotatividade e direcionamento de profissionais desse serviço para o matriciamento, o que ocasionou e segue influenciando no esvaziamento do quadro de profissionais do serviço e o consequente enfraquecimento/perda de vínculos dos profissionais com os usuários, vínculos estes construídos ao longo do tempo, em um processo delicado que demanda transmissão de confiança entre profissional-usuário. Outros cargos que faziam parte do escopo inicial do serviço, os quais constam no Plano de Ação anteriormente mencionado, também foram extintos, como o oficinairo, arteterapeuta, auxiliar administrativo, gerente administrativo e o motorista. Isso evidencia a precarização do serviço e expressa os contornos de uma lógica maior, de desmonte dos direitos da população, nesse caso de uma população que segue sendo violentada, tendo os vínculos familiares, sociais e comunitários fragilizados.

As atividades do serviço são planejadas e organizadas semanalmente, através da reunião de equipe que delibera ações interventivas direcionadas para os cuidados psicossociais das famílias, indivíduos e membros das comunidades atingidas pelo crime do rompimento da barragem, através da ação de acolhimento, acompanhamento individual dos(as) usuários(as), busca ativa ou por meio do trabalho coletivo entre profissionais.

²⁵ Segundo Barros et. Al. (2015) *matriciar* significa compartilhar, apoiar, corresponsabilizar-se por determinada demanda de saúde apresentada por uma pessoa, uma família, ou uma comunidade. Trata-se de uma estratégia vinculada ao modo de operar, ou seja, às formas de viabilizar e organizar o desenvolvimento do trabalho entre duas equipes: uma delas, constitui-se como referência para o sujeito (individual ou coletivo) que demanda o cuidado; já a outra, não tem, necessariamente, relação direta com os usuários, mas, quando solicitada, deve auxiliar a ampliar a compreensão do caso, bem como as possibilidades de ação e resolução do mesmo.

Além disso, ocorrem articulações, quando necessárias, com outros dispositivos da rede, como Unidade Básica de Saúde (UBS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSij), Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelar, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensoria Pública, Assessoria Cáritas, Comissão dos Atingidos - Mariana, Fundação Renova (por meio dos encaminhamentos e articulação com terceirizadas) e com outras instituições, quando necessário.

Nesse sentido, a organização das relações de trabalho no Conviver foi sendo construída através do mapeamento do fluxo de atendimentos no contexto da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), do acolhimento aos(às) usuários(as), do atendimento (individual e coletivo) no serviço e nos territórios aos(às) atingidos(as), da articulação com a rede de matriciamento das Unidades Básicas de Saúde, da criação de grupos e oficinas para os(as) atingidos(as), através do suporte psicossocial escolar para as crianças e adolescentes, e no suporte aos(às) atingidos(as) de maneira geral.

Dentro da organização da estrutura administrativa do Conviver não existem salas específicas de atendimento para cada profissional, devido ao espaço ser pequeno, ou seja, inadequado para as reais demandas de atendimento. Pôde ser observado durante as visitas institucionais que fiz na companhia da supervisora de campo durante o estágio supervisionado no Conviver, aos equipamentos CAPS 1 e CAPS AD de Mariana que, essa falta de estrutura mínima para o funcionamento não ocorre somente no Conviver, ocorre também em outras instituições e serviços da rede municipal, tratando-se de uma questão estrutural do município, o que também revela uma precarização generalizada do trabalho dos(as) profissionais, imersos(as) em espaços pequenos, impróprios, sem acessibilidade para os(as) usuários(as) e precários para a atuação ética e sigilosa conforme consta nas normativas profissionais.

A atenção à saúde mental é prevista através da Política Nacional da Saúde Mental (PNSM), pela Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001 que, defende a oferta de serviços através das Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) em todo o país, prezando pelos serviços de qualidade e em prol da construção de um novo modelo de atenção à saúde mental, que promova a viabilização do acesso aos direitos dos(as) usuários(as), a favor da luta antimanicomial e da emancipação humana.

De acordo com o site do Ministério da Saúde (2020), a Política Nacional da Saúde Mental é uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Saúde, que possui diretrizes voltadas para a assistência à saúde mental de pessoas com questões mentais como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) ou que fazem o uso de substâncias psicoativas como álcool e drogas, entre outras questões.

Segundo o Ministério da Saúde (2020), o acolhimento dessas pessoas pela equipe multiprofissional é fundamental para a identificação das necessidades assistenciais, para o alívio do sofrimento e também para traçar novas estratégias de intervenção considerada terapêutica ou medicamentosa, de acordo com cada caso. É importante considerar que é previsto o atendimento a casos de urgência relacionados à saúde mental em toda a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de forma gratuita, em toda a Rede Pública de Saúde do país.

Cabe considerar também que, de acordo com a mesma lei citada acima, os direitos de atenção à saúde mental devem ser ofertados para qualquer pessoa, sem discriminação de gênero, raça, cor, orientação sexual, religião ou de qualquer outra natureza. Sendo de responsabilidade do Estado a prestação dos serviços de forma gratuita e de qualidade – conforme consta na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.080/1990, artigo 196.

Segundo Mota (1995), o neoliberalismo provocou fortes mudanças na seguridade social, privatizando os programas de previdência e saúde, e ampliando a assistência, em conformidade com as mudanças no mundo do trabalho e com a intervenção do Estado no social. Entretanto, conforme a autora, não podemos pensar no desmonte da seguridade social de uma forma mecânica, economicista e descolada da realidade concreta para não cair no equívoco de que elas não são mecanismos de regulação social. Então é preciso pensarmos na seguridade social como uma iniciativa política de classe, com objetivos historicamente demarcados pela e em prol da burguesia e da acumulação de capital.

Nesse cenário é que se colocam os desafios para o cumprimento da função social da seguridade social no Brasil, já que os serviços vêm se tornando cada vez mais mercantilizados e precarizados, desmontando a saúde pública e o acesso dos sujeitos aos serviços públicos de saúde por todo o país, sendo que por outro lado observa-se um crescimento dos setores privados de assistência à saúde.

Demarca-se que, o controle da política da saúde mental em questão é feito pelos governantes a nível Federal, Estadual e Municipal, através de mecanismos de distribuição

e controle de recursos destinados aos serviços da política de saúde mental, de maneira descentralizada – no entanto, é preciso demarcar que em decorrência do rompimento-crime da barragem de Fundão, as políticas sociais de Mariana-MG recebem recursos da Fundação Renova para o atendimento das consequências desse processo que permanece em curso na vida da população do município, principalmente dos(as) diretamente atingidos(as).

Aponta-se que, as demandas sociais voltadas para a instituição, considerando o Conviver como um serviço específico para os(as) atingidos(as) pelo crime-rompimento da barragem, são demandas relacionadas a questões de ordem assistencial tanto no que se refere à saúde mental, assistência social, previdência social ou área jurídica. Quando necessário, as demandas específicas de outros serviços são encaminhadas para as devidas instituições, destacando-se a responsabilidade da Samarco/Fundação Renova e demarcando a articulação entre os âmbitos público/privado presente nesse contexto específico.

Dessa maneira é que os objetivos do Conviver, nas atividades voltadas para a saúde mental, são ações de acolhimento, acompanhamento estratégico, escuta qualificada, busca ativa, intervenções e direcionamentos voltados para o acolhimento aos(às) atingidos(as) pelo rompimento/crime da barragem de Fundão, através da equipe interprofissional e das ações planejadas e desenvolvidas em prol da viabilização do acesso aos direitos dos(as) usuários(as), bem como da busca pela manutenção da saúde mental e da saúde integral dos(as) mesmos(as). Importante pontuar que o trabalho realizado pelo Conviver é um trabalho que está (e precisa estar) em constante transformação, acompanhando os processos dinâmicos de (re)produção da vida dos(as) atingidos(as), procurando entender o momento e o contexto que eles(as) estão vivenciando e se atendo a essas particularidades na direção das ações coletivas do serviço e nas intervenções com os(as) usuários(as).

A atuação da equipe é construída com as pessoas atingidas. Um trabalho de natureza instável, pois se modifica a todo tempo, mediante os processos de reconhecimento e garantia de direitos, de indenizações e dos reassentamentos. Essa elaboração acontece diante de cada necessidade da população atingida, seja com grupos, oficinas, rodas de conversa, visitas domiciliares, atendimentos individuais, incentivo ao resgate das festividades culturais e de lazer, entre outros, seguindo os modos de vida de cada comunidade. (A Sirene, 2023, p. 8).

De acordo com o CFESS (2022):

É nessa direção que é preciso defender a continuidade das ações, visando a enfrentar a realidade vivenciada após o momento de emergência, quando a mídia para de noticiar, o imediato passa e a realidade dos sujeitos e da família permanecem. (CFESS, 2022, p. 3).

A população usuária dos serviços ofertados pelo Conviver pode ser caracterizada quantitativamente em mais de 350 famílias que sofreram deslocamento forçado, composta por pessoas de diferentes faixas etárias, sendo parte integrada pela população infanto-juvenil, por adultos e pessoas idosas e que atualmente passam por processos de rupturas de alguns núcleos familiares e formação de novas composições familiares (devido a novas uniões conjugais). Considerando que foi uma população de alguns distritos (comunidades rurais) totalmente destruídos pelo crime do rompimento da barragem, e muitos(as) deles(as) nasceram e mantiveram suas relações cotidianas de trabalho e de vivências por toda a vida nos municípios atingidos (particularmente Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Pedras, Camargos e Campinas, entre outros municípios) pessoas que majoritariamente sofreram deslocamento forçado, com perda de parentes, amigos, moradia, documentos, pertences e toda uma trajetória e história de vida construída ao longo dos anos.

Grande parte da população usuária dos serviços do Conviver antes de ser atingida, desenvolviam suas atividades e garantiam sua subsistência através da agricultura, alguns eram trabalhadores(as) de empresa, e tinham vínculos empregatícios em comércios de Mariana. Também, algumas pessoas criavam outros meios de trabalho, como por exemplo, através da produção de artesanatos, alimentos caseiros e acima de tudo, tinham sua identidade afetiva, histórica, cultural, religiosa e humana que foi destruída com os rejeitos. Identidades essas que foram destruídas, mas que ainda lutam para continuar (r)esistindo, principalmente através dos encontros e festividades das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu, as quais muitas vezes são realizadas no território originário, como forma de manter as tradições e memórias culturais.

Relações de afeto construídas e passadas de amigos, gerações de famílias, estabelecidas com as pessoas da comunidade, que antes moravam próximas umas das outras, hoje são separadas pela distância, desarticuladas das redes de relações sociais devido às mudanças no território. (Gonçalves, 2019, p. 48)

Nesse sentido é que a população usuária é acompanhada de maneira sistemática pelos(as) profissionais do Conviver, através da promoção de atendimentos, visitas domiciliares, rodas de conversa, grupos de acolhimento, oficinas e projetos de intervenção elaborados pelos(as) profissionais ou pelo trabalho em equipe.

Além do vínculo no Conviver, parte da população usuária está presente em movimentos organizados como na Comissão dos Atingidos de Mariana, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Frente Mineira de Luta das Atingidas e Atingidos pela Mineração (FLAMA-MG). Espaços estes em que alguns(as) profissionais da equipe do Conviver também procuram participar como forma de fortalecer as lutas, acompanhar as pautas, reivindicações e o percurso da vida dos(as) atingidos(as).

Uma questão efetiva que pôde ser apreendida por este autor durante o percurso de estágio no Conviver é com relação à continuidade do Serviço, pois existe a dificuldade concreta de credenciamento do serviço enquanto um equipamento da RAPS de Mariana, o esvaziamento do quadro de profissionais e ausência de novas contratações, bem como o direcionamento dos profissionais para o matriciamento - mesmo entendendo e reconhecendo a importância das ações territoriais promovidas por essa prática. Questão esta que por diversas vezes era pauta das reuniões de equipe e da especialização que foi promovida no serviço, ocasionando questionamentos e reflexões no sentido de pensar qual a importância do serviço? quais são as demandas e requisições que chegam até o serviço? quais são as necessidades da equipe? qual o motivo de existirmos?; Entre reflexões, pensamentos e falas, sempre havia um momento de pausa e silêncio entre a equipe, na incerteza quanto ao futuro, mas majoritariamente convictos quanto à importância do trabalho realizado e do atendimento à população usuária. De modo pessoal, sempre reconheci a importância da existência e continuidade do Conviver no acolhimento e atendimento estratégico aos(as) usuários(as), do trabalho itinerante e territorial. Reconheço também a importância da manutenção do espaço físico do serviço, local de acolhida, encontro e promoção de saúde, mesmo que este tenha que ser deslocado em algum momento em virtude de necessidades concretas ou da importância de acompanhar o fluxo da vida dos(as) usuários(as) no reassentamento.

Convém ressaltar que, durante a pandemia da Covid-19 o Conviver atuou de modo a atenuar os impactos desta doença então ainda sem cura, de modo ampliado à população de Mariana como um todo, fornecendo apoio psicossocial por meio de atendimentos telefônicos, escuta ativa e orientações, respeitando as diretrizes sanitárias do SUS e da Organização Mundial de Saúde (OMS) com relação ao distanciamento social. Devido à inauguração do espaço físico do Conviver ter ocorrido em setembro de 2019 e à pandemia ter iniciado em março de 2020, o serviço ficou um expressivo período sem ser utilizado

presencial e fisicamente e conseqüentemente sem conseguir estabelecer contato direto e manutenção de vínculo presencial com os(as) usuários(as), no âmbito de algumas atividades que eram realizadas mas foram interrompidas, como o ‘cafézin com música’, que buscava reunir as famílias e fortalecer o vínculo entre a comunidade que antes vivia reunida e que após o rompimento/crime da barragem se distanciou; bem como no grupo de mulheres sob coordenação da assistente social em conjunto com a terapeuta ocupacional, ou ainda nas atividades promovidas nas escolas, junto às crianças e adolescentes.

Como a maior parte dos serviços e, especificamente como um serviço inédito e específico, em constante transformação que decorre dos processos de vida dos(as) atingidos(as), os(as) quais vivem na esperança do futuro reassentamento e que atende a uma particularidade decorrente de um crime da mineração em curso, muitos são os desafios cotidianos, mas também existem possibilidades, descobertas e fortalecimentos junto aos(às) usuários(as). Condições concretas de trabalho e limites relacionados a recursos humanos e financeiros; barreiras institucionais; fragilidade da própria política pública; mediação entre âmbito público/privado e seus desafios – fatores que são intrínsecos ao capital imperialista, imbricados no contexto de avanço do capitalismo ultraneoliberal e que afetam as relações de trabalho, pois os(as) profissionais do Conviver são contratados(as) e vendem sua força de trabalho no âmbito de um modo de produção historicamente consolidado e determinante. Contudo, deve-se ater ao “otimismo da prática” (Iasi, 2019) e visualizar as possibilidades de ação e atuação, de (re)construção da vida, das subjetividades e de emancipação humana. “[...] Mantendo vivas na memória as marcas das “tragédias”, para que elas se transformem em luta e para que nunca mais aconteçam” (CFESS, 2022, p. 4).

Por fim, é importante destacar enquanto pesquisador que teve parte de sua formação junto ao Conviver, que reconheço e reivindico a importância deste Serviço ser campo de estágio, pois a aproximação a um serviço dessa especificidade é fundamental e vai ao encontro da formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa em Serviço Social reivindicada pela profissão. Nesse mesmo sentido, convém destacar a importância de receber estagiários nas outras profissões existentes no serviço, como havia na psicologia e na medicina (psiquiatria), áreas também requisitadas para atuar nessa questão. Recordo que durante o período de estágio supervisionado, minha supervisora de campo pontuou que demorou alguns anos para receber estagiário, mesmo entendendo a

importância dessa ação e tendo feito uma especialização nesse âmbito na Universidade Federal de Juíz de Fora, pois de fato, antes de 2019 não havia um espaço físico destinado ao Conviver, fato que dificultava o trabalho dos próprios profissionais, e nesse sentido dificultaria a inserção de um estagiário dentro dos preceitos éticos da profissão de Serviço Social e das normativas acerca do estágio supervisionado, situação que foi superada e minha entrada em campo, sendo o primeiro estagiário de Serviço Social neste espaço é um marco a ser enfatizado na graduação em Serviço Social da UFOP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso buscou, a partir de uma retrospectiva e resgate sócio-histórico, explicitar o contexto macro e a particularidade do capitalismo dependente e o lugar ocupado pela América Latina, Brasil e Quadrilátero Ferrífero no bojo das relações de produção dessa ordem contraditória vigente, dando luz às relações estruturais econômicas, políticas e sociais que se estabeleceram desde a origem destes territórios. Também foi possível discorrer sobre o rompimento/crime da barragem de Fundão e a atuação mínima do Estado frente a esse contexto na perspectiva de garantia dos direitos dos(as) atingidos(as), evidenciando o posicionamento histórico que este assume no rol das relações econômicas capitalistas em prol da existência e manutenção do *status quo*.

A superexploração da força de trabalho é uma situação estruturante das relações de trabalho que se estabelecem no setor da mineração extrativista, onde observa-se o agravamento das condições de vida, sociabilidade e saúde dos(as) trabalhadores(as) vinculados à mineração. Do mesmo modo, o agravamento das expressões da questão social nos territórios minerados e, especificamente em Mariana-MG, lócus do rompimento-crime de 05 de novembro de 2015, em que desde então cada vez mais se amplia e se expressa a face contraditória e antagônica do capital.

Devido às condições objetivas e a expressiva burocracia que perpassou os trâmites institucionais, conforme apresentados na introdução, não foi possível realizar um maior aprofundamento empírico da condição de saúde mental dos(as) atingidos(as) após 08 anos do rompimento/crime da barragem de Fundão e do significado deste na vida dos(as) mesmos(as) por meio da entrevista com a assistente social do Serviço e do grupo focal com as famílias atingidas, como foi planejado nos objetivos específicos deste trabalho.

Contudo, grande foi o esforço teórico-metodológico para refletir e pautar essa questão através das produções científicas já existentes na literatura e de acordo com a experiência e acúmulo do autor no campo de estágio Conviver – serviço psicossocial que atua diretamente nessa particularidade. Assim, foi apresentado o Serviço Conviver e o público atendido a fim de melhor compreender a particularidade e o funcionamento deste serviço, bem como a atuação do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional.

Destaca-se que, existem poucas produções científicas relacionadas diretamente à temática central desse estudo, por isso a importância da efetivação do mesmo e de avançarmos nesse percurso enquanto profissão de Serviço Social. Reconhecemos não ser possível esgotar um assunto, pois a realidade é dinâmica e as condições objetivas, materiais e também as subjetividades e os modos de ser se alteram, por isso existe a necessidade constante de maiores aprofundamentos e desdobramentos teóricos em qualquer objeto de estudo, neste ora em tela também.

Por fim, procuramos demonstrar as consequências de um modelo de mineração pautado na dependência e baseado na busca desenfreada pelo lucro, onde as suas consequências deletérias para as vidas humanas, não humanas e para natureza pouco importam. Nesse alinhamento, os(as) atingidos(as) pelo maior crime socioambiental da história do país sofrem e reconhecem as consequências irreparáveis e continuadas dessa dinâmica produtiva que explora, adocece e mata, deixando o rastro de sua destruição inapagável na memória dos que viveram esse acontecimento que modificou suas vidas de um instante para outro e que possivelmente marcará gerações. Reconhecendo suas perdas, violações de direitos, adoecimento físico e psíquico, muitos desses sujeitos aprofundam a chamada ‘consciência de classe’ e se unem, ainda que cansados, na busca pela reconstrução de suas vidas, pelo reconhecimento de seus direitos e por uma nova forma de sociabilidade diferente dessa que está posta, sob o império do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx

A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, 2016-1. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene2sm>

- A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, 2016-2. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasurene/docs/asireneabrilfinalissuu>
- A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, 2016-3. Disponível em: https://issuu.com/jornalasurene/docs/a_sirene_ed6_setembro_issu
- A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, 2017. Disponível em: https://issuu.com/jornalasurene/docs/a_sirene_-_ed.20
- A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, 2017-1. Disponível em: https://issuu.com/jornalasurene/docs/a_sirene_ed14_maior_issuu
- A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, 2018. Disponível em: <https://jornalasurene.com.br/saude/2018/05/14/nos-adoeceram>
- A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasurene/docs/dezembro_2019_issuu
- A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, 2019-2. Disponível em: https://issuu.com/jornalasurene/docs/dezembro_2019_issuu
- A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, 2020. Disponível em: https://issuu.com/jornalasurene/docs/edi_o_45_-_janeiro_2020_issuu
- A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, 2021. Disponível em: https://issuu.com/jornalasurene/docs/edi_o_62_-_junho_de_2021_-_jornal_a_sirene_issuu
- A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, 2022. Disponível em: <https://jornalasurene.com.br/justica/2022/09/27/assessoria-juridica-da-caritas-mg-encerra-atividades-em-mariana#:~:text=Assessoria%20Jur%C3%ADdica%20da%20C%C3%A1ritas%20MG%20encerra%20atividades%20em%20Mariana,-Share%20on%20Facebook&text=No%20dia%20de%20setembro,em%20Mariana%20chegou%20ao%20fim.>
- A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, Maio 2023. Disponível em: https://issuu.com/jornalasurene/docs/maio_2023_v1_27x38/s/23977326
- A SIRENE. Jornal A Sirene. Mariana-MG, junho 2023. Disponível em: https://issuu.com/jornalasurene/docs/jornalasurene_junho23_altaissuu

Abramides, Maria Beatriz Costa. 80 anos do Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. In: Revista Serviço Social - São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/?format=pdf&lang=pt>

Agência Nacional de Mineração – ANB. Ano base 2020. Gov.br

Aguiar, Wanda Maria Junqueira; Ozella, Sergio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. Psicol. cienc. prof. [online]. 2006, v. 26, n. 2, p. 222-245. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/?format=pdf&lang=pt>

AIAAV. Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale. Relatório de insustentabilidade 2021. AIAAV, 2021. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio-de-Insustentabilidade-da-Vale-2021-1_compressed-1.pdf

Aid, Christian. O Impacto do rompimento da barragem em Brumadinho, Minas Gerais, nos direitos humanos das mulheres. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). 2023. Disponível em: <https://mab.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Estudo-viola%C3%A7%C3%B5es-dos-direitos-das-mulheres-Brumadinho.pdf>

Albuquerque, Guilherme; Silva, Marcelo. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. Saúde e Debate, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, Out-Dez 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Q4fVqRpm5XfVnfq8HSCymkH/?format=pdf&lang=pt>

Almeida, Patrique Jardel Rocha. Caldeira, Francois Isnaldo Dias. Gomes, Claudia. Do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial: a formação de profissionais da saúde no brasil. 2022. Disponível em: <https://revista.unifatecie.edu.br/index.php/rebesde/article/view/131/97>

Almeida, Silvio. O que é racismo estrutural. 2018.

Alves, Murilo da Silva. Carneiro, Karine Gonçalves. Souza, Tatiana Ribeiro de. Motta, Georgina Maria Vêras. Fantinel, Lucia Maria. Iorio, Gustavo Soares. Coelho, Tádzio Peters. Comunidades atingidas e territórios afetados pela mineração: realidades e resistências. Expressão Popular. 2020. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/files/2021/02/BAIXE-O-LIVRO-EM-PDF-AQUI.pdf>

Amaral, Antônio José Rodrigues do. Filho, Clóvis Ático Lima. Mineração.

Amarante, Paulo. (2007). Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Fiocruz. Disponível em: <https://taymarillack.files.wordpress.com/2017/09/212474750-amarante-p-saude-mental-e-atencao-psicossocial.pdf>

Amarante, Paulo. Nunes, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tDnNtj6kYPQyvtXt4JfLvDF/abstract/?lang=pt>

Amarante, Paulo. Torre, Eduardo Henrique Guimarães. “De volta à cidade, sr. cidadão!” — reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/VxnVVXZN4bD3bqCTVJwzxBQ/abstract/?lang=pt>

Anuário Mineral Brasileiro (AMB). Principais substâncias metálicas. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb_2020_ano_base_2019_revisada2_28_09.pdf

Arce, Vladimir Andrei Rodrigues. Sousa, Maria Fátima de. Práticas de Saúde Mental na Estratégia Saúde da Família: uma revisão das potencialidades e dos limites para a construção de um cuidado integrado. Rev Tempus Actas Saúde Coletiva. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26528>

Aráoz, H. M. Mineração, Genealogia do Desastre: O extrativismo na América como origem da modernidade. 1ª edição, [s.l.], Editora Elefante, 5 de jun. de 2020.

Araújo, Thaise Anataly Maria de (a); Vasconcelos, Ana Cláudia Cavalcanti Peixoto de (b); Pessoa, Talitha Rodrigues Ribeiro Fernandes (c); Forte, Franklin Delano Soares (d). Multiprofissionalidade e interprofissionalidade em uma residência hospitalar: o olhar de residentes e preceptores. Interface. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/XNR9GMyVnXx6v85LVPk3kLy/?format=pdf&lang=pt>

Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Enchentes, fome e miséria castigam cidades afetadas por rompimento da barragem de Mariana. 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/tv-assembleia/videos/video?id=1787764&tagLocalizacao=5884>

Augusto, Otávio. Lei Kandir: “nenhum centavo foi visto”, reclama governador de MG. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/lei-kandir-nenhum-centavo-foi-visto-reclama-governador-de-mg>

Barbosa, Marcelo Bruno Ribeiro; Abreu, Sara; Siqueira, Luiz Paulo Guimarães. Relatório Final Direitos Humanos e Mineração: Testemunho da Insustentabilidade. 2021.

Barcelos, E. Mineração e questão agrária: grandes projetos, regime de terras e a formação do latifúndio minero-exportador no contexto do projeto Minas Rio (2007-2014). Revista Nera, v. 24, n. 59, p. 62-87, dossiê, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8736>

Barros, Juliana de Oliveira; Gonçalves, Rita Maria de Abreu; Kaltner, Ronaldo Pires; Lancman, Selma. Estratégia do apoio matricial: a experiência de duas equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) da cidade de São Paulo, Brasil. Scielo. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.12232014>

Bastos, Lucas Grossi. Do sal da terra à sede do peixe: (Des) Governança, discurso e poder no desastre da Samarco/Vale/BHP. In: PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães (Orgs.). Mar de lama da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy; 2019.

Bertollo, Kathiúça. A mineração extrativista em Minas Gerais: “*ai, antes fosse mais leve a carga*”. Katálysis. Florianópolis. 2021.

Bertollo, Kathiúça. Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG. Tese de doutorado em Serviço Social. UFSC. Florianópolis. 2017.

Bertollo, Kathiúça. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. Temporalis. Brasília (DF). 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/11943>

Bock, Ana Mercês Bahia. Ferreira, Marcos Ribeiro. Gonçalves, Maria da Graça M. Furtado, Odair. Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/w5gPmcgxnB5w5ThhFkCyCtb>

Bragon, Rayder. Vítimas da lama protestam contra mudança de ações para Justiça Federal. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/02/04/vitimas-da-lama-protestam-contramudanca-deacoes-para-justica-federal.htm>

Brasil. Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. (2011). Plano nacional de preparação e resposta às emergências de saúde pública: Guia de preparação e resposta aos desastres associados às inundações para a gestão municipal do Sistema Único de Saúde. Brasília. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_preparacao_resposta_desastre_inundacoes_gestao_municipal_SUS.pdf

Bravo, Maria Inês Souza. Política de saúde no Brasil. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. ABEPSS/OPAS, 2006. Disponível em: http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/Politica_de_Saude_no_Brasil_Ines_Bravo

Camargo, Cylene Oliveira Santos Ferraz de Arruda. O município de Mariana: cidade integra o circuito de cidades históricas de Minas Gerais. Unicamp. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/01/17/o-municipio-de-mariana>

Carcanholo, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. Aurora. 2010.

Campos, Fabiana de Andrade. Memória histórica do massacre de Felisburgo: Um estudo sobre trauma psicossocial e processos de resistência. 2015. 158 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17101/1/Fabiana%20de%20Andrade.pdf>

Canguilhem, Georges. O normal e o patológico. Editora Forense Universitária. 2009. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/GeorgesCanguilhem-ONormaleoPatologico.pdf>

Carlos Drummond de Andrade. A montanha pulverizada. 1973. <http://revistadoisPontos.com/trilha-do-minerio/o-que-resta-da-montanha/>

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. 'CFESS Manifesta' aborda o trabalho da categoria em situações de calamidades. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1882#:~:text=O%20CFESS%20Manifesta%20aponta%20tamb%C3%A9m,socorro%20%C3%A0%20popula%C3%A7%C3%A>

[3o%20nesses%20casos.&text=Funcionamento%3A%20de%20segunda%20a%20sexta%20de%2012h%20%3A0s%2019h.](#)

Chesnais, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

Chesnais, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. Revista outubro. 2002.

Coelho, Tádzio, Peters. Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. Rio de Janeiro. Intratextos. 2012.

Coelho, Tádzio Peters; MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. A empresa, o Estado e as comunidades. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (Orgs.). Antes Fosse Mais Leve a Carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale / BHP Billiton. Marabá, PA: Editorial Iguana. Coleção, 2016. p.183-228 (Coleção A questão mineral no Brasil, v2)

Coelho, T. P. et al. O poder e a resistência dos movimentos populares e as alternativas ao modelo mineral brasileiro. In: ALVES, M. da S. et al. (org.). Mineração: realidades e resistências. São Paulo: Expressão popular, 2020.

Compensação Financeira Pela Exploração De Recursos Minerais (CFEM). Exclusivo: acidente da Samarco vai afetar balança comercial e derrubar arrecadação de royalties. O blog do royalty da mineração, 11 dez. 2015. Disponível em: <http://blog.cfem.com.br/2015/12/11/exclusivo-acidente-da-samarco-vai-afetar-balanca-comercial-e-derrubar-arrecadacao-de-royalties/>

Corrêa, Hugo Figueira. Carcanholo, Marcelo Dias. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. 2016.

Costa, Jonatas Maia da. Goulart, Daniel Magalhães. A saúde humana como produção subjetiva: aproximando clínica e cultura. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/XndwS4vSWJVvDXwmksJTC4g/?lang=pt>

Cristal Jr. Quadrilátero Ferrífero: entenda sobre a região. 2021. Disponível em: <https://cristaljr.com/quadrilatero-ferrifero-entenda-sobre-a-regiao/>

Dantas, Etienne Andrade de Medeiros. Borges, Livia de Oliveira. Saúde organizacional e síndrome de burnout em escolas e hospitais. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v12n1/v12n1a07.pdf>

Dias, Jéssica Elizabeth de Castro. A percepção da comunidade do município de Mariana/MG em relação às ações sociais e ambientais das empresas mineradoras que atuam na região. 2015.

Dos Santos, Theotônio. A teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro. 1998.

Eduardo Galeano. O livro dos abraços. Coleção L&PM POCKET, vol. 465. Porto Alegre. Impresso no Brasil em 2021.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Região Sudeste. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/regiao-sudeste>

Enes, Eliene Nere Santana; Bicalho, Maria Gabriela Parenti. Desterritorialização/reterritorialização: processos vivenciados por professoras de uma escola de educação especial no contexto da educação inclusiva. Belo Horizonte. 2014.

Estadão. Portal do Estado de São Paulo. Justiça Federal abre ação criminal contra 22 por tragédia de Mariana. 18 nov. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/11/18/justica-federal-abre-acao-criminal-contr-22-por-tragedia-de-mariana.htm>

Estado de Minas. MP convoca audiência para discutir ações da Fundação Renova em Mariana. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/06/14/interna_gerais,876457/mp-convoca-audiencia-para-discutir-aco-es-da-fundacao-renova-em-mariana.shtml

Estado (político-social). Vade Mecum. (s.d). Disponível em: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/estado-politico-social>

Estado. Para o Direito Público. Vade Mecum. (s.d). Disponível em: [https://vademecumbrasil.com.br/palavra/estado#:~:text=1\)%20Para%20o%20Direito%20P%C3%ABlico,que%20lhes%20d%C3%A1%20autoridade%20org%C3%A2nica.](https://vademecumbrasil.com.br/palavra/estado#:~:text=1)%20Para%20o%20Direito%20P%C3%ABlico,que%20lhes%20d%C3%A1%20autoridade%20org%C3%A2nica.)

Evaristo, Conceição. Olhos d'Água. 1 edição. 14 reimpressão. Editora Pallas. Rio de Janeiro. 2020.

Exame.com. Com economia agonizante, Mariana quer volta de Samarco, 15/03/2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/com-economia-agonizante-mariana-quer-volta-de-samarco/>

Farias, João Guilherme A. RESENHA Os conceitos fundamentais da crítica marxista do direito de Evgeni Pachukanis. USP. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/FCPnx3yxNwFHTNGfdvLX8sq/?format=pdf&lang=pt>

FIEMG. Fonte de renda e crescimento, a indústria da mineração é a história de Minas Gerais. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/especial-publicitario/fiemg-industria-com-voce/mineracao/noticia/2021/10/18/fonte-de-renda-e-crescimento-a-industria-da-mineracao-e-a-historia-de-minas-gerais.ghtml>

Fleck, Isabel. Em NY, ministro diz que Mariana foi 'fatalidade' e defende fim da Renca. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/09/1920131-em-ny-ministro-diz-que-mariana-foi-fatalidade-e-defende-fim-da-renca.shtml>

Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/cadernosperseu_florestanfernandesconstituente_completo_0.pdf

Fonseca, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. Disponível em: Termo de Mariana. História e Documentação. Mariana: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 1998. Disponível em: https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/termo_de_mariana_1.pdf?m=1525724445

Forti, Valéria. Guerra, Yolanda. Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/forti-e-coelho-201804131240139253780.pdf>

Fundação Renova. Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). 2016. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>

Fundação Renova. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/sobre-o-termo/>

Fundação Renova. Substituição de cartões de auxílio financeiro chega em sua fase final. 29 jun. 2017. 2017a. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/noticia/substituicao-de-cartoes-de-auxilio-financeiro-chega-em-sua-fase-final>

Gandin, Danilo. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. Currículo sem fronteiras, v.1, n.1, p. 81-95, 2001. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2001/vol1/no1/4.pdf>

G1.Globo. MP entra na Justiça para impedir publicidade da Fundação Renova, criada para reparar danos aos atingidos de Mariana. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/05/12/mp-entra-na-justica-para-impedir-publicidade-da-fundacao-renova-criada-para-reparar-danos-aos-atingidos-de-mariana.ghtml>

G1.Globo - 'É muito dolorido', diz morador de Barão de Cocais obrigado a sair de casa por risco de rompimento de barragem da Vale. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/03/04/e-muito-dolorido-diz-moradora-de-barao-de-cocais-obrigada-a-sair-de-casa-por-risco-de-rompimento-de-barragem-da-vale.ghtml>

G1.Globo – “Mesmo com fim de emergência em barragem, moradores de Barão de Cocais não podem voltar para casa”. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/10/11/mesmo-com-fim-de-emergencia-em-barragem-moradores-de-barao-de-cocais-nao-podem-voltar-para-casa.ghtml>

G1 MG. Veja lista de mortos e desaparecidos no rompimento de barragem em MG. G1 Globo, 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/minas_gerais/noticia/2015/11/veja-lista-de-desaparecidos-no-rompimento-de-barragens.html.

Galeano, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. Tradução de Sérgio Faraco. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4194484/mod_resource/content/1/As%20veias%20abertas%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf

Gomes, E. R. B., & Cavalcante, A. C. S. (2012). Desastres naturais: perdas e reações psicológicas de vítimas de enchente em Teresina-PI. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 720-728. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/wM9bV9vhYbkLfwHFBWT3CqB/?lang=pt>

Gonçalves, Aparecida Maria. Rompimento da Barragem da Samarco em Mariana – MG: vozes sobre um crime ambiental em curso. Periódicos UFJF. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2019.v19.27785>

Gonçalves, Ricardo; Pinto, Raquel Giffoni; Wanderley, Luiz Jardim. Conflitos ambientais e pilhagem dos territórios na bacia do rio doce. In: Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. iGuana. 2016.

Grossi, Mônica Aparecida. Capitalismo e questão ambiental: contribuições da tradição marxista. Libertas. Juiz de Fora. 2009.

Gudynas, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. 2012. Disponível em: <http://extractivismo.com/wpcontent/uploads/2016/07/GudynasNovoExtrativismoProgressistaBr12.pdf>

Harvey, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola. São Paulo. 2008.

Harvey, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo. Boitempo. 2011. Disponível em: <https://escoladequadrosmes.files.wordpress.com/2014/01/oenigmadocapital-eascrisisdocapitalismo.pdf>

Haesbaert, Rogério. Viver no limite. Contenção Territorial: “Campos” e Novos Muros. 2014. Disponível em: https://videlavivero.bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitaes/6807/003-haesbaert-beg-102.pdf

Iamamoto, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. ABEPSS, Brasília,

Grafline, v. 2, n. 3, p.9-32, jan./jun.2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf

Iamamoto, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000. Disponível em: <https://wandersoncmagalhaes.files.wordpress.com/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>

Iamamoto, Marilda Villela. Carvalho, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. Ed. São Paulo. Cortez, 2014.

Iasi, Mauro Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/bwh6wBvg87WnLx35Z8wPVvr/?format=pdf&lang=pt>

Matos, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/zKqHPXTYyTSPvMBrGZnzgjm/?format=pdf&lang=pt>

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente d dos Recursos Naturais Renováveis, 2015. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/noticias/66-2015/205-onda-de-rejeitos-da-samarco-atingiu-663-km-de-rios-e-devastou-1-469-hectares-de-terras>

Jardim, Pedro Martins. Jardim, Kelley Soares Santos. Modelo biopsicossocial: uma questão teórica ou epistemológica? Editorial. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Pedro-Jardim-5/publication/344515705_MODELO_BIOPSISSOCIAL_UMA_QUESTAO_TEORICA_OU_EPISTEMOLOGICA_Editorial_-_AGOSTO_2020/links/5f7db517458515b7cf6c9d14/MODELO-BIOPSISSOCIAL-UMA-QUESTAO-TEORICA-OU-EPISTEMOLOGICA-Editorial-AGOSTO-2020.pdf

Jorge, Danielle Passos. Oliveira, Marina Paula. Silva, Simone. Sousa, Verônica Viana de. Poder, sedução e autopromoção das empresas de mineração em territórios atingidos por

desastres criados em fundão e no córrego do feijão. In: Mineração: realidades e resistências. Editora Expressão Popular. 2020. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/files/2021/02/BAIXE-O-LIVRO-EM-PDF-AQUI.pdf>

Júnior, Francisco da Costa. Medeiros, Marcelo. Alguns conceitos de loucura entre a psiquiatria e a saúde mental: diálogos entre os opostos. Psicologia USP. São Paulo. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/SmDWPDPKdsktMJJ5nS7tFGh/?lang=pt>

Júnior, Onofre Alves Batista. A lei kandir a ofensiva ao equilíbrio federativo. UFMG. Belo Horizonte. 2018. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1919/1813>

Júnior, Caio Prado. História Econômica do Brasil. 9ª. Ed. São Paulo. 1969.

Júnior, Paulo Gracino. Da cidade patrimônio a cidade partida. Patrimônio e Memória, Assis, v.3, n.2, p. 147-170, 2007. ISSN 1808-1967. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/127/0>.

Lage, Nilmar. "Cada dia que passa, o crime só renova", diz atingida por crime ambiental em Mariana. Brasil de Fato. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/05/a-cada-dia-que-passa-o-crime-so-renova-diz-atingida>

Lei de Crimes Ambientais - Lei 9605/98. Atg. 54. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm

Lei N. 10.216, de 6 de Abril de 2001 Política Nacional da Saúde Mental. Disponível em: <http://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1038413/politica-nac-saude-mental.pdf>

Lei 8080/90. Planalto.gov. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm#:~:text=Art.%203%C2%BA%20A%20sa%C3%BAde%20tem,organiza%C3%A7%C3%A3o%20social%20e%20econ%C3%B4mica%20do

Lima, Telma Cristiane Sasso de; Mioto, Regina Célia Tamasso; Prá, Keli Regina Dal; A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações

acerca do diário de campo (The documentation in the daily life intervention of social workers: some considerations concerning the field diary). Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 93-104. jan./jun. 2007.

Lima, Telma Cristiane Sasso. Mioto, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Katálisis. Florianópolis, 2007.

Lima, Marie Madeleine Hutyra de Paula. Será a hora de renacionalizar a Vale? Combate racismo ambiental. 2022. Disponível em:

<https://racismoambiental.net.br/2022/12/05/sera-a-hora-de-renacionalizar-a-vale-por-marie-madeleine-hutyra-de-paula-lima/>

Limonad, Ester. Monteiro, João C C. Mansilla, Pablo Quiñones. Barbosa, Jorge Luiz. Planejamento territorial, reflexões críticas e práticas alternativas. São Paulo: Max Limonad. 2021. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=7XFEEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT334&dq=minera%C3%A7%C3%A3o+extrativista+no+governo+temer&ots=5BAmmcZoQ8&sig=JJxJqcOHDeoCpUC3jaFO5KWq530#v=onepage&q=minera%C3%A7%C3%A3o%20extrativista%20no%20governo%20temer&f=false>

Lira, Sérgio Roberto Bacury. A questão tributária e a problemática da arrecadação fiscal em decorrência da mineração industrial na Amazônia. NAEA, v. 6, n. 1, p. 27-64, jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/82/0>

Lira Itabirana. Carlos Drummond de Andrade. 2019. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2019/08/lira-itabirana/>

Lopes, Rafael Tadeu Rodrigues. Mineração e Desenvolvimento: uma análise da maldição dos recursos naturais para os estados brasileiros. São Paulo. 2013.

Lordelo, Lia da Rocha. Tenório, Robinson Moreira. A consciência na obra de L.S. Vigotski: análise do conceito e implicações para a Psicologia e a Educação. São Paulo. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Yjh8kXtTw3f9shHXc4L3zSz/?format=pdf>

Lukács, Gyorgy. Para uma ontologia do ser social II. Boitempo. 2010.

Madruga, Joka. Grávida sofre aborto durante avalanche de lama da Samarco/Vale. Tragédia em Mariana (MG), 30 nov. 2015. Disponível em: <https://mab.org.br/2015/11/30/gr-vida-sofre-aborto-durante-avalanche-lama-da-samarco-valebhp-billiton/>

[5D=tnc_tax_936&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=66&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN&search=interpreta%C3%A7%C3%B5es&pos=1&source_1ist=term&ref=%2Feditora%2Fartigo-em-revista-academica%2F](#)

Mello, Lawrence Estivalet de. Malta, Maria de Mello. A relação entre base, superestrutura e consciência social em Marx. Revista da sociedade brasileira de economia política. 2017.

Meneghin, Guilherme de Sá. Promotor de Justiça. Restituição, compensação e ...confusão. Jornal A SIRENE, Mariana, Ano.4, n.39, Junho 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/junho_2019

Mészáros, István. A crise estrutural do capital. Boitempo. 1998.

Milanez, Bruno; Santos, Rodrigo dos; Mansur, Maíra Sertã. A firma e suas estratégias corporativas no pós-boom das commodities. In: Antes fosse mais leve a carga. 2016.

Milanez, Bruno. Desastres, ruínas e desafios do extrativismo mineral brasileiro: a regulação das barragens de rejeito de mineração. Editora Aurora, São Paulo. 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/59784>

Minas Gerais. Mudanças no arcabouço jurídico. 2019. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/mudancas-no-arcabouco-juridico#:~:text=Em%20seu%20art.,do%20potencial%20de%20dano%20ambiental>.

Mineração e crise do capital. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.18, n.2, p.170-182 ago./dez.2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18600/9726>

Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Saúde Mental. Brasília/DF. 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf

Ministério da Saúde - Governo Federal. Saúde mental. Saúde de A a Z. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>

Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana/MG Relatório Institucional. “O Ministério Público de Minas Gerais na defesa dos Direitos Humanos face ao maior desastre socioambiental do Brasil”. 2016. Disponível em: <https://rompimentodabarragemdefundaoftmpmg.files.wordpress.com/2017/03/realtdireitos-humanos-mariana.pdf>

Ministério Público Federal; Ministério Público Do Estado De Minas Gerais. Parecer N 279/2018/SPPEA. Força Tarefa Rio Doce-MPF, Força Tarefa MPMG -caso Samarco. 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/parecer-no-279-2018>

Ministério Público Federal. Linha do Tempo – caso Samarco. 2015. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/atuacao-do-mpf/linha-do-tempo>

Ministério Público Federal. O desastre. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>

Mota, Ana Elizabete. Cultura da crise e seguridade social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. Editora Cortez. São Paulo, 1995. Disponível em: <docsity-mota-ana-elizabete-cultura-da-crise-e-seguridade-social-um-estudo-sobre-as-tendencias-da-previdencia-e-da-assistencia.pdf>

Moura, Clovis. História do negro brasileiro. São Paulo. 1992.

Mourão, Maria da Graça Menezes. Mineração do Ouro nas “minas gerais” do Século XIX: viajantes estrangeiros e política econômica. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 11, Vol. 04, pp. 109-141 Novembro de 2018. ISSN:2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/mineracao-do-ouro>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/historia/mineracao-do-ouro

Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://mab.org.br/wp-content/uploads/2021/02/AN%C3%81LISE-DO-MAB-SOBRE-O-CRIME-CAUSADO-PELO-ROMPIMENTO-DA-BARRAGEM-DA-SAMARCO-VALEBHP-BILLITON.pdf>

Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB. Linha do tempo. Disponível em: <https://mab.org.br/linha-do-tempo/>

Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB. Dois anos do crime da Vale em Brumadinho. 2021. <https://mab.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Dois-anos-Justi%C3%A7a-s%C3%B3-com-luta-e-organiza%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Netto, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social/ José Paulo Netto – 8. ed. – São Paulo, Cortez, 2011. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-201804131301011456100.pdf>

Netto, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 12. Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

Netto, José Paulo. Braz, Marcelo. Economia Política – uma introdução crítica. Cortez. 2006.

Netto, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. Expressão Popular. São Paulo, 2011.

Neves, Maila de Castro Lourenço *et al.* (Org.). PRISMMA: Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Belo Horizonte: Corpus, 2018. Disponível em: https://ufmg.br/storage/3/5/1/4/3514aa320d36a17e5d5ec0ac2d1ba79e_15236492458994_644662090.pdf

Nogueira, Vera Maria Ribeiro. Estado de bem-estar social - origens e desenvolvimento. Katálysis. 2001.

Oliveira, Betty. A dialética do singular-particular-universal. 2012. Disponível em: <http://evoluieducacional.com.br/wp-content/uploads/2012/08/OLIVEIRA-B.-A-Dialetica-do-Singular-Particular-Universal.pdf>

Oliveira, Edistia Maria Abath Pereira de. Chaves, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GhVdbyXB4rmF4qgcbQzhKxF/>

Oliveira, Maria Amélia de Campos. Egry, Emiko Yoshikawa. A historicidade das teorias interpretativas do processo saúde-doença. USP. São Paulo. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reensp/a/9pCLGTRV9LMh9TN7tVmcKgb/?format=pdf>

Onocko-Campos, Rosana Teresa. Saúde mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios. Cadernos de Saúde Pública. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LKMxbhKYbPHqP8snJjHwsLQ/?format=pdf&lang=pt>

Oliveira, N. Minas já sofreu com outros rompimentos de barragens. O Tempo, belo Horizonte. 5 nov. 2015.

Osório, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. Outras expressões. São Paulo. 2014.

O Tempo. Ouro Preto é a cidade com maior número de barragens de rejeitos em risco do país. Por José Vítor Camilo. 2023. Disponível em: https://www.otempo.com.br/cidades/ouro-preto-e-a-cidade-com-maior-numero-de-barragens-de-rejeitos-em-risco-do-pais-1.3289718?utm_campaign=later-linkinbio-otempo&utm_content=later-39776027&utm_medium=social&utm_source=linkin.bio

Pacheco, Flavio Gibim. Industrialização sob o governo juscélino kubitschek: plano de metas e seus impactos na economia brasileira. PUC-RJ. 2010.

Pais, Marco Antônio de Oliveira. Considerações em torno do conceito do feudalismo. UFPE. 1978. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24675>

Passos, F. L.; COELHO, P.; DIAS, A. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. In: Cadernos Metr pole, São Paulo, v. 19, n. 38, pp. 269-297, jan/abr de 2017.

Penido, Marina. Bio(necro)política da minera o: quando o desastre atinge o corpo-território. Revista brasileira de geografia. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7320644>

Pereira, Jessica Aparecida. A produ o de conhecimento sobre a questão ambiental no serviço social: análise dos ENPESS e CBAS no período de 2012 a 85 2016. 2018. 189 f. Disserta o (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

Pereira, Luiz Carlos Bresser. Estado, Estado-na o e formas de intermedia o política. São Paulo. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/3WBTjZLvpPzdLqdxxbCVNTQ/?lang=pt&format=pdf>

Pinheiro, Armando Castelar. A justiça e o custo brasil. REVISTA USP • São Paulo • n. 101 • P. 141-158 • março/Abril/maio 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/87823/90744>

Peres, Karina. JARDIM DE MARIANA RECEBE A EXPOSI O “O FANTÁSTICO MUNDO MARINHO”. Jornal O Liberal. 2022. Disponível em: <https://site.jornaloliberal.net/noticia/7187/jardim-de-mariana-recebe-a-exposicao-o-fantastico-mundo-marinho>

Planalto.Gov. Constitui o. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Planalto.Gov. LCP87. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm

Plano de A o. Atualiza o do Plano Municipal de Planejamento e Gerenciamento de A o de Recupera o em Saúde após o Rompimento da Barragem de Rejeito da Samarco em Bento Rodrigues, Mariana – MG. VERSÃO - 02/2019 Mariana, setembro de 2019. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/plano-de-acao-mariana.pdf>

Pontes, Nicole Alves Espada. O rompimento da Barragem Fundão-MG: questão ambiental e crimes industriais sob a lógica capitalista. 2017. 159 f. Disserta o (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

Prado Filho, José Francisco do; Souza, Marcelo Pereira de. O licenciamento ambiental da mineração no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais: uma análise da implementação de medidas de controle ambiental formuladas em EIA/RIMA. Engenharia Sanitária Ambiental, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p.343-349, out./dez. 2004.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Clacso. 2005.

Reis, Marcelo Braz Moraes dos. Notas sobre o projeto ético-político do serviço social. In: Assistente Social: Ética e Direitos. Coletânea de Leis e Resoluções. Volume 1. CRESS 7ª região. 2008. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/etica-e-direitos-volume1.pdf>

Resende, Heitor. Política de Saúde Mental no Brasil: uma visão histórica. Petrópolis, 1987. Disponível em: <https://www.fmb.unesp.br/Home/ensino/Residencia/girar-resende-h--politica-de-saude-mental-no-brasil--uma-visao-historica--pdf.pdf>

Revista Dois Pontos. Pico do Cauê. 2013. <http://revistadoispontos.com/trilha-do-minerio/o-que-resta-da-montanha/>

RICMS/SP, Art 7º. Disponível em: <https://legislacao.fazenda.sp.gov.br/Paginas/art007.aspx>

RICMS/MG, 2023. Disponível em: http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/ricms2023/anexo2023.pdf

Ridart, Ananda. Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). 2021. Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2021/11/01/25-anos-de-lei-kandir-quem-ganhou-e-quem-perdeu/>

Rodrigues, L. Acordo amplia benefícios de empregados demitidos pela Samarco. Agência Brasil, Belo Horizonte, 18 de nov. de 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/acordo-amplia-beneficios-de-empregados-demitidos-pela-samarco>

Roeser, Hubert M. P; Roeser, Patrícia A. O Quadrilátero Ferrífero-MG, Brasil: aspectos sobre sua história, seus recursos minerais e problemas ambientais relacionados. Geonomos, v. 18, n. 1, p.33-37, 2010. Disponível em:

[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/8341/1/ARTIGO_Quadril%
1teroFerr%c3%adferoBrasil.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/8341/1/ARTIGO_Quadril%c3%a1teroFerr%c3%adferoBrasil.pdf)

Roland, Manoela Carneiro et al. Negociação em contextos de violações de Direitos Humanos por empresas: Uma breve análise dos mecanismos de solução negociada à luz do caso do rompimento da barragem de Fundão. In: PoEMAS Versos textos para discussão, Rompimento da barragem de Fundão Dossiê TAC Governança. 2018, v.2, n.1, p.3-25. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/RPRD-2018-Dossi%C3%AA-TAC-Governan%C3%A7a-versos.pdf>

Rotelli, Franco. A instituição inventada. Publicado na Revista "Per la salute mentale/ For mental health" 1/88 – do “Centro Studi e Ricerche per la Salute Mentale della Regione Friuli Venezia Giulia” 2012. Disponível em: <https://saudeecosol.files.wordpress.com/2012/10/a-instituic3a7c3a3o-inventada-franco-rotelli1.pdf>

Sá Meneghin, Guilherme de. Relatório Institucional: O Ministério Público de Minas Gerais na defesa dos Direitos Humanos face ao maior desastre socioambiental do Brasil. 22 Out. 2017. Disponível em: https://rompimentodabarragemdefundaofmpmg.files.wordpress.com/2017/03/realt_rio-direitos-humanos-mariana.pdf

Santos, M. A. L. (2018). *Eu quero minha liberdade de volta! Saúde mental e atenção psicossocial junto aos adolescentes atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão*. (Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte). Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34236>

Santos, Marcela Alves de Lima; Modena, Celina Maria; Núncio, Antônio Araújo Sol. Território e desterritorialização: o sofrimento social por desastre ambiental decorrente do rompimento de barragens de mineração. Saúde debate | rio de janeiro, v. 44, n. Especial 2, p. 262-271, julho 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hNYv4Mw6gvDHBBsvT7vrhMQ/>

Santos, Rodrigo Salles Pereira; Wanderley, Luiz Jardim. Dependência de barragem, alternativas tecnológicas e a inação do Estado: Repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento de Fundão. In: ZONTA, Márcio e TROCATE Charles (Org.). Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2016. p. 87-137 (Coleção A questão mineral, v. 2).

Santos e Milanez (2017), no texto intitulado A construção do desastre e a ‘privatização’ da regulação mineral: reflexões a partir do caso do Vale do Rio Doce. Disponível em:

<https://www.ufjf.br/poemas/files/2016/06/Santos-Milanez-2018-A-Constru%C3%A7%C3%A3o-do-Desastre-e-a-Privatiza%C3%A7%C3%A3o-da-Regula%C3%A7%C3%A3o-Mineral-com-capa.pdf>

Silva, André Fabrício; Faulhaber, Priscila. Bento Rodrigues e a memória que a lama não apagou: o despertar para o patrimônio na (re)construção da identidade no contexto pós-desastre. Rio de Janeiro. 2020.

Silva, Camilla Veras Pessoa da. Lama, luto e luta: a vivência dos atingidos pelo desastre da Samarco e a organização popular no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como estratégia de enfrentamento. Dissertação de mestrado. PUC-SP. 2017. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/19882>

Silva, Camilla Veras Pessoa da. Subjetividade-corpo-terra-território: Os impactos psicossociais e a resistência das mulheres atingidas pelo rompimento da barragem da mineração na bacia do rio Doce em Minas Gerais. Tese de Doutorado. São Paulo. 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/30837/1/Camilla%20Veras%20Pess%C3%B4a%20da%20Silva.pdf>

Silva, Maria das Graças e. Capitalismo contemporâneo e “questão ambiental”: o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço Social. UFPE. Recife. 2008.

Silva, Marlon Garcia da. A filosofia como complexo ideológico na obra tardia de györgy lukács. Tese de Doutorado. UFSC. Florianópolis. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193458/PGSS0206-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>

Silva, Rene Gonçalves Serafim; Silva, Vicente de Paulo da. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D'água em Uberlândia-MG. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/xfsyRWFcSJdHxJQXBdH9kqF/?lang=pt>

Sindicato unificado dos petroleiros do estado de São Paulo – Sindipetrosp. 2021. Disponível em: <http://sindipetrosp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/JP2021-NOV1125aprovar.pdf>

Smith, Neil. Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Sobreira, Frederico. Mineração do Ouro no período colonial: alterações paisagísticas antrópicas na serra de Ouro Preto, Minas Gerais. UFPR. 2014.

Souza, Diego de Oliveira; Silva, Sóstenes Ericson Vicente da; Silva, Neuzianne de Oliveira. Determinantes Sociais da Saúde: reflexões a partir das raízes da "questão

social". Saúde e Sociedade [online], v. 22, n. 1, p. 44-56, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000100006>

Souza, Rafael de Freitas e. Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: A Mina da Passagem de Marian. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.8.2009.tde-02122009-114854.

Teixeira, Bruno. As condições laborais na mineração extrativista no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. In: Aula da disciplina Trabalho e Sociabilidade e disciplina Classes e Movimentos Sociais. Mariana-MG, 2021.

Tribunal Regional do Trabalho (TRT) Rompimento em Brumadinho, maior acidente de trabalho do Brasil, completa três anos. Disponível em: <https://portal.trt23.jus.br/portal/noticias/m%c3%basica-do-dia-rompimento-em-brumadinho-maior-acidente-de-trabalho-do-brasil-completa-tr%c3%aas#:~:text=o%20rompimento%20da%20barragem%20da,desastre%20industria%20do%20s%c3%a9culo%20xxi>.

União et al. Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>

Valêncio, Norma. Sociologia dos desastres: perspectivas para uma sociedade de direitos. (2011). Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/emergencias_e_desastres_final.pdf

Valêncio, Norma. (2009). Vivência de um desastre: uma análise sociológica das dimensões políticas e psicossociais envolvidas no colapso de barragens. In N. Valêncio, M. Siena, V. Marchezini, J. C. Gonçalves (Orgs.), Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil (pp. 176-196.). São Carlos, SP: Rima. Disponível em: <https://defesacivil.es.gov.br/Media/DefesaCivil/Publicacoes/Outros/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf>

Varejano, Igor. Mariana tem aumento de quase R\$ 50 milhões na arrecadação em comparação com 2022. Jornal Galilé; jun 28, 2023. Disponível em: <https://galile.com.br/mariana-50-milhoes-na-arrecadacao/>

Varejano, Igor. Mariana recebeu hoje repasse do Cfem; R\$ 13 milhões no caixa da Prefeitura. Jornal Galilé; 25 jul, 2023. Disponível em: <https://galile.com.br/mariana-repasse-do-cfem/>

Varejano, Igor. Mariana arrecadou quase R\$ 3 milhões por dia em outubro; orçamento de 2024 pode ser de R\$ 1 bilhão. *Jornal Galilé*; 13 dez, 2023. Disponível em: <https://galile.com.br/mariana-arrecadou-quase-r-3-milhoes-por-dia/>

Vasconcelos, Ana Carolina. Após rompimento da barragem da Vale, crescem casos de sofrimento mental em municípios atingidos. *Brasil de Fato*. 06 jul, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2022/07/06/apos-rompimento-da-barragem-da-vale-crescem-casos-de-sofrimento-mental-em-municipios-atingidos>

Vermelho.org. A esquerda bem informada. Atingidos repudiam suspensão de processo criminal contra a Samarco. Por Alessandra Monterastelli. 2017. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2017/08/08/atingidos-repudiam-suspensao-de-processo-criminal-contra-a-samarco/>

Vidal Meneghini, N. ., Goulart de Sena Orsini, A. ., Sousa Gonçalves, I., & Castro Sander Morais, J. . (2021). RACISMO AMBIENTAL E ACESSO À JUSTIÇA PELA VIA DOS DIREITOS: Uma reflexão sobre o desastre ambiental em Brumadinho e os desafios para a concretização da Agenda 2030. *J² - Jornal Jurídico*, 4(2), 092–108. <https://doi.org/10.29073/j2.v4i2.342>

Vigotsky, Lev Semionovitch. *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*: São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf

Vigotsky, Lev Semionovitch. *Psicologia pedagogica*. 1926. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/attach/74436116/140462358-PSICLOGIA-PEDAGOGICA-PRIMERA-PARTE.pdf>

Vieira, S. S., & Neves, C. A. B. (2017). Cuidado em saúde no território na interface entre Saúde Mental e estratégia de da Saúde da Família. *Fractal: Revista de Psicologia*, 29(1), 24-33. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5115/4966.doi:10.22409/1984-0292/v29i1/1375>

Vladimir Lênin. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Nova Palavra. Brasília. 2007.

Wanderley, Luiz Jardim; Leão, Pedro Catanzaro da Rocha. Violência no campo da mineração e do garimpo. Brasil. 2023.

Wanderley, Luiz Jardim; Mansur, Maíra Sertã; Pinto, Raquel Giffoni. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: Milanez, Bruno; Losekann, Cristiana. Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 39-90. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Milanez-2016-Desastre-no-Vale-do-Rio-Doce-Web.pdf>

Wanderley, Luiz Jardim. Do Boom ao Pós- Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. Versos: Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 1, p.1-7, ago. 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Wanderley-2017-Do-Boom-ao-P%C3%B3s-Boom-das-commodities-versos.pdf>

Wisnik, José Miguel. “A obra de Drummond é inseparável da mineração”. UFBA. 2016. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/jos%C3%A9-miguel-wisnik-%E2%80%9Cobra-de-drummond-%C3%A9-insepar%C3%A1vel-da-minera%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D

Xavier, Juliana Benício. Dos montes às cavas: a emergência do ser coletivo obreiro na abolição. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 2021.

Zacarias, Rachel. O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A DESTRUIÇÃO AMBIENTAL: uma visão crítica. 2011.

Zonta, Marcio. Famílias estão apavoradas com aumento de barragem em Conceição do Mato Dentro (MG). 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/09/familias-estao-apavoradas-com-aumento-de-barragem-em-conceicao-do-mato-dentro-mg/>

Zonta, Marcio; Trocate, Charles. Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton. iGuana. 2016.

Zonta, Marcio. Marcio Zonta, Coordenador Nacional do MAM: mineração é luta de Classes, 9 jul. 2015. Entrevistadores: Fabiano César e Indinayara Gouveia. Entrevista concedida ao Centro de Agricultura Alternativa. Disponível em: <https://www.caa.org.br/biblioteca/noticia/mineracao-e-luta-de-classes>